



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

YVANTELMACK DANTAS

SIMULACROS ENUNCIATIVOS E EFEITOS DE BLINDAGEM NO DISCURSO
HUMORÍSTICO

FORTALEZA

2018

YVANTELMACK DANTAS

SIMULACROS ENUNCIATIVOS E EFEITOS DE BLINDAGEM NO DISCURSO
HUMORÍSTICO

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em
Linguística do Departamento de Letras
Vernáculas da Universidade Federal do
Ceará, como parte dos requisitos para
obtenção do título de Doutor em Linguística.
Área de concentração: Práticas discursivas e
estratégias de textualização.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Lopes Leite

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- D216s Dantas, Yvantelmack.
Simulacros enunciativos e efeitos de blindagem no discurso humorístico / Yvantelmack Dantas. – 2018.
120 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2018.
Orientação: Prof. Dr. Ricardo Lopes Leite.
1. Semiótica. 2. Enunciação. 3. Humor. 4. Blindagem. I. Título.

CDD 410

YVANTELMACK DANTAS

SIMULACROS ENUNCIATIVOS E EFEITOS DE BLINDAGEM NO DISCURSO
HUMORÍSTICO

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Linguística do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Linguística. Área de concentração: Práticas discursivas e estratégias de textualização.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Lopes Leite (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Mônica Magalhães Cavalcante
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. José Américo Bezerra Saraiva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Raimundo Ruberval Ferreira
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof.^a Dr.^a Claudiana Nogueira de Alencar
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

À Jeannie, à Letícia, à Milena e ao Noah

À Dona Mundinha.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aqui a todos aqueles que me ajudaram a realizar esse texto. Agradecer especialmente a minha família, a Jeannie, a Letícia, a Milena e o Noah, que suportou estoicamente meu péssimo humor, para dizer o mínimo, nos últimos dias da escritura final do trabalho; quem os conhece sabe o quanto são lindos e inteligentes, todos.

Ao meu amigo Ricardo Lopes Leite, pela paciência e seriedade com que me ajudou neste trabalho. A ele faço um agradecimento mais que especial, pois desde o começo dessa empreitada tem me manipulado a concluí-la, ora tentando, ora seduzindo, ora intimidando, ora ameaçando, sem ele não haveria esse texto.

Ao meu amigo José Américo Bezerra Saraiva, pela inteligência sempre disponível. Peço-lhe desculpas pela execução aquém do que sua ideia original supunha, é dele a questão que procurei esclarecer aqui, voltaremos a discutir isso com mais calma, fora das páginas acadêmicas.

Não esqueço meus companheiros de Imprensa Universitária que muito zelosamente cuidaram da parte física deste trabalho. Agradeço ao meu chefe, Ivanaldo Maciel, exemplo da seriedade com que se deve tratar os afazeres. Em especial agradeço a Luciane Silva, pela presteza em elaborar a ficha catalográfica e a disponibilidade de me tirar uma ou outra dúvida da normalização abntecida; a Leidyane Viana, colega revisora, que muito prestativamente me traduziu o resumo para o inglês; ao Antídio agradeço pelo livro do Bakhtin, vou devolver, não esqueci; ao meu amigo Roberto, que me ajudou com a impressão e me cobrou diariamente o término da “monografia”; e ao meu amigo Jonilson Porfírio pelo cuidado no acabamento e por não ter degolado o produto final.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo principal descrever, à luz da semiótica francesa, greimasiana, o efeito de blindagem, entendido aqui como uma proteção contra a identificação do sujeito-humorista com um universo axiológico específico, produzido pelo discurso humorístico. Para tanto, partimos de uma concepção de enunciação como instância pressuposta do enunciado que, como tal, somente pode ser descrita ou reconstruída pelas marcas deixadas no enunciado. Como implicação dessa concepção de enunciação, buscamos ainda descrever os procedimentos enunciativos e comunicativos que caracterizariam uma dinâmica identitária, um procedimento enunciativo, portanto, a que convencionamos chamar sujeito-humorista. Fica evidente que nosso propósito não passa por identificar um sujeito empírico, mas sim um modo de operação discursiva que julgamos envolver estratégias enunciativas, de debreagem e de embreagem; ambiguidade do acordo comunicativo, fiduciário e veridictório; e ainda os modos de interação mobilizados pelo enunciado humorístico. Dado que nosso objeto, a blindagem, não se presta a uma análise quantificável numericamente, adotamos uma metodologia qualitativa. Por esse caminho, selecionamos textos reconhecidos como humorísticos que assumem o papel de exemplificar nossas reflexões acerca do fenômeno de blindagem. Os resultados de nossas leituras demonstraram que o efeito de blindagem se produz à medida em que os procedimentos enunciativos mobilizados e os acordos comunicativos estabelecidos esvaziam semanticamente o sujeito-humorista, criam instâncias enunciativas com diferentes graus de profundidade e impedem a atribuição ao sujeito-humorista da conjunção ou disjunção dos valores atualizados pelo enunciado.

Palavras chave: Semiótica. Enunciação. Humor. Blindagem.

ABSTRACT

The main purpose of this doctoral thesis is to describe, in the light of the French Semiotics, Greimasian, the shielding effect, understood here as a protection against the identification of the subject-humorist with a specific axiological universe, produced by humorous discourse. For this, we start from a conception of enunciation as a presupposed instance of the utterance which, as such, can only be described or reconstructed by the marks left in the utterance. As an implication of this conception of enunciation, we also try to describe the enunciative and communicative procedures that would characterize an identity dynamics, an enunciative procedure, therefore, what we call the subject-humorist. It is evident that our purpose is not to identify an empirical subject, but rather a discursive mode of operation that we think involves enunciative strategies, shifting out and shifting in; ambiguity of the communicative, fiduciary and veridictory agreement; and also the modes of interaction mobilized by the humorous statement. Since our object, the shield, does not lend itself to a numerically quantifiable analysis, we adopted a qualitative methodology. Through this path, we select texts recognized as humorous that assume the role of exemplifying our reflections about the phenomenon of shielding. The results of our analyzes showed that the shielding effect occurs as the mobilized enunciative procedures and the established communicative agreements empty the subject-humorist semantically, create enunciative instances with different degrees of depth and preclude the attribution to the subject-humorist of the conjunction or disjunction of the values updated by the statement.

Keywords: Semiotics. Enunciation. Humour. Shielding

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Anúncio de barbeador	23
Figura 2 – Articulação semântica fundamental	24
Figura 3 – Quadrado semiótico	25
Figura 4 – Esquema narrativo canônico	28
Figura 5 – Debreagem enunciva	31
Figura 6 – Debreagem enunciativa	32
Figura 7 – Graus de enunciação enunciada	43
Figura 8 – Verdadeiro ou falso?	45
Figura 9 – Demasiado humano	53
Figura 10 – Razão e sensibilidade	53
Figura 11 – Ex Machina	55
Figura 12 – A outra face	59
Figura 13 – Ricardo Lewandowski, ministro do Supremo Tribunal Federal	60
Figura 14 – Desejos e traições	65
Figura 15 – Divergente	67
Figura 16 – Quadrado veridictório	74
Figura 17 – Presenças do Outro	81
Figura 18 – Regimes de interação	83
Figura 19 – Interações arriscadas	85
Figura 20 – Valores ideológicos no enunciado	89
Figura 21 – Neutralização entre locutor e enunciador	91
Figura 22 – Neutralização entre enunciador e locutor?	92
Figura 23 – Debreagem enunciva	93
Figura 24 – Afastamento dos valores do enunciado?	97
Figura 25 – Postura reflexiva	104
Figura 26 – Tom grave do enunciado	105
Figura 27 – Ele-lá-então	106
Figura 28 – Neutralização entre locutor e enunciador	106
Figura 29 – Curiosidade preocupada	108
Figura 30 – Intimidação?	109
Figura 31 – O falso penitente se revela	110
Figura 32 – A sanção	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Modalidades.....	28
Tabela 2 – Acordo fiduciário.....	113

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A ENUNCIÇÃO.....	14
2.1	A conversão da língua em discurso	14
2.2	A enunciação em Semiótica.....	19
2.3	A enunciação como predicado	35
2.4	Veridicção e fideducia	41
2.5	Enunciação e dinâmica identitária	47
3	O HUMOR	50
3.1	Estudos acerca do humor	50
3.1.1	<i>Bergson e a regularidade ridícula</i>	52
3.1.2	<i>Freud e a janela do riso</i>	56
3.1.3	<i>A piada da Linguística</i>	58
3.2	O humor em semiótica.....	61
3.2.1	<i>Uma paixão disfórica</i>	62
3.2.2	<i>Enunciação, sujeito e identidade</i>	66
3.2.3	<i>As (ir)regularidades do humor</i>	69
3.2.4	<i>A comunicação humorística</i>	71
4	BLINDAGEM.....	78
4.1	O universo semântico estabilizado	78
4.2	Interação.....	80
4.3	Nível discursivo	88
4.3.1	<i>Temas e figuras - a semântica discursiva</i>	88
4.3.2	<i>A enunciação no enunciado</i>	90
4.4	O processo de comunicação.....	94
5	ALGUNS TEXTOS À GUIA DE EXEMPLOS.....	97

5.1	Uma charge racista?.....	97
5.2	Confessionário	102
6	CONCLUSÃO	115
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118

1 INTRODUÇÃO

Bem recentemente, mais precisamente dia 16 de maio de 2017, o governador do estado do Ceará, Camilo Santana, sancionou a Lei Chico Anysio, que reconhece o humor como patrimônio imaterial da cultura cearense, confirmando o famoso caráter pilhérico do nosso povo.

Art.1º Fica instituída a denominação “CEARÁ, TERRA DO HUMOR” no Livro de Registro das Formas de Expressão, nos termos previstos na Lei nº 13.427, de 30 de dezembro de 2003, com o objetivo de reconhecer essa forma de expressão como Patrimônio Cultural do Ceará (CEARÁ, 2017).

Não é de hoje meu interesse pelo humor, estudá-lo pareceu-me uma afirmação dessa cearensidade, uma tomada de posição reveladora de minha identidade. O humor parece, e o artigo legal citado confirma isso, parece ser constitutivo da alma do cearense, do caráter gaiato de nossa gente, talvez até definidor do nosso modo de pensar. Parece que estamos a todo instante prontos para uma piada, para mangar de alguém que cai ou para vaiar quem não tem graça. É mister esclarecer que, como semiótico, meu olhar está sempre voltado para as relações que geram os sentidos. Quero com isso justificar, de certa maneira, minha recusa em aceitar uma essência, uma alma imutável do cearense. Na verdade, a cearensidade a que faço referência acima é fruto de um longo percurso de produção de sentidos, é resultado do nosso fazer, do nosso modo de fazer sentido. Chama-me a atenção mais para perto, portanto, não o humor como fenômeno sociocultural ou político, mas enquanto estratégia de produção de sentido; é isso que pretendo buscar neste trabalho, mesmo sabendo que muitos já se lançaram em aventura semelhante e que pode parecer pretensão minha até mesmo lhes seguir os passos.

A pergunta que faço aqui é acerca da origem discursiva do poder que o bobo da corte tem de dizer o que diz e, ainda assim, não ser chamado à responsabilidade das consequências do seu dizer. Chamar o bobo à responsabilidade, embora possível, destrói sua bobice, torna sério o que não nasceu com esse intuito. Ambos os valores estão no fazer do bobo, como mostraremos à frente; optar por apenas um deles significa o fim do humor. Neste trabalho, portanto, não abordarei o riso como fenômeno psicanalítico (FREUD, 1974), não me ocupará sua perspectiva cultural ou folclórica (BAKHTIN, 1999), tampouco mergulharei em reflexões filosóficas a seu respeito (BERGSON, 2004); tais procedimentos

escapam à minha competência e desejo. Obviamente não digo que essas linhas de reflexão e os resultados que produziram não estejam em meu horizonte, ou mesmo não venham compor até um ponto de partida para minhas reflexões, ou apoio para uma ou outra de minhas afirmações; o que digo é que o Riso e suas causas não é meu foco.

Este trabalho é uma reflexão sobre um efeito de sentido a que chamaremos aqui de blindagem. Compreendemos esse conceito como uma estratégia discursiva de esvaziamento semântico do sujeito responsável pela enunciação global do discurso humorístico. Esse esvaziamento cria o efeito de afastar o sujeito da enunciação global do enunciado e, portanto, dos valores ideológicos ali mobilizados. A blindagem parece eliminar a possibilidade de identificação do sujeito-humorista, que passa a ser compreendido apenas como um procedimento enunciativo, uma operação, um fazer.

Para realizarmos nossa reflexão, recorreremos aos conceitos da Semiótica Discursiva. Essa disciplina tem por fundamento compreender que a análise do sentido deve concentrar-se nos conjuntos significantes que elege como objeto. Isso significa dizer que há um primado da imanência sobre a transcendência, ou seja, o texto (conjunto signifiante) é a única instância a ser levada em conta para a análise do parecer do sentido. Entendido o texto como o conjunto signifiante tomado como objeto de análise, independentemente das suas dimensões ou da semiótica em que é vazado. Assim, o que se exprime aqui como sujeito da enunciação, por exemplo, não passa de uma pressuposição da existência do enunciado, e é a partir deste que aquele pode ser visado.

No primeiro capítulo, buscamos organizar nosso pensamento em torno do conceito de enunciação, com o objetivo de clarificar a ideia de que não tratamos de um sujeito empírico, de um ser no mundo. Tentamos afastar, nesse capítulo, qualquer cogitação ontológica que levasse a busca de um sujeito “real”, físico. Entendamos o ontológico aqui como uma concepção que enxerga o sujeito para além das relações que estabelece com outros sujeitos e objetos; para nós outros o sujeito é fruto de relações, e é a observação e a análise dessas relações que nos permitirão vislumbrá-lo. Assim, buscamos evidenciar que a enunciação somente pode ser submetida a análise se a considerarmos como uma pressuposição do enunciado. Relembramos os estudos de Benveniste acerca da enunciação e sua contribuição para a inserção da subjetividade no quadro teórico estruturalista. Fazemos uma breve apresentação do percurso gerativo de sentido a fim de localizar a enunciação nesse processo de simulação da produção ou apreensão do sentido.

O segundo capítulo aborda o humor. Buscamos inspiração em estudiosos anteriores a fim de verificarmos o quão nossas intuições se aproximam ou divergem do pensamento daqueles mestres. É neles que encontraremos a afirmação de que o humor tem um caráter subversivo da ordem social. Dedicamos algum tempo ao trabalho de Bergson, talvez o filósofo mais citado quando o assunto é humor. Destacaremos dele a ideia de que o humor é puramente humano, que tem sua origem em uma rigidez de comportamento que a sociedade quereria evitar em seus membros. Recorremos, como não poderia deixar de ser, também a Freud. É dele a ideia de que o humor nasce como estratégia de resolução de um recalque, angustioso para o sujeito. O grande psicanalista, assim como Bergson também o faz, destaca o papel do grupo social para referendar o riso. Apontamos também a tentativa de Raski de entender o humor a partir da teoria dos dois *scripts*, modelo que pouco nos agrada, embora nos tenha legado a concepção de ambiguidade do enunciado humorístico. O capítulo se encerra com uma tentativa de organizar essas ideias em uma visada semiótica em que a subversão sintagmática, os regimes de interação e os acordos comunicativos assumem contornos bem particulares no discurso humorístico.

O capítulo subsequente trata mais detidamente de nosso conceito central: a blindagem. Ali propomos que esse efeito de sentido resulta de um conjunto de operações enunciativas que afastam o enunciador global do enunciado, subverte os regimes de interação e os acordos comunicativos. Passamos nesse ponto a perceber o sujeito-humorista como um procedimento, uma operação, que não se deixa predicar e, portanto, impede sua identificação com os valores ideológicos postos em cena no enunciado. Neste capítulo, recorreremos a alguns exemplos para ilustrar nossas afirmações acerca do tema. Os textos selecionados para isso não constituem um *corpus* nem têm a intenção de serem representativos do universo de textos de humor, eles são simplesmente exemplos para nossa reflexão, para ajudar a compreensão do fenômeno acerca do qual nos propusemos refletir.

O quarto capítulo traz algumas leituras com destaque para o conceito que procuramos lapidar nesse trabalho. Ali encontraremos o procedimento humorístico abordado sob o viés da blindagem. As reflexões concentram-se em mostrar que a blindagem é um fenômeno resultante da confluência de operações bastante específicas que envolvem a enunciação, o processo de comunicação e a interação dos sujeitos.

2 A ENUNCIÇÃO

2.1 A conversão da língua em discurso

A enunciação é o evento histórico da atividade de linguagem, o instante em que o sentido se realiza; como tal, é singular e inapreensível. Não à-toa, as tentativas de abordagem científica desse fenômeno tardam no percurso histórico dos estudos linguísticos pós-saussurianos. Como objeto realizado pelas metodologias de abordagem da linguagem (que assumem pontos de vista, visadas, que são geradoras de modelos, de simulacros), a enunciação pode ser discursivizada com maior ou menor grau de investimento semântico, de onde decorre o efeito de concretude ou formalismo dos métodos. Em outros termos, as abordagens científicas desse fenômeno, todas elas, atuam em uma redução metodologicamente necessária para descrevê-lo ou explicá-lo. Tal redução é definidora do discurso do fazer científico de cada uma delas: de sua metodologia e de sua metalinguagem.

Parece haver, contudo, algo comum às abordagens da enunciação: a subjetividade inscrita no enunciado. Parece ser a presença de um sujeito que faz girar a roda da língua-discurso que constitui a intersecção das muitas abordagens do fenômeno enunciativo. Vale lembrar duas grandes vertentes da abordagem da subjetividade: uma transcendente, que considera o sujeito como externo ao enunciado deixando neste apenas algumas marcas que permitem sua identificação; outra imanente, que defende analiticamente a subjetividade como fruto das marcas presentes no enunciado.

Durante a segunda metade do século XX, muitas disciplinas se voltaram para os estudos da enunciação, encarando-a como o verdadeiro lugar de realização da língua. Os modelos propostos, em sua maioria, intentavam o que já fora feito pela tradição da crítica literária: buscar o ato de enunciação enquanto evento empírico, com seu sujeito empírico, com seus enunciados empíricos.

A abordagem da língua como um sistema de oposições, cujos valores, portanto, são relacionais (SAUSSURE, 2006), libertara o linguista da discussão ontológica acerca de seu objeto de estudo. É claro que podemos afirmar que Saussure inaugura uma nova ontologia, mas não é aí que queremos escora nossa argumentação. Quando dizemos que Saussure libertara o linguista da discussão ontológica, estamos dizendo que o mestre de

Genebra propõe uma forma de compreender o sujeito (e os conceitos da disciplina que inaugura) como fruto de relações. O absoluto, o em si deixa de ser um peso para a reflexão linguística, ou seja, o sujeito ontológico (que está além ou aquém das relações que pode estabelecer) não nos interessa aqui. A *langue* saussuriana é um sistema virtual, é a abertura para as possibilidades; um sistema virtual cuja realização se dá nos textos e pelos textos, responsáveis em última instância pela fixação histórica das possibilidades realizadas, que acaba por disponibilizar um universo semântico razoavelmente estável.

O exercício da linguagem implica esse sistema formal que representa as possibilidades combinatórias disponíveis aos falantes. Tal sistema, contudo, não se faz abstratamente, ele é resultante do uso, ou seja, há em qualquer comunidade linguística um histórico de possibilidades sistêmicas realizadas disponíveis aos falantes. Isso significa que há um acervo de “blocos pré-moldados” pelo uso disponíveis aos falantes para novos usos. Tais blocos integram o sistema e passam a funcionar como “opções” aos falantes. As aspas aqui revelam que a escolha não é tão livre quanto se possa pensar, isto é, o livre exercício individual da linguagem é uma ilusão, na verdade a fazer languageiro é condicionado pela gramática (conjunto de relações razoavelmente estáveis) do sistema e pela história de uso desse sistema por uma comunidade linguística específica, mantendo uma margem para a liberdade individual de criação.

Como se vê, a enunciação individual não pode ser pensada fora do imenso corpo de enunciações coletivas anteriores, cujas estruturas significantes, já sedimentadas pelo uso, tanto tornam possível quanto determinam qualquer enunciação particular (SARAIVA, 2014, p. 64-65).

Façamos aqui um esclarecimento acerca do que sejam conjuntos significantes. Para nós o texto pode ser entendido como um construto mobilizado na qualidade de expressão de um conteúdo a ser construído mediante interpretação, ou seja, um conjunto significativo mobilizado como expressão de um dado efeito de sentido. É a isso que chamamos conjunto significativo. Como dissemos acima, é irrelevante, para efeitos de definição do que seja um conjunto significativo, a semiótica em que esse sentido se dá a perceber, o que interessa é que haja uma articulação entre um conteúdo e um significativo, como ensinara Saussure. A conversão do modo de existência *virtual* em *realizado*, que transforma as possibilidades sistêmicas (virtuais) em conjuntos significantes, textos efetivos (realizados), porém, não ficou bem definida, ao menos no *Curso de Linguística Geral*. A

parole saussuriana, que é equivocadamente tomada como responsável por essa conversão, atualiza o sistema virtual; mas não é a instância de sua realização, não é ela a instância que opera a conversão da *langue* em texto.

O estudo da linguagem comporta, portanto, duas partes: uma, essencial, tem por objeto a língua, que é social em sua essência e independente do indivíduo; esse estudo é unicamente psíquico; outra, secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala, inclusive a fonação e é psico-física (SAUSSURE, 2006, p. 27).

O trecho acima, bem como outras passagens do *Curso*, ilustra o que dizemos: Saussure lança a fala como aspecto externo à língua, como condicionada por elementos individuais, sem menção, porém, à fala como mecanismo de conversão da língua em texto ou como responsável pela fixação de novos padrões para o sistema. Nesse ponto dos estudos saussurianos (ou para dizer mais, estruturalistas), a subjetividade de que falávamos acima está alijada do método. Busca-se uma objetividade pura, um distanciamento que permite ao analista apontar a homogeneidade de seu objeto e livrar-se da incômoda questão ontológica.

É em Benveniste que encontraremos os primeiros movimentos verdadeiramente frutíferos para situar a enunciação no quadro teórico estruturalista como a instância responsável pela conversão da língua em discurso e trazer o sujeito para esse quadro. Não queremos aqui afirmar que haja em Benveniste um movimento proposital de constituição de algo a que chamemos Teoria da Enunciação. Na verdade, a leitura de seus textos revela que o tema da enunciação é abordado especificamente para satisfazer os objetivos a que se propõe cada texto; em outras palavras, o tratamento dado à enunciação está a serviço da análise de outros conceitos. Assim, vemos nas discussões sobre os tempos verbais, sobre as categorias de pessoa e não pessoa, sobre a subjetividade, a presença do conceito de enunciação como subsídio, como argumento, não como proposição de um projeto teórico-metodológico de estudo da enunciação. De qualquer modo, as reflexões do linguista abriram espaço para uma descrição formal da enunciação como “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1995, p. 82), descrição que não tivera espaço no *Curso de Linguística Geral*.

Talvez a maior contribuição do mestre Benveniste para os estudos da enunciação tenha sido sua distinção engenhosa entre modo semiótico e modo semântico da língua. Na tentativa de ampliar, ou mesmo ultrapassar o conceito de signo linguístico saussuriano,

Benveniste propõe dois domínios do sentido: o semiótico e o semântico. Segundo o autor, o modelo saussuriano daria conta sem problemas do domínio semiótico. Quanto ao domínio semântico, deixava a desejar. A opção saussuriana de focar uma sincronia em detrimento de uma diacronia colocou o estudo do signo no universo restrito do sistema, uma abstração necessária, mas que fechava a porta para estudos voltados para o uso; para a língua enquanto produção de sentido, enquanto discurso, ou seja, a língua em funcionamento, o domínio semântico permanecia em segundo plano.

Benveniste, contudo, não nega a centralidade da língua nos estudos linguísticos, para ele é a língua o sistema capaz de traduzir todos os demais sistemas. O autor propõe que esta seja chamada sistema interpretante, enquanto os demais sistemas sejam chamados interpretados. Assim a língua é capaz de interpretar todos os demais sistemas produzidos pela sociedade; o inverso, porém, não se dá.

A língua constitui um sistema ao mesmo tempo semiótico, se considerarmos sua estrutura formal, e semântico, se levarmos em conta seu funcionamento, seu uso. O modo semiótico constitui o espaço formal de atuação ou constituição do signo. O sistema de signos de que fala Saussure em seu *Cour* constitui esse modo semiótico da língua, é o próprio código, além (ou aquém) da mensagem, distante do funcionamento da língua. O modo semântico, por seu turno, engendra a língua em uso, no discurso, na enunciação. Esse modo é resultante do encadeamento, da apropriação, da pressão de um signo sobre o outro e de sua consequente adaptação. O modo semiótico lança a língua em uma abstração formal, independente de qualquer referência. O modo semântico traz a história para a língua, traz o locutor que, ao colocar a língua em funcionamento, assume uma posição na enunciação.

A enunciação pode, então, ser observada como uma instância de mediação entre a língua e o texto. Ela, a enunciação, pressupõe a instauração de um locutor e, conseqüentemente, de um locutário, mesmo que ambos não sejam identificáveis com o enunciador “real”; na verdade essa correlação é irrelevante em termos analíticos. Mesmo no monólogo, como assegura Benveniste, há um desdobramento do sujeito que satisfaz a existência das duas instâncias citadas. observemos aqui o que falávamos acerca do sujeito da enunciação como fruto de relações.

Não é difícil, porém, se consideramos uma postura imanentista, cair no equívoco de buscar a correspondência das categorias da instância enunciativa nos componentes empíricos do evento histórico que instaura o sentido. Assim, a categoria de pessoa, por exemplo, (prototipicamente representada em língua portuguesa pelos pronomes pessoais *eu-*

tu) é fácil e erroneamente associada com o falante e o ouvinte empíricos. Destaquemos que, para o linguista francês, a enunciação permite a um tempo a referência por parte do locutor e a correferência por parte do locutário, sem o que o exercício da linguagem se torna inviável. Nada há de mais ingênuo, contudo, em buscar uma identificação referencial ontológica (no sentido que já destacamos) para essas funções; em Benveniste, a realidade à qual essas categorias se referem é a realidade do discurso.

A que, então, se refere o eu? A algo de muito singular, que é exclusivamente lingüístico: eu se refere ao ato de discurso individual no qual é pronunciado, e *lhe* designa o locutor. É um termo que não pode ser identificado a não ser dentro do que, noutro passo, chamamos uma instância de discurso, e que só tem referência atual. A realidade à qual ele remete é a realidade do discurso. É na instância de discurso na qual eu designa o locutor que este se enuncia como “sujeito” (BENVENISTE, 1995, p. 288).

Torna-se possível, desde então, falar do sujeito da enunciação sem recorrer à ontologia, sem recorrer ao falante empírico, que está longe do abraço da ciência. O sujeito da enunciação que se instaura como um *eu-tu* somente o faz dentro do discurso, e é dentro do discurso que tem seu modo de existir. O mesmo vale para a categoria de espaço (*aqui, ali, lá*) e de tempo (*ontem, hoje, amanhã*). Aliás esta última é, segundo Benveniste, constituída sempre como um presente inicial, marco zero da enunciação a partir do qual todos os desdobramentos temporais são instaurados. De seu “O aparelho formal da enunciação”, deduzimos a afirmação de que passado e futuro são organizados em razão da referência ao momento de realização do eu em discurso.

Poder-se-ia supor que a temporalidade é um quadro inato do pensamento. Ela é produzida, na verdade, na e pela enunciação. Da enunciação procede a instauração da categoria do presente, e da categoria do presente nasce a categoria do tempo. O presente é propriamente a origem do tempo. Ele é esta presença no mundo que somente o ato de enunciação torna possível, porque, é necessário refletir bem sobre isso, o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o “agora” e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo. Poder-se-ia mostrar pelas análises de sistemas temporais em diversas línguas a posição central do presente. O presente formal não faz senão explicitar o presente inerente à enunciação, que se renova a cada produção de discurso, e a partir deste presente contínuo, coextensivo à nossa própria presença, imprime na consciência o sentimento de uma continuidade que denominamos “tempo”; continuidade

e temporalidade que se engendram no presente incessante da enunciação, que é o presente do próprio ser e que se delimita, por referência interna, entre o que vai se tornar presente e o que já não o é mais (BENVENISTE, 1995, p. 85-86).

Das afirmações de Benveniste acima, queremos destacar o pensamento de que “o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o ‘agora’ e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo”. É com base nesta ideia, presente não só em Benveniste, que afirmamos inicialmente o primado da imanência para a análise do texto, a mediação da linguagem, do discurso, torna a discussão ontológica, ela própria, circunscrita à linguagem e, portanto, transcender a linguagem torna-se impossível.

Benveniste aponta ainda, neste mesmo texto, a proposta de investigação das marcas linguísticas características desses movimentos da organização enunciativa. A tarefa não foi realizada pelo mestre francês. Contudo, para língua portuguesa, contamos com uma bela e completa descrição desses mecanismos feita por José Luís Fiorin, em seu *As astúcias da enunciação*, cujas reflexões retomaremos mais à frente. Adiantamos que, dada a multiplicidade de textos de que pretendemos lançar mão como exemplos para nossa argumentação, procuraremos apontar esses mecanismos também para textos não verbais ou sincréticos, conforme seja relevante. Mas não nos adiantemos tanto.

2.2 A enunciação em Semiótica

Seguindo a tradição estruturalista saussuriana e hjelmsleviana, a Semiótica Francesa, ou greimasiana, deu ênfase, em seus anos iniciais, ao estudo da semântica considerando-a metalinguagem para a descrição do plano do conteúdo.

Vemos agora quais são as condições de uma semântica científica: ela só pode ser concebida como a união, pela relação de pressuposição recíproca, de duas metalinguagens: uma linguagem descritiva ou translativa, onde as significações contidas na linguagem-objeto poderão ser formuladas, e uma linguagem metodológica, que defina os conceitos descritivos e verifique sua coesão interna (GREIMAS, 1973, p. 24).

É possível conceber duas fases da Semiótica greimasiana tomando como critério de distinção o foco das investigações acerca do sentido. A primeira fase tem o foco das investigações no enunciado, daí pode ser considerada uma semiótica do objeto; a segunda fase direciona seu olhar para a enunciação, pondo o sujeito no centro da reflexão. Evidentemente essas duas fases não são excludentes, mas complementares, dado o primado da relação em Semiótica, ou seja, sujeito e objeto são functivos interpressuponíveis. Assim, as razões pelas quais a Semiótica privilegiou o estudo do enunciado em seus primeiros passos decorre tão-somente de uma postura metodológica e não deve ser entendida como a eleição do objeto como hierarquicamente superior ao sujeito ou vice-versa.

As duas perspectivas abertas em Semiótica, a saber a investigação a partir do enunciado ou a partir da enunciação, oferecem uma abordagem estática e outra dinâmica. Entendido como resultado do fazer de um sujeito enunciador, o enunciado pode ser tomado como objeto pronto e, portanto, analisado em uma perspectiva estática. Por outro lado, tomada como o fazer de um sujeito, a enunciação também pode ser encarada em uma perspectiva dinâmica, em que o discurso adquire a feição de ato e não de objeto.

A teoria semiótica greimasiana tem sua origem nas reflexões de Greimas acerca da obra de Vladimir Propp (*Morfologia do conto maravilhoso*). Ali o mestre lituano percebeu que as regularidades identificadas por Propp revelavam princípios sobre os quais se organizava o texto narrativo. Realizando uma redução, ou identificação de invariantes, das funções narrativas de Propp, Greimas concebe uma sintaxe narrativa em que um sujeito de fazer pode desempenhar papéis específicos em um esquema narrativo a depender das performances realizadas.

O conceito sobre o qual uma tal metalinguagem se construiria, inicialmente, era a narratividade, entendida aqui como a transformação de enunciados de *estado* por meio de um enunciado de *fazer*. Mais tarde, essa narratividade passará a ser referida como transposição do sentido.

Nesse início, concebe-se o esquema narrativo como o fazer de um sujeito em busca de um objeto-valor. Isso significa que as transformações de estado resultantes da ação de um sujeito estão a serviço da busca pela conjunção com o objeto-valor. Vale destacar que sujeito e objeto aqui são definidos um em relação ao outro, isso redireciona o problema ontológico, como já dissemos. Cria, contudo, o problema da circulação de objetos entre os sujeitos do esquema narrativo, que pode ser encarada como uma sequência de conjunções e disjunções dos sujeitos com os objetos. Isso implica a existência de um sujeito de fazer

responsável pelas transformações de estado, ou seja, o *sujeito de fazer* altera o estado da relação sujeito de estado-objeto. Há, portanto, um sujeito de fazer e um sujeito de estado, que são papéis narrativos diferentes.

Greimas propõe um modelo gerativo em que o sentido é convertido, ou transposto, ao longo de um percurso de adensamento semântico (do mais abstrato ao mais concreto, se levado em conta o vetor da produção do sentido) ou de um percurso de esvaziamento semântico (do mais concreto ao mais abstrato, se levado em consideração o vetor da apreensão do sentido). Esse percurso gerativo permite ao analista simular a organização do conteúdo tanto da perspectiva da produção quanto da apreensão do sentido. O percurso gerativo de sentido comporta, assim, níveis em que se destaca a diferença de generalidade entre suas funções e functivos. Tomado em comparação com o nível narrativo, o nível discursivo apresenta-se como aquele de maior adensamento semântico, por isso o menos generalista. A abstração das diferenças actoriais, espaciais e temporais desse nível do percurso, resulta em categorias mais gerais que compõem o nível sêmio-narrativo, que, por sua vez, constitui adensamento de um nível anterior mais abstrato, o nível fundamental, em que o sentido assume o mais alto grau de abstração.

Tem-se a noção de *percurso gerativo*, que prevê um percurso de adensamento do sentido, segundo o qual uma categoria como *vida x morte* seria rearticulada no nível narrativo em termos de enunciados narrativos de junção (conjunção/disjunção), estados de coisas, que, por sua vez, seriam transformados por enunciados de fazer. Essas estruturas narrativas, por sua vez, sofreriam novo investimento de sentido no processo de sua *discursivização*, isto é, receberiam uma cobertura temática que, posteriormente, poderia receber um investimento figurativo, mediante a actorialização, a temporalização e a espacialização daquelas estruturas (SARAIVA, 2014, p. 52).

Tomado o vetor da produção, partimos de uma oposição semântica básica proposta pelo texto (*vida/morte, natureza/cultura, identidade/alteridade* etc.). Chamamos a atenção aqui para o fato de que o percurso gerativo parte sempre de uma oposição já estabelecida em um universo semântico razoavelmente estável, fornecido e pressuposto pelo conjunto significante posto em análise. É necessária uma certa estabilidade para que a simulação da produção ou da apreensão do sentido se faça. Lembremos que as tarefas de produção e análise do sentido repousam sobre os textos (conjuntos significantes); são eles, os textos, o único caminho de acesso à língua, isto é, são eles que fornecerão as bases

semânticas razoavelmente estáveis sobre as quais o simulacro de geração do sentido irá operar.

Além disso, relembremos o que dissemos acima acerca do uso linguístico: o uso permite a constituição de um acervo de possibilidades do sistema efetivamente realizadas pelos falantes. Esse acervo, à moda de um conjunto de blocos pré-moldados, historicamente estabelecido, guia em larga medida a realização de novos conjuntos significantes, de novos textos. O sujeito está submetido aqui a duas coerções: uma que diz respeito à disponibilidade oferecida pelo sistema semiótico em que vaza seus conjuntos significantes e outra que diz respeito às relações sócio-históricas que mantém com seus coenunciadores e consigo mesmo ao longo do seu histórico de uso linguístico. É, portanto, um sujeito sempre a fazer-se.

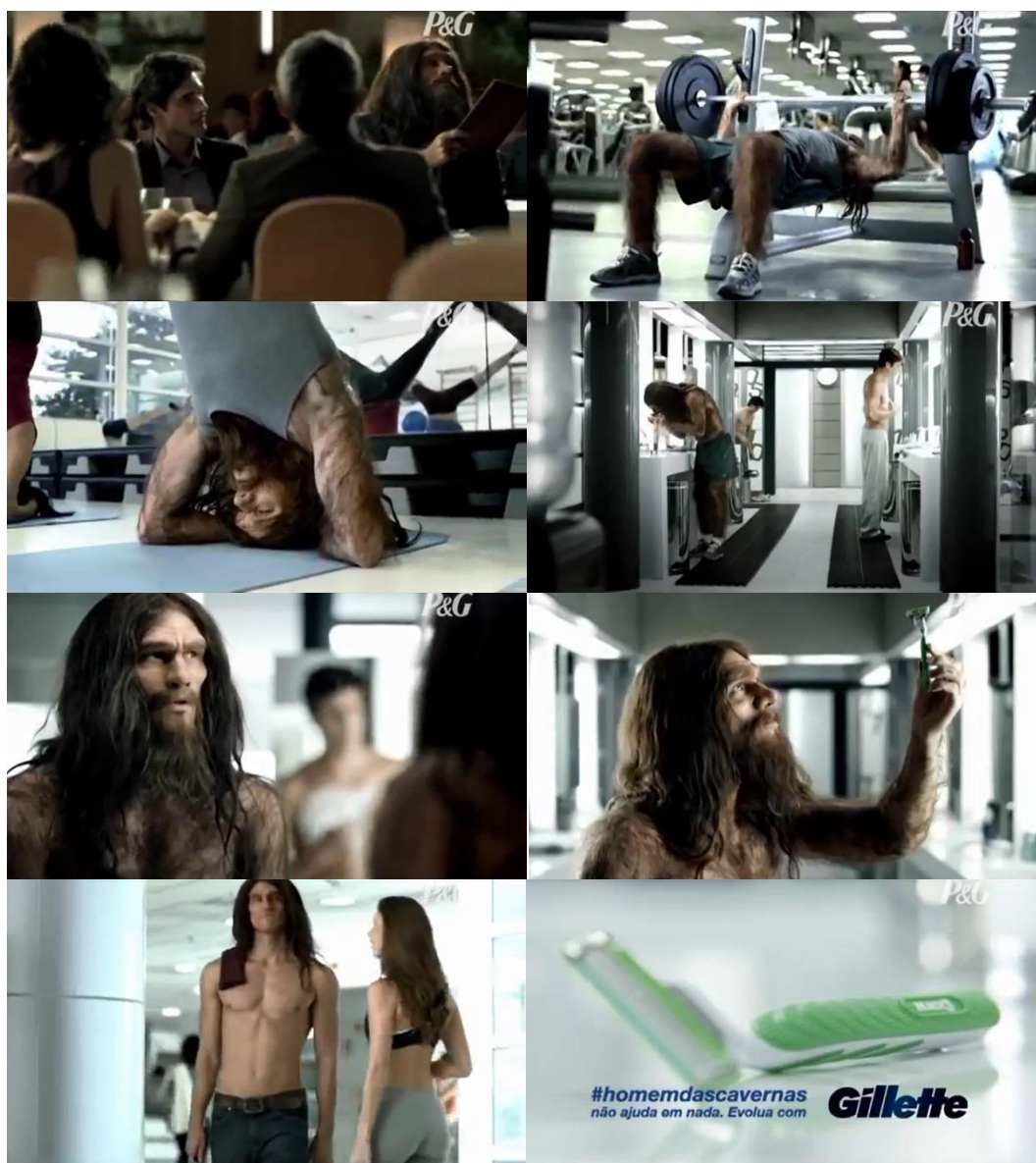
O fazer-se do sujeito se dá no exercício languageiro, isso significa que em seu discurso há de existirem marcas mais ou menos identificáveis que permitirão reconstruir tal sujeito, a menos que seu objetivo seja o de não ser identificado. Não se entenda disso que a atividade de análise de um conjunto signifiante permitirá inferir todas as propriedades de um sujeito a ponto de apontarmos um correspondente empírico que detenha as tais propriedades. Longe disso, a análise permitirá identificar propriedades de um sujeito que se fez ao enunciar e cuja existência não está além de seu enunciado. “Falar em práxis enunciativa é admitir a precedência do ato enunciativo sobre seus actantes. É assumir o discurso como um fazer, ou melhor, como um fazendo-se, na mediação entre as formas semionarrativas e sua realização em discurso” (SARAIVA, 2014, p. 70).

Greimas concebe o nível mais abstrato do percurso lançando mão de um quadrado lógico-semântico, de clara inspiração aristotélica. Tal quadrado é lógico, porque estabelece um conjunto de relações pressuponíveis entre si dadas as posições ocupadas pelos conceitos fundamentais (sintaxe). É semântico, porque as oposições fundamentais propostas pelo texto revelam uma direção tímica (euforia ou disforia) que afetará a organização do conteúdo ao longo dos demais níveis de análise, essa axiologização mínima é condição sem a qual o sentido não se estabelece. Vale lembrar, porém, que, nesse nível, nada há de ideológico, a axiologização constitui-se numa espécie de negação inicial, uma vetorização. Além disso, não nos esqueçamos de que o quadrado é antes uma ferramenta de análise, um simulacro teórico-metodológico, como são aliás todos os conceitos propostos pela Semiótica Discursiva.

Tomemos como exemplo uma das oposições apontadas acima: *natureza/cultura*. Há algum tempo, a Gillette fez uma campanha publicitária para divulgar um de seus

aparelhos de barbear. A sequência de imagens abaixo foi retirada de um dos vídeos da campanha.¹

Figura 1 – Anúncio de barbeador



Fonte: Elaborado pelo autor

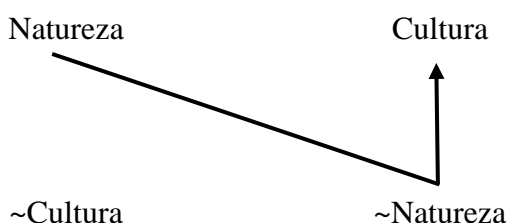
O anúncio constrói-se sobre a oposição fundamental *natureza/cultura*. O conceito *cultura* manifesta-se no texto nas figuras *restaurante, academia de musculação, aula de ioga, banheiro, barbeador*. O conceito *natureza* manifesta-se na aparência cabeluda do ator do enunciado reiterada na expressão *homem das cavernas*. As figuras citadas fazem

¹ O vídeo completo está disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=vB9Kovcu4>>. Acessado em: 08 ago. 2017.

parte de um universo semântico cuja existência é pressuposta pelo texto e inferida pelo analista, se levarmos em consideração a dinâmica social da produção de um texto, ou seja, pressuposto pelo texto, atualizado pelo texto. Há inúmeros outros textos que reiteram essas figuras para representar as mesmas relações semânticas estabelecidas por este. Isso não quer dizer que sempre seja assim, ou seja, que sempre a figura *academia de musculação* seja relacionada euforicamente à cultura, há uma dialética entre os conjuntos significantes historicamente realizados que tornam o universo semântico razoavelmente estável, jamais totalmente estável.

Neste texto o conceito *natureza* é apontado como disfórico, isto é, negativo em relação ao conceito *cultura*. O texto sugere uma paulatina negação do conceito *natureza* (comer em restaurante *versus* caçar; praticar exercícios físicos *versus* correr no mato feito bicho). A evolução sugerida pelo texto significa negar totalmente a natureza e aceitar plenamente a cultura, realizada na figura *barbeador*. Dada a complexidade do texto (e isso é comum a todos os textos), podemos ainda identificar outras oposições fundamentais como *identidade/alteridade*, mas, por hora, apenas esboçemos um quadrado semiótico da oposição *natureza/cultura* realizada pelo texto.

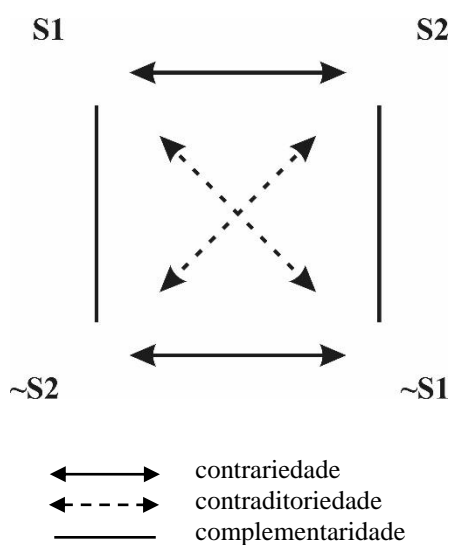
Figura 2 – Articulação semântica fundamental



Fonte: elaboração do autor

Notemos que axiologicamente, parte-se de uma negação da natureza em direção à afirmação da cultura, nestes termos é que falamos ser a natureza foricamente negativa (disfórica) em oposição à condição eufórica (foricamente positiva) da cultura. Faremos uma abstração dos conceitos para melhor entendermos as posições do quadrado e as relações estabelecidas entre elas.

Figura 3 – Quadrado semiótico



Fonte: elaboração do autor

O quadrado semiótico espacializa um conjunto de relações possíveis (virtuais) a partir de uma oposição mínima, é o texto, porém, que exercerá as coerções necessárias para realizar tal ou qual possibilidade. Assim, no texto do barbeador, realiza-se a oposição *natureza/cultura*, em que esta última é dada como eufórica. Ou seja, o texto sugere um fluxo que vai do disfórico ao eufórico, tal fluxo é captado e representado no quadrado conforme a **Erro! Fonte de referência não encontrada.** Isso não significa que o conceito de *cultura* seja essencialmente eufórico, ele o é naquele universo semântico particular ao qual aquele texto específico se submete. As negativas presentes no eixo dos contraditórios não constituem valoração (eufórico ou disfórico), são apenas uma quantificação dos polos do eixo dos contrários, quantificação aliás herdada do quadrado aristotélico. É o texto quem determina o eixo ao longo do qual o disfórico e o eufórico se instalam. Em resumo: o nível fundamental do percurso gerativo de sentido permite analisar o eixo semântico proposto pelo texto no mais alto (ou profundo) nível de abstração possível na análise do conteúdo.

O adensamento semântico das categorias listadas no nível fundamental, ou antes sua antropomorfização, converte esse nível em narrativo. Essa conversão “[...] diz respeito à manutenção e não à ruptura, introduzindo a continuidade na descontinuidade das etapas. A equivalência ao modelo inicial deve ser mantida, ao mesmo tempo que a estrutura se torna mais complexa e o sentido mais ‘rico’” (BARROS, 2001, p. 26).

Escapa à narratividade, porém, a tarefa de explicitar a conversão das estruturas de nível fundamental nessas estruturas discursivas, ou seja, como operam as transformações que atualizarão as categorias de pessoa, espaço e tempo próprias da realização de qualquer texto. Não há, portanto, nessa lógica, uma razoável explicação para o papel da enunciação na conversão das categorias do discurso.

Essa lacuna do percurso gerativo de sentido instigou a reflexão acerca da enunciação como o ato gerador do enunciado. Desse modo a própria enunciação pode ser investigada a partir do enunciado, que, entendido como resultado do fazer enunciativo, traz as marcas da instância que o gerou. Em outros termos o enunciado comportaria as pistas para a (re)construção da instância enunciativa. Não queremos aqui dizer que o evento da enunciação possa ser reconstruído, mas sim que, a partir do enunciado, é possível, por pressuposição, inferir as condições enunciativas mínimas exigidas para que o conjunto significante sob análise faça sentido. “Em outras palavras, essa instância, complexa por definição, dada a diversidade de variáveis que nela intervêm, é sempre pressuposta pelo enunciado, e só se tem acesso a um seu simulacro, reconstruído a partir do que é efetivamente manifestado” (SARAIVA, 2014, p. 55-56).

O nível narrativo situa o sentido no campo da ação humana, isto é, há uma antropomorfização do processo de instauração do sentido. Dizendo de outro modo, emula-se o *fazer* como drama, instala-se um sujeito-objeto no centro das operações de conversão de enunciados.

Pode-se dizer que a conversão das operações lógicas em transformações narrativas é uma antropomorfização, em que a sintaxe narrativa, de caráter antropomórfico, substitui as operações lógicas da sintaxe fundamental por sujeitos do fazer e define sujeitos de estado pela junção com objetos-valor, formulando, portanto, sintaticamente, a relação básica do homem com o mundo (BARROS, 2001, p. 26).

Sujeito e objeto são definidos como actantes, ou seja, posições sintáticas interdefiníveis e interpressuponíveis que, em termos hjelmslevianos, mantêm uma relação de *solidariedade*. Nesse nível encontramos os enunciados de estado (E). Um enunciado elementar (de estado) diz respeito à relação estabelecida entre um sujeito (S) e um objeto (O). O princípio regente dessa relação é a *junção*. Assim, o sujeito poderá estar em conjunção (\cap) ou em disjunção (U) com o objeto. No texto que apresentamos acima, temos um enunciado elementar inicial, sujeito em disjunção com o objeto *cultura* (S U O). Ao

modalizarmos um enunciado de estado com um enunciado de *fazer*, resulta o sintagma elementar da sintaxe narrativa, ou programa narrativo. Essa modalização altera o *status* da junção do sujeito-objeto, conseqüentemente surge um estado inicial (E_1) e um estado final (E_2). Sujeito do fazer e sujeito de estado são actantes diferentes que podem estar sincretizados em outros níveis de análise. Alertamos que não é necessária a realização de enunciados que traduzam os dois estados (E_1 e E_2), um enunciado de estado denuncia a existência de um enunciado de estado anterior.

Os desdobramentos dessas relações destacam a complexidade da estrutura narrativa. Assim o *fazer* pressupõe um *saber*, e um *poder*, e um *querer*, e um *dever*. Percebamos o encadeamento: o sujeito do *fazer* somente realizará esse fazer se souber e puder fazê-lo. Claro que a inversão dos predicados não é válida, ou seja, *saber-fazer* e *poder-fazer* não implicam o *fazer*, mas se o sujeito fez é porque sabia e podia. Da mesma maneira *querer* ou *dever* são pressupostos do *fazer*, ou seja, se o sujeito fez é porque queria ou devia fazer. Novamente a inversão não é válida.

A possibilidade de sujeitos mais ou menos capacitados para obter e manter objetos-valor resultou em descrever essa competência como o arranjo modal, ou seja, a partir de modalidades básicas (*querer*, *dever*, *saber*, *poder*) torna-se possível descrever o fazer do sujeito ou definir seu modo de existência. O esquema narrativo tem, portanto, a performance como centro a partir do qual outras fases podem ser inferidas, em um processo já apontado por Hjelmslev como catálise.

a noção de esquema narrativo compreende uma estrutura em que estados de coisas (relações entre sujeitos de estado e objetos-valor) são alterados, ou não, por um sujeito do fazer. Tais alterações dependem tanto do valor investido nos objetos quanto da competência modal do sujeito do fazer e de sua disposição quanto ao /dever/ e ao /querer/. A sequência de conjunções e disjunções entre sujeitos e objetos vê-se ainda condicionada às relações polêmico-contratuais estabelecidas entre os sujeitos da narrativa (SARAIVA, 2014, p. 52).

Convém aqui esclarecermos a articulação desses predicados. O *fazer* diz respeito àquilo que é realizado, é esse seu modo de existência, do qual seu sujeito partilha. Em outras palavras, é no fazer que o sujeito se realiza e esse é seu modo de existência. Modalizado o *fazer* pelos predicados *poder* ou *saber* (*poder-fazer* e *saber-fazer*), identificamos o modo de existência atualizado, do qual seu sujeito partilha. Modalizado o *fazer* pelos predicados

querer ou *dever* (*querer-fazer* e *dever-fazer*), identificamos o modo de existência virtualizado, do qual seu sujeito partilha. Há, portanto, três modos de existência: *virtual*, *atual* e *real*. Em termos esquemáticos, o sintagma elementar da narrativa obedece à seguinte organização:

Figura 4 – Esquema narrativo canônico

manipulação	competência	performance	sanção
dever/querer	saber/poder	fazer	gozar/sofrer

Fonte: Elaboração do autor

O cumprimento de um programa narrativo deriva do estabelecimento de um acordo *fiduciário* proposto pelo destinador-manipulador ao destinatário-manipulado. Esse acordo terá implicações para o processo de comunicação do qual falaremos mais abaixo.

Em resumo, o percurso do destinador-manipulador pode ser desmembrado em três etapas: o contrato fiduciário, em que é estabelecido um mínimo de confiança; o espaço cognitivo da persuasão e da interpretação; a aceitação ou recusa do contrato (BARROS, 2001, p. 38).

As modalizações do *fazer*, resumidas na Figura 4, sugerem ainda dois aspectos importantes. Os predicados *querer* e *saber* relacionam-se à volição e à cognição, respectivamente. Parece que esses predicados modalizam internamente o sujeito, pois estão ligados ao *fazer-ser*. Por outro lado, o *dever* e o *poder* sugerem uma instância externa ao sujeito que o determina, pois estão ligados ao *fazer-fazer*. Em outras palavras, a relação sujeito-objeto implica uma modalização interna (endotáxica), relativa à cognição e à volição do sujeito; e outra externa (exotáxica), relativa à relação do sujeito com outros sujeitos. Poderíamos referir a primeira como intrassubjetiva e a segunda como intersubjetiva.

Tabela 1 – Modalidades

MODALIDADES	virtualizantes	atualizantes	realizantes
endotáxicas	querer	saber	ser
exotáxicas	dever	poder	fazer

Fonte: Barros (2002, p. 52).

Essa complexificação das relações semânticas busca dar conta dos diversos arranjos possíveis realizados no texto. Voltemos ao nosso homem das cavernas. Naquele texto, o homem peludo (S_1) apresenta-se em disjunção com o objeto-valor *cultura* (O_v).

$$E_1 = S_1 \cap O_v$$

Realizado o programa narrativo chega-se ao enunciado:

$$E_2 = S_1 \cup O_v$$

Verificamos, em relação ao nível fundamental, que o texto apresenta um eixo semântico que nega a natureza e afirma a cultura. Em termos dramáticos, há um sujeito que busca entrar em conjunção com o objeto cultura. Todavia, ele quer, mas não pode.

Lembremo-nos de que narratividade se constitui como o princípio mesmo da organização do conteúdo. Isso porque, entendida como a transformação de um estado em outro, a narratividade permite delimitar ou identificar os pontos de semelhança e diferença de conteúdo que constituem a cadeia de significação do texto, que transcendem o limite frástico e se espraiam por todo o conjunto significante em análise. Em outras palavras a lógica narrativa permite ao analista guiar-se pelo conjunto significante sob sua análise.

Destacamos aqui uma das consequências do desdobramento narrativo do nível fundamental: qual a origem do *querer* e do *dever*. Como falamos acima, querer e dever são modalidades virtualizantes, isto é, modalidades que abrem o campo das possibilidades e, portanto, instauram um sujeito-objeto. Dissemos também que o querer é uma modalidade endotáxica e que o dever é uma modalidade exotáxica. Ambas as modalidades determinam o sujeito, actante do enunciado (S_1). O percurso apontado no nível fundamental (da disforia para a euforia) impõe ao sujeito do nível narrativo a busca pelo objeto-valor que satisfará a condição tímico-fórica inicial. Essa ressalva é importante porque parece haver uma lacuna explicativa da propensão do sujeito ao *fazer* (ou a *não-fazer*). Essa propensão já está prevista no próprio quadrado e foi objeto de reflexão ao longo do percurso de constituição da própria Semiótica, que resultou no estudo das paixões.

Em termos analíticos, é mister separar actante e ator. O primeiro diz respeito a uma posição sintática em uma dada relação. O segundo refere-se ao recobrimento figurativo de uma ou várias funções actanciais, realizado em um nível de adensamento semântico mais

complexo: o discurso. Desse modo, o sujeito que está em conjunção com o objeto valor *cultura* está recoberto pelas figuras *homem pelado* e *barbeador*, ou seja, ambas as figuras realizam o mesmo actante, embora não componham o mesmo ator.

Da mesma forma convém separar o sujeito do *querer/dever* daquele sujeito do *fazer*. Ao primeiro, chamaremos *destinador-manipulador* ao segundo, *destinatário-manipulado*. *Fazer-ser* e *fazer-fazer* estarão a cargo do destinador conforme a modalidade seja endotática (ser) ou exotática (fazer).

É no nível discursivo, instância mais “concreta” que o nível narrativo, que o sentido encontra seu adensamento semântico máximo. É nesse nível que as estruturas sêmio-narrativas organizadas no nível anterior serão recobertas por temas e figuras (semântica discursiva) que cumprirão dupla tarefa: manter a articulação de sentido fundamental e acrescentar os efeitos de explicação ou representação da “realidade”. É nesse nível também que se instauram as categorias de pessoa, espaço e tempo (sintaxe discursiva).

Para a Semiótica Discursiva, a produção do sentido tem início com a instalação de um universo de sentido, resultante da projeção para fora de si que o sujeito da enunciação, no acontecimento de linguagem, faz das categorias de *pessoa*, *tempo* e *espaço*. Esse movimento inaugural, dado como pressuposto, é chamado *debreagem*. Assim, todo enunciado é resultante de uma *debreagem* inicial, a partir da qual é instalado todo o universo de representações, tanto da *pessoa*, do *tempo* e do *espaço* do enunciado; quanto do *sujeito*, do *tempo* e do *lugar* da enunciação.

Pela *debreagem*, o sujeito enunciante cria objetos de sentido diferentes do que ele é fora da linguagem. Ele projeta no enunciado um *não-eu* (*debreagem* actancial), um *não-aqui* (*debreagem* espacial) e um *não-agora* (*debreagem* temporal), separados do /eu-aqui-agora/, que fundamentam sua inerência a si mesmo. A *debreagem* é a condição primeira para que se manifeste o discurso sensato e partilhável: ela permite estabelecer, e assim objetivar, o universo do “ele” (para a pessoa), o universo do “lá” (para o espaço) e o universo do “então” (para o tempo) (BERTRAND, 2003, p. 90).

O nível discursivo do percurso gerativo de sentido envolve um grau elevado de complexidade, pois, a um tempo, adensa as estruturas sêmio-narrativas resultantes do nível narrativo e indicia a manifestação, a realização do texto. Desse modo esse nível criará um efeito de realidade resultante tanto da cobertura temático-figurativa quanto das estratégias de simulação da enunciação no enunciado. É nesse universo assim construído que serão

postas (ou dispostas) as representações actanciais, temporais e espaciais da enunciação pelo procedimento de *embreagem*, que instala o universo da primeira pessoa e todas as relações dêiticas² por ela implicadas. Esse duplo movimento (*debreagem* e *embreagem*) permite a simulação da enunciação, dentro do universo da linguagem, ou seja, permite instaurar o “*lugar imaginário da enunciação*” por meio dos simulacros de presença, que são *eu, aqui e agora* (BERTRAND, 2003, p. 91), onde novamente serão simulados outros níveis de projeção: *debreagem enunciativa e enunciva, embreagem enunciativa e enunciva*. Reiteramos o caráter de simulação dessas operações.

Figura 5 –Debreagem enunciva



Fonte: elaborado pelo autor

A Figura 5 ajudará a exemplificar alguns dos conceitos que apresentamos. Optamos por apresentar esses conceitos em caráter puramente didático, com exemplo de texto sincrético, de modo a mostrar que são fenômenos não somente do puramente linguístico, mas de toda manifestação da linguagem.

Uma breve nota acerca de textos sincréticos. Compreende-se sincretismo em linguística de maneira bem restrita como a superposição de elementos pertencentes a categorias heterogêneas cuja função resultante difere da função original dos elementos. Isso significa que os elementos sincretizados passam a se pressupor mutuamente, de modo que não haja prevalência de um sobre o outro na realização da nova função. Assim, entenderemos como texto sincrético aquele que solidariza, na expressão, significantes múltiplos (porque integram outros códigos), com o propósito de manifestarem sentido único. Vale destacar que

² Entendemos por relações dêiticas os movimentos de referência no texto aos elementos constituintes da enunciação.

os códigos a que esses significantes pertencem originalmente lega propriedades ao conjunto sincretizado, de modo que, resguardadas as limitações, podem ser analisados de forma razoavelmente autônoma. Destaquemos que a análise dos sentidos manifestados em um texto sincrético somente será levada a termo se considerados os significantes sincretizados como solidários, a análise autônoma desses significantes, embora possível, mutila o conjunto significante sob análise.

Voltemos ao exemplo! Os sistemas interpretados também manifestam as estratégias enunciativas do sistema interpretante. Em primeiro lugar recuperamos um dos termos do quadrado do nível fundamental semanticamente adensado pelas figuras *academia de ginástica, alteres, tênis, roupas, luzes* etc. O próprio fazer do ator do enunciado é uma figura que recobre o conceito */cultura/*. O outro */natureza/* está recoberto (sem trocadilhos) pela figura *pelos*. A Figura 5 exemplifica ainda uma debreagem enunciativa a um só tempo actancial, espacial e temporal; pois instala um *ele-lá-então*. O ator, o espaço e o tempo presentes no enunciado não correspondem, ou não referem, o momento da enunciação.

Figura 6 – Debreagem enunciativa



Fonte: elaborado pelo autor

Por sua vez, a Figura 6 cria uma espécie de retorno à enunciação com uma debreagem actancial enunciativa por meio da forma verbal imperativa *evolua*, que, ao dirigir-se a um *tu* (você) implica um *eu*, simulando no enunciado a estrutura da enunciação. Destaquemos ainda que o objeto modal que constituirá a competência necessária para o sujeito entrar em conjunção com o objeto valor *cultura* está figurativizado pelo *barbeador*. É fácil perceber, portanto, que é a partir das marcas deixadas no enunciado que a enunciação será inferida (ou construída). A análise das estratégias enunciativas permite descrever um

simulacro da enunciação, instância, como dissemos no início, responsável pela conversão da língua em texto. Tomemos mais um exemplo:

Desta vez Halim parecia baqueado. Não bebeu, não queria falar. Contava esse e aquele caso dos gêmeos, de sua vida, de Zana, e eu juntava os cacos dispersos, tentando recompor a tela do passado.

“Certas coisas a gente não deve contar a ninguém”, disse ele, mirando nos meus olhos.

Relutou, insistiu no silêncio. Mas para quem ia desabafar? Eu era o seu confidente, bem ou mal era um membro da família, o neto de Halim (HATOUM, 2000, p. 134).

Não procederemos uma análise exaustiva do conjunto significativo acima, apenas apresentaremos algumas estratégias de simulação da enunciação no enunciado. Começamos pelo pronome “eu”, a quem se refere? Podemos identificá-lo com o sujeito da enunciação? Vejamos: em sua primeira ocorrência esse pronome se constitui sujeito sintático do verbo “juntar”, no pretérito. A marca de pretérito instaura o efeito de dois momentos distintos, não simultâneos, no enunciado: o momento da enunciação (agora) e o momento do enunciado (então), o vivido e o narrado, respectivamente. É a isso, reforçamos, à instauração de um momento *então* no enunciado, que se chama *debreagem temporal enunciva*.

Haveria então duas temporalizações: uma do enunciado e outra da enunciação. Esta é a temporalidade em que o narrador conta os eventos; a primeira, aquela em que os acontecimentos ocorreram. Cabe ainda lembrar que o que importa na determinação da temporalização é o tempo linguístico e não o tempo crônico (FIORIN, 2005, p. 233).

A marca de pretérito já ocorrera em *contava* e reincidirá em *disse, relutou e insistiu*. Cria-se um efeito de objetividade com essa distinção entre o momento de “contar os eventos” e o momento em que “os acontecimentos ocorreram”. Essa objetividade reforça o contrato veridictório, o enunciadador-manipulador modaliza seu enunciado pelo *parecer-verdadeiro* a fim de que o enunciatário-manipulado adira ao contrato fiduciário, deixando-se modalizar pelo *fazer-creer*. Dada essa distinção temporal, é de se supor também nesse enunciado uma distinção espacial (uma *debreagem espacial enunciva*), embora nenhuma marca linguística explicita essa separação.

O texto apresenta um Halim que, em algum momento, se torna o enunciadador de uma enunciação de segundo grau inscrita no enunciado. As aspas são marca dessa delegação

de voz, mas há outras: a mudança do tempo verbal do pretérito para o presente (*deve*); a mudança de pessoa do ele para nós (*a gente*); e ainda a presença de um verbo *dicendi*, cânion do discurso reportado (*disse*). Esse tal Halim é introduzido no texto por meio de uma *debreagem actancial enunciativa*, em coerência com o que já se falou acerca do tempo e do espaço (ele *parecia*, ele *não bebeu*, ele *não queria*). Quando Halim se torna enunciador simulado no enunciado, ele instaura um enunciatário (um *tu* para o *eu*-Halim), que é imediatamente identificado com aquele que conta os acontecimentos. O pronome pessoal *eu* e o possessivo *meus* sugerem, então, uma *debreagem actancial enunciativa*. Temos a identificação de um ator do enunciado com um dos actantes da comunicação, isto é, aquele *eu*, enunciatário de Halim, se identifica com esse que relata os acontecimentos. Não nos esqueçamos de que todos esses movimentos são fruto do fazer enunciativo do sujeito da enunciação, responsável, em última instância, pela enunciação global e, conseqüentemente, pela existência do enunciado. Com os movimentos de *debreagem*, é possível simular a enunciação no enunciado e, dentro deste, delegar a voz a um ator que, por sua vez, operará nova *debreagem* e novo efeito de realidade e assim sucessivamente.

Neste processo de *debreagens* sucessivas, acontece que toda enunciação simulada no interior de um discurso referencializa o simulacro da enunciação anterior, conferindo-lhe uma impressão de realidade. Mas, é bom que se diga, esta referencialização não passa de um efeito de discurso. Por isto é que podemos dizer que não lidamos, em discurso, senão com simulacros (SARAIVA; LEITE, 2013, p. 41).

A inferência da imagem fim desse sujeito da enunciação passará, necessariamente, pelo modo de as diversas instâncias simuladas no enunciado se articularem. Assim, a intenção de caracterizar a dinâmica identitária de nosso *sujeito-humorista* deverá partir daquilo que o texto apresenta, ou seja, dos processos mobilizados pelo sujeito da enunciação que estão refletidos no produto da enunciação. O discurso humorístico, nosso objeto neste trabalho, instaura muitos dos seus efeitos a partir da manipulação desses movimentos breantes. O centro de nosso trabalho, a blindagem, parece ser fruto da relação existente entre níveis diferentes de simulação da enunciação no enunciado, parece que o humorista sempre pode escapar, como sujeito-enunciador, para um nível enunciativo diferente daquele ocupado pelo alvo do humor.

Um questionamento pode ser feito aqui acerca dos efeitos de blindagem conseguido por esse procedimento de simulação da enunciação. Há gêneros que operam com

maior ou menor intensidade a instauração desses graus de profundidade enunciativa, de modo que nos parece interessante, embora não desejemos fazê-lo aqui, parece interessante ampliar a reflexão dos efeitos de blindagem vinculando-o ao grau de profundidade enunciativa requerido ou instaurado pelo gênero a ser analisado. Será que uma piada proporciona um efeito de profundidade maior que o de uma charge, por exemplo? O *stand up comedy* diminui esse efeito de profundidade? É uma janela interessante para futuras investigações. Mas não adiantemos a carroça ao jegue.

2.3 A enunciação como predicado

A enunciação não tinha espaço nos prolegômenos da teoria semiótica. Contudo, somente quando ela pode ser pensada como uma implicação lógica da existência do enunciado é que a semiótica greimasiana se sentiu confortável para abordá-la.

A temática da enunciação [...] vai tomando corpo pouco a pouco no seio da semiótica francesa, até culminar com a adoção do conceito de *instância discursiva*, como um lugar teórico em que se operam os procedimentos para a constituição do sentido (SARAIVA, 2014, p. 55).

Aqui é importante destacarmos da fala de Saraiva (2014) que a enunciação é “um lugar teórico em que se operam os procedimentos de constituição do sentido”, isso significa que nesse lugar não há sujeitos senão aqueles entendidos como fruto das operações realizadas no enunciado. Isso tira de vez a ontologização do sujeito da enunciação. É importante termos isso em mente sempre que falarmos de nosso sujeito-humorista, pois este nada mais é que uma dedução das operações realizadas no conjunto significante posto em análise. O simulacro que o modelo teórico cria desse sujeito é fruto da análise dos procedimentos enunciativos indiciados no texto e não pode ter a pretensão de descrever um sujeito de carne, osso e pescoço. Repetimos: a análise das operações realizadas no texto permite ao analista descrever o lugar teórico da enunciação e, conseqüentemente, seus actantes, enunciador e enunciatário. Voltaremos a essa discussão, por hora continuemos com o pensamento de Saraiva (2014).

O autor aponta três fases sucessivas de desenvolvimento dos estudos semióticos, cada uma delas marcada por uma palavra-chave: estrutura, enunciação e interação. A

primeira fase, o primado da estrutura, é aversa a qualquer reflexão que envolva o sujeito e a subjetividade, de tal modo que os estudos dessa fase se concentram em enxergar a língua como uma estrutura, como forma, dado o receio de cair em um psicologismo ou ontologismo, é a fase do objeto, corresponde ao que falamos na primeira seção acerca dos postulados saussurianos. A segunda fase, a da enunciação, traz nas reflexões de Benveniste, a tônica das pesquisas linguísticas, a pragmática assume centralidade, é a fase do sujeito egocêntrico. A terceira fase preconiza o aspecto dialógico conversacional da linguagem, aqui compreende-se que um estudo acerca da linguagem não pode desprezar a interação entre os sujeitos que dialogam, a intersubjetividade ganha corpo em detrimento do egocentrismo predominante na fase anterior, é a fase da intersubjetividade.

Uma quarta fase desponta na década de noventa abrindo espaço para um campo de reflexão que envolveu a percepção e, de certa maneira, operou uma mudança das categorias discretas para as categorias contínuas ou analisáveis em graus. “Em outras palavras, enunciar é organizar o espaço tensivo em torno de um centro sensível, é construir um campo discursivo com cujo núcleo as grandezas convocadas mantêm relações tensivas” (SARAIVA, 2014, p. 58).

O centro de referência a partir do qual tudo se enuncia é, portanto, um corpo sensível, ele não existe antes da enunciação, é a partir do instante da enunciação que ele se instaura como centro de um campo de presença e é a partir das modulações operadas nesse campo que um tal sujeito se dá a perceber. Não nos esqueçamos de que esse sujeito, mesmo que dotado de um corpo sensível, não passa de um simulacro, de um construto teórico, sensibilidade aqui é também uma categoria teórica.

um sujeito enunciante, cujos procedimentos enunciativos, sobretudo as operações de convocação de grandezas para o discurso e sua conversão nos diferentes níveis gerativos do sentido, constroem uma voz própria, com um tom específico, isto é, um modo singular de habitar o espaço social e com ele interagir (SARAIVA, 2014, p. 59).

Novamente convém destacar um trecho que reforça o caráter operacional da enunciação e de seu sujeito: “um modo singular de habitar o espaço social e com ele interagir”. Observemos que o trecho destacado aponta para um fazer, para “um modo” de fazer, ou seja, enunciação e seu sujeito são operações, constituem atos. Vê-se claramente aqui, e cremos tê-lo já indicado na seção anterior, que a enunciação não é tomada enquanto

evento histórico, da “realidade”. Não se há de pensar que a semiótica greimasiana descarte a existência empírica de um evento ao qual possa chamar enunciação. Ela apenas afirma que esse evento é inapreensível em si mesmo, ou seja, a reflexão sobre a enunciação deve se dar conforme a redução metodológica estabelecida pela disciplina, sob pena de ferir os princípios do empirismo científico lembrados por Hjelmslev (1975). É assim que a enunciação passa a ser entendida como uma instância pressuposta da existência de seu produto: o enunciado.

Sendo um *fazer*, a enunciação implica um feito, isto é, embora não possamos apreender esse fazer enquanto tal, podemos pensá-lo a partir de seu resultado e inferir-lhe a organização. Significa dizer, em outros termos, que, metodologicamente, somente é possível falar da enunciação³ enunciada, pois é somente na dimensão do enunciado que ela se dá a perceber.

É evidente que para que o enunciado seja enunciado é necessário que o enunciemos. Portanto, é necessário que o enunciado possua um predicado, uma função, enfim, a enunciação. Se já existe um enunciado enquanto objeto do pensamento, da enunciação, se existe um processo intitulado enunciação, isso pressupõe a existência de um sujeito da enunciação. Temos, finalmente, a enunciação, que se opõe ao enunciado, mas que possui, ela também, a estrutura de um enunciado elementar, com um sujeito, um predicado e um objeto, mas com a diferença que o actante objeto da enunciação é um enunciado (GREIMAS, 1974, p. 2).

A enunciação, portanto, é uma relação predicativa entre seu actante-sujeito e seu actante-objeto, similar àquela relação dos actantes de seu produto, sendo possível inferir-lhe os componentes a partir dele. Como um fazer, a enunciação é um predicado que articula dois actantes: o sujeito da enunciação e o objeto da enunciação, sendo este último o único actante manifestado. Considerado o enunciado, produto de um fazer enunciativo, como um dos fúntivos da enunciação; resta-nos, por implicação lógica, assumir o sujeito desse fazer enunciante como o outro fúntivo. Em termos glossemáticos (HJELMSLEV, 1975), há entre sujeito da enunciação e enunciado uma relação de implicação mútua, ou seja, de

³ Reiteramos que não negamos a existência de um evento histórico ao qual se atribua o nome enunciação e que se constitua objeto de estudo de uma disciplina específica. Contudo, percebemos que, em qualquer estudo de pretensões científicas, algumas posições teóricas devam ser assumidas e que outras não podem ser descartadas. Nesse ponto em particular, nossa postura, adotando o pensamento daqueles que procuraram pensá-la em termos estruturalistas, nossa postura escusa qualquer abordagem ontologizante da enunciação e busca defini-la e descrevê-la partindo das relações inscritas no enunciado, primamos pela imanência em detrimento da transcendência.

complementaridade e de solidariedade, conforme consideremos a relação desses functivos no sistema ou no processo, respectivamente. Como já adverti acima, não confundamos esse sujeito logicamente implicado, deduzido do enunciado por catálise, com um sujeito empírico, ontológico, acerca do qual, dada nossa postura epistemológica, calamos.

Dessa maneira, o lugar da enunciação é reconhecido na medida, e somente na medida em que ela está logicamente pressuposta pela existência do enunciado. Já que assumimos o fato de que, em toda relação predicativa, a presença de um actante-objeto implica a de um actante-sujeito e vice-versa, basta conhecer a existência de um dos actantes para deduzir a existência do outro: nesse caso, conhecemos o “objeto-enunciado”, que é o texto, podemos, pois, inferir a partir dele a existência do actante-sujeito (BERTRAND, 2003, p. 82).

Tomada então como instância pressuposta pela existência do enunciado, a enunciação terá, como ato produtor que é, seu sujeito também pressuposto logicamente do enunciado. Como, porém, falar desse sujeito pressuposto? Como caracterizá-lo e defini-lo? As propriedades desse sujeito serão inferidas a partir daquilo que é simulado no enunciado. Isso significa dizer que a identidade desse sujeito pode ser construída paulatinamente pelo analista à medida que a análise do enunciado avança. O sujeito da enunciação, simulado no enunciado, assume o aspecto de uma *isotopia* ou recorrência sêmica, de uma identidade, no sentido greimasiano, uma operação. “O sujeito enunciator é assim instalado no cruzamento das relações sintáticas e semânticas que lhe determinam a competência com o espaço de liberdade relativa pressuposto pela enunciação do discurso” (BERTRAND, 2003, p. 84). O espaço da enunciação não é, portanto, um lugar no mundo físico, mas um lugar no universo de sentido pressuposto pelo enunciado, como já nos havia indicado Benveniste.

Não nos esqueçamos, porém, de que o uso deve ser fator importante das reflexões acerca da linguagem. É ele que opera as coerções sociais e culturais que o fluxo da história impõe às possibilidades da *langue*, constituindo o universo semântico dentro do qual o sujeito da enunciação se faz, a partir do que assume ou renega desse universo. Se aceitamos que as estruturas estabilizadas em um dado universo semântico estão disponíveis para a realização nos textos, podemos inferir, a partir daquelas efetivamente mobilizadas, propriedades importantes do sujeito da enunciação. Em outras palavras, o sujeito da enunciação pode ser construído a partir das escolhas realizadas no enunciado, pois, em relação às estruturas estabilizadas, esse sujeito pode confirmá-las, assumindo-as no

enunciado, ou negá-las, realizando outras possibilidades do sistema ou mesmo “forçando” os limites do possível. De qualquer modo, o resultado dessas escolhas e mobilizações inscrito no enunciado permite construir uma *imagem-fim* (SARAIVA, 2014) do sujeito da enunciação enquanto entidade semiótica, não enquanto entidade empírica. Além disso, desde o enunciado, é de se supor desse sujeito um conjunto de competências que, em última instância, o constituem (FIORIN, 2005).

O sujeito da enunciação deve ser buscado nas múltiplas recorrências que porventura estejam marcadas no enunciado, ou seja, é a partir do dito, mais especificamente daquilo que se repete no dito, daquilo que recorre no dito que se deve buscar aquele que diz. Enunciar estabelece um ponto de vista, um centro de referência a partir do qual as grandezas serão moduladas. Caracterizar o sujeito da enunciação é, por conseguinte, nada a mais, porém, nada a menos, que descrever-lhe as competências necessárias à realização do fazer enunciativo que gerou aquele enunciado específico e não outro. Tenhamos sempre em mente, todavia, que todos esses movimentos analíticos devem ser fundados no enunciado, ou seja, no conjunto significativo tomado como pertinente: o texto. Aqui um dos nossos objetivos, não o principal, é analisar as marcas presentes no enunciado que nos permitirão inferir ou construir a imagem-fim do sujeito da enunciação do texto humorístico. Descrever a dinâmica enunciativa permitirá compormos as propriedades da instância de operação responsável pelo discurso humorístico, instância que chamamos sujeito-humorista.

Voltemos ao universo semântico! O fazer fundamental, o fazer gerador desse universo semântico é a comunicação, aqui entendida para além da circulação de enunciados enquanto objetos do fazer enunciativo. Para além porque é na comunicação que o fruto do fazer do sujeito enunciante pode ser tomado pelo viés da narratividade que o constitui, tornando-se objeto de manipulação do sujeito da enunciação discretizado nos actantes desse processo: *enunciador* e *enunciatário*.

Sendo a enunciação um jogo de construção de simulacros, o processo comunicativo não pode ser, portanto, reduzido à mera circulação de mensagens num dado contexto, como sustentavam alguns adeptos da teoria da informação. A enunciação, examinada sob o prisma da narratividade, tem, no programa de persuasão-manipulação-interpretação intersubjetiva, próprio do processo comunicativo, a construção de simulacros como um dos procedimentos básicos. E o enunciado, por sua vez, não é apenas objeto de transmissão de saber, mas um objeto-discurso construído e manipulado pelo sujeito da enunciação (SARAIVA; LEITE, 2013 p. 42).

É importante que frisemos, novamente, o caráter relacional desses termos. Assim como o sujeito da enunciação, esses dois actantes também são pressupostos do enunciado e nada – a não ser um realismo ingênuo (BEIVIDAS, 2006) – os faz corresponder a pessoas empíricas. Do mesmo modo que se infere (constrói) a enunciação do enunciado, também se inferem enunciador e enunciatário das marcas presentes nele, ou seja, *ethos* e *pathos* são resultado da análise das marcas inscritas no enunciado, que por sua vez foram deixadas pelo sujeito da enunciação. Isso quer dizer que “não há como enunciar senão construindo e marcando posição, isto é, constituindo-se transitiva e reflexivamente em relação a alteridades: sujeitos (sujeito / destinador / destinatário) e objetos” (SARAIVA, 2014, p. 96).

Tomada narrativamente, a comunicação deverá pressupor a existência de um contrato a partir do qual todo o conjunto significativo será negociado entre enunciador e enunciatário, de cuja adesão ou recusa depende o “sucesso” comunicativo. Assim, cada conjunto significativo traz os indícios que permitem determinar o contrato comunicativo proposto, aquilo que o enunciador-manipulador propõe ao enunciatário-manipulado que o fará aceitar (*contrato fiduciário*) o enunciado como verdadeiro (*contrato veridictório*). Essas marcas permitirão ao analista inferir, por exemplo, as diferenças entre certos discursos como o científico, o humorístico, enfim, em razão dos graus de adesão (da adesão total à total recusa) e de veridicção (da verdade à mentira).

Fique claro que não afirmamos aqui ingenuamente que enunciador e enunciatário devem falar a verdade, devem colaborar para o sucesso da comunicação, não! O que afirmamos é o jogo persuasivo de manipulação pelo qual o sujeito-enunciador busca obter do sujeito-enunciatário a fidedignidade que garantirá a aceitação, ou a recusa, do objeto-discurso que se lhe propõe. Lembramos que tanto o enunciador-manipulador quanto o enunciatário-manipulado no jogo persuasivo são estratégias do sujeito da enunciação, instância responsável pela instauração dos simulacros da enunciação no enunciado. Sendo a comunicação o predicado sobremodalizador do *fazer* e do *crer*, podemos encará-la, portanto, como a manipulação fundamental, aquela que estabelecerá o pacto discursivo entre enunciador e enunciatário.

Desse modo, o discurso humano, qualquer que seja o ambiente expressivo como plano de sua manifestação (verbal ou não), acaba se revelando, como diz Greimas, como lugar “frágil” onde os valores de verdade, falsidade, segredo, mentira se apresentam em equilíbrio mais ou menos instável, como um acordo tácito ante um contrato de veridicção (que estatui sobre o

parecer-verdadeiro) e um contrato fiduciário (que estatui sobre as diversas posições do crer) (LOPES; BEIVIDAS, 2007, p. 35).

Essas duas categorias, *contrato fiduciário* e *contrato veridictório*, ser-nos-ão muito úteis na análise do texto de humor, pois enxergamos uma especificidade desses contratos que parece caracterizar o discurso humorístico.

Em resumo, “[...] a ‘enunciação’ não será, pois, nada mais, porém nada menos tampouco, que o *ato pelo qual o sujeito faz o sentido ser*; correlativamente, o ‘enunciado’ realizado e manifestado aparecerá, na mesma perspectiva, como o *objeto cujo sentido faz o sujeito ser*” (LANDOWSKI, 1992, p. 167). O *enunciado* é o actante do predicado *enunciação* que é realizado, sendo o outro actante o *sujeito* da enunciação, logicamente pressuposto. *Enunciador* e *enunciatório* são actantes da *comunicação*, implicados pelo fazer comunicativo, também pressupostos do enunciado. Tomada como manipulação, a comunicação impõe um *enunciador-manipulador* e um *enunciatório-manipulado* e contratos de veridicção e fidúcia. Feita a distinção formal dessas funções e functivos e definidos seus lugares na economia descritiva da instância da enunciação e do fazer comunicativo, a análise textual mostrará que, não raro, as estratégias enunciativas mobilizadas no enunciado facilmente podem sincretizar tais funções ou mesmo neutralizar a oposição entre seus functivos em favor e causa dos efeitos de sentido.

O sujeito da enunciação deve ser buscado nas múltiplas recorrências que porventura estejam marcadas no enunciado, ou seja, é a partir do dito, mais especificamente daquilo que se repete no dito, daquilo que recorre no dito que se deve buscar aquele que diz. Isso porque enunciar estabelece um ponto de vista, um centro de referência a partir do qual as grandezas serão moduladas; o como essas grandezas são moduladas revelará o sujeito enunciador.

2.4 Veridicção e fidúcia

A semiótica discursiva adota para si uma postura metodológica que recusa a pretensão de atingir o ser das coisas, ela basicamente opera com o parecer das coisas, bem de acordo com os fundamentos da Fenomenologia. Na verdade, essa disciplina, como já

afirmamos em outros pontos deste texto, essa disciplina atua com a construção de modelos que simulem a atividade de produção do sentido, ou seja, de modelos que pareçam ser.

Se o processo de produção e apreensão do sentido são simulados em semiótica, também são simulados os actantes responsáveis por sua produção. O sujeito responsável pela produção do enunciado não é visto como um indivíduo de carne, osso e pescoço que transita no mundo “real” estabelecendo relações com outros sujeitos. Na verdade, o sujeito responsável pelo enunciado, analiticamente, é também encarado como uma simulação, como um produto do enunciado, ou seja, um efeito de sentido; um sujeito simulado tomado como pressuposto para a realização do enunciado e descrito por catálise.

Nestes termos, vale dizer que a enunciação em Semiótica é encarada ela própria como um enunciado, ou seja a enunciação é enunciada. Somente assim, é possível projetar no enunciado global, que seria a enunciação, as categorias (simuladas) de pessoa, tempo e espaço que constituem a instância de atuação do sujeito actante desse enunciado amplo: o sujeito da enunciação global. Um tal sujeito desdobra-se por sua vez, também por pressuposição, em enunciador e enunciatário da enunciação enunciada.

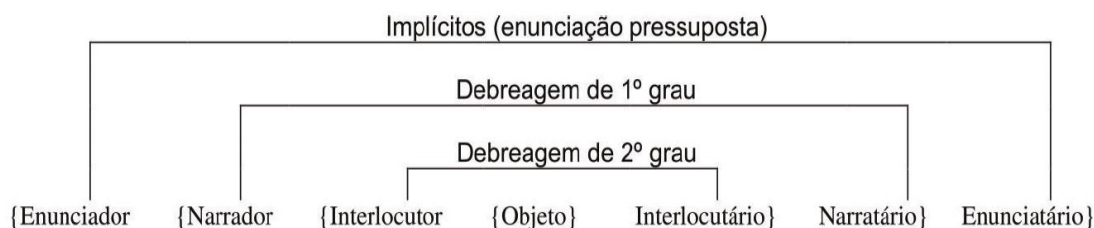
As simulações da enunciação comportam inúmeras possibilidades de desdobramento de seus actantes. Assim, o sujeito da enunciação global – um simulacro – é resultante do sincretismo de dois outros simulacros: o enunciador e o enunciatário. As debreagens constituem a estratégia de simulação desses actantes no enunciado. Por elas é possível que o enunciador global projete ou não as categorias da enunciação no enunciado. Uma vez instaurados no enunciado, enunciador e enunciatário podem simular novo nível de enunciação e delegar voz a outros actantes (procedimento sherazade). É importante destacar que o nível debreado adota como referência o nível breante imediatamente anterior.

Convém aqui um esclarecimento acerca dos níveis tomados como referência. É importante destacar que a invenção operada pelo humor não se opõe necessariamente àquilo a que o senso comum chama realidade, ela pode se opor à “realidade” do universo fictício. O queremos dizer é que o humor opera uma subversão daquilo que é considerado ou percebido como estável. Não importa, para efeitos de percepção da subversão operada pelo humor, não importa se esse campo estabilizado seja considerado real ou fictício pelo leitor. A rigor, é irrelevante a classificação que possamos dar a este ou àquele universo estabilizado, se real, se fictício, se teórico, enfim, o humor tratará de expor a regularidade e subvertê-la. É claro que a ficção pode interferir na realidade do leitor ou do espectador, o texto não se refere somente a ela na elaboração do discurso humorístico. É por isso que afirmamos que o

humor desencadeia os processos de deformação tanto das formas fixas da língua quanto dos estereótipos sócio-históricos.

A delegação de vozes de um actante para outro estabelece entre eles uma diferença hierárquica em termos analíticos. Convém, portanto, nomear diferentemente cada actante conforme o grau de debreagem que o origina. Barros (1988, p. 75) propõe o seguinte quadro para esclarecer essa questão:

Figura 7 – Graus de enunciação enunciada



Fonte: Barros (1988, p. 75).

A análise dos conjuntos significantes lançará mão dessa nomenclatura a fim de tornar clara a manipulação das diversas instâncias enunciativas que povoam o discurso, em particular o discurso humorístico. Nunca é demais lembrar que o efeito de blindagem que hora investigamos decorre em grande medida da manipulação desses graus de enunciação enunciada.

Nestes termos, compreender a comunicação como a circulação de objetos textuais entre sujeitos “reais” parece uma posição um tanto ingênua. Se analisamos a enunciação sob a ótica da narratividade, a comunicação envolverá um processo de persuasão, manipulação e interpretação intersubjetiva em cuja base a simulação figura como categoria central. Na dinâmica comunicativa, encarada narrativamente, enunciador e enunciário assumem posições bem específicas. O primeiro torna-se o destinador-manipulador enquanto o segundo constitui-se o destinatário-julgador.

Tudo se passa, então, como se o sujeito da enunciação, ao produzir o enunciado, convocasse as estruturas semionarrativas virtuais para atualizá-las em discurso, e, nesse processo de discursivização daquelas estruturas, assumisse o duplo papel actancial de enunciador e enunciário. Mas, ao comunicar o discurso-enunciado, o sujeito da enunciação se discretizasse e assumisse apenas o papel de enunciador, apresentando-se, nesse caso, o

processo de discursivização como um lugar de troca entre enunciador e enunciatário (SARAIVA, 2014, p. 94).

Há nesse emaranhado de funções um aspecto que de perto nos interessa. Os sincretismos e desdobramentos que o sujeito da enunciação global, o nosso sujeito-humorista, pode realizar criam o efeito de perspectiva, de ponto de vista, de local de observação. Dizendo de outro modo, esses desdobramentos orientam a apreensão do sentido do enunciado; a perspectivização compensa, *grosso modo*, as dificuldades inerentes à percepção. Como toda a percepção em Semiótica é encarada como filtrada pela linguagem, o enunciatário, guiado pelo enunciador, “percebe” o que o enunciador faz perceber, ou seja, a relação entre enunciador e enunciatário baseia-se em um fazer-criar, mais do que em um fazer-saber. Isso significa que não existe uma verdade previamente estabelecida que o fazer-saber pressupõe. Em fato, o que há é uma busca de convencimento, uma busca de alinhamento entre aquilo que o enunciador propõe e aquilo que o enunciatário aceita, esse jogo de manipulação constitui o cerne do estabelecimento daquilo que ambos acordarão como verdade.

Fazer-criar e fazer-saber estão na base dos dois contratos estabelecidos entre enunciador e enunciatário já referidos na seção anterior: o contrato fiduciário e o contrato veridictório. Ambos determinarão o tipo de interação que ocorrerá entre os simulacros de enunciador e enunciatário e, conseqüentemente, como um parecerá ao outro. Significa dizer que os contratos citados compõem em certa medida as identidades postas em cena na enunciação, polêmica ou contratualmente, pois esses contratos constituem a base sobre a qual enunciador e enunciatário compõem a imagem um do outro. Por exemplo, o discurso científico, fortemente marcado pelo fazer-saber, mobiliza estratégias que estabelecerão um vínculo entre enunciador e enunciatário em que este vê aquele como confiável e seu enunciado como verdadeiro. Sem esse vínculo de confiança (ou desconfiança) entre enunciador e enunciatário, o sentido não se realiza.

Nestes tempos de *Fake News*, ficam mais evidentes essas posições enunciativas. Recorremos a “fontes confiáveis” para verificarmos se uma informação divulgada em rede social é “verdadeira” ou “falsa”. Tais fontes são confiáveis por quê? Ora um jornal com sede física, muitos anos de atuação no mercado, equipe de jornalistas respeitados e ampla circulação parece ser um sujeito-enunciador mais confiável que um pasquim de subúrbio feito sabe-se lá por quem. Percebamos que o menos importante aqui é a veracidade

referencial da informação (como queriam os estudiosos de uma lógica vericondicional), mas quem apresenta essa informação e como apresenta essa informação.

De nossa parte, para os interesses de nosso trabalho, parece que o sujeito-humorista instaura um contrato comunicativo ambíguo entre o verdadeiro e o falso; entre o confiável e o duvidoso. Se o sujeito-humorista é confiável e seu discurso, verdadeiro, não temos piada. Por outro lado, se o sujeito-humorista é mentiroso e seu discurso, falso, também não temos piada. Parece ser necessária uma ambiguidade do contrato. Tomemos um exemplo:

Figura 8 – Verdadeiro ou falso?

UOL notícias Cotidiano

ÚLTIMAS • CIÊNCIA E SAÚDE • ECONOMIA • INTER • JORNAIS • POLÍTICA • ELEIÇÕES 2018 • UOL C

Única linha do metrô funcionando é a privada, diz Alckmin ao criticar greve

Do UOL, em São Paulo 18/01/2018 09h13

f t p in e Ouvir texto Imprimir Comunicar erro



O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), **criticou a paralisação dos metroviários de São Paulo iniciada na manhã desta quinta-feira (18)** e defendeu as privatizações das linhas 5-iliás e 17-ouro (monotrilho) do metrô. Em vídeo publicado nas redes sociais, o tucano disse que a greve reforça a convicção do governo de que está correta a concessão, citando a linha 4-amarela como única que está funcionando completamente.

Fonte: Figura retirada da internet

O conjunto significativo acima traz uma notícia: o governador de São Paulo fez uma afirmação acerca do metrô da cidade de São Paulo⁴. Aceitamos a informação como verdadeira e seu enunciador como confiável. Por quê? Há uma gravação em vídeo em que o governador (actante do enunciado) faz a declaração divulgada no próprio portal de notícias. Outros conjuntos significantes atribuídos a esse mesmo enunciador também foram tomados

⁴ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/01/18/unica-linha-do-metro-funcionando-e-a-privada-diz-alckmin-ao-criticar-greve.htm> Acesso em: 22 de jan. de 2018.

como verdadeiros. O discurso jornalístico instaura uma relação entre um enunciador que diz a verdade e um enunciatário que acredita no discurso como verdadeiro, sem essa relação o discurso jornalístico não existe. Não nos esqueçamos de que esse jogo de verdade é um efeito de sentido resultante das estratégias enunciativas, por exemplo, mobilizadas no texto. Continuemos!

Na notícia veiculada, há um vídeo em que o governador de São Paulo faz comentários acerca da greve dos metroviários da cidade de São Paulo, vejamos a transcrição da fala:

Esta absurda greve de parte dos metroviários que não respeita a decisão judicial, que garantiu oitenta por cento de funcionamento em horário de pico, nos reforça, inclusive, a convicção de que está correta a concessão da linha cinco e da linha dezessete. Veja que neste momento a única linha operando totalmente é aquela operada pela iniciativa privada, que é a linha 4. Nós não vamos retroagir e queremos ampliar os serviços de metrô e trens em São Paulo e com melhor qualidade de serviços (Governador de São Paulo Geraldo Alckimin).

Observemos que a manchete do site de notícias reporta o discurso do político e o altera, criando uma ambiguidade não presente na fala do governador. Bastou isso para que a manchete tenha se tornado “piada” no quadro “Piada pronta” do conhecido humorista José Simão, da Band News FM.⁵ Observemos que, conforme a relação entre enunciador e enunciatário muda, e a mudança é percebida pelas estratégias mobilizadas pelo sujeito da enunciação global, também mudam a veridicção e a fidedignidade. E aqui apontamos um entrave a nossa análise: o gênero textual. Chamamo-lo entrave porque não nos proporemos a inseri-lo em nossas reflexões, embora reconheçamos, e o exemplo mostra isso, reconheçamos que o gênero textual em que o humor se atualiza tenha interferência sobre sua constituição. Se os gêneros textuais destacam papéis específicos para enunciador e enunciatário é de se supor que esses papéis intervenham na constituição dos efeitos de humor. Por agora, deixaremos a questão para outros pesquisadores, caso julguem o problema digno de nota. Aqui, importamos os efeitos de verdade construídos no enunciado. Em suma veridicção e fidedignidade são modos de enunciador (destinador) e enunciatário (destinatário) estabelecerem a interação de que tomam parte. Vale acrescentar que, para além de identificar um discurso como verdadeiro

⁵ O quadro foi ao ar dia 19 de janeiro de 2018.

Disponível em: <http://www.bandnewsfm.com.br/columnista/jose-simao/> Acesso em: 22 de jan. de 2018.

ou falso etc. fíducia e veridicção dizem respeito à constituição da identidade do sujeito da enunciação global, pois tocam fundo na relação instaurada entre enunciador e enunciatário.

2.5 Enunciação e dinâmica identitária

Identidade e alteridade são termos interdefíniveis. Isso quer dizer que sua significação é interdependente, ou seja, identidade pressupõe alteridade e vice-versa. A recorrência de semas cria o efeito de identidade; para percebê-la, porém, é necessária a presença de semas diferentes, assim identidade não é o mesmo que igualdade.

Esse jogo de igualdades e diferenças que constituem a identidade cria um problema analítico: como considerar o mesmo o sujeito que se transforma ao longo de seu percurso? Assim, ao conceito de identidade deve-se também atribuir aquilo que permanece, aquilo que se mantém. Por outro lado, a alteridade representa a mudança a transformação.

O sujeito então se constitui nesse jogo de relações de identidade e diferença. Nada há de novo nisso, esse princípio regeu todas as reflexões estruturalistas desde Saussure (“na língua não há senão diferenças”). O novo aqui reside no tratamento dado ao sujeito. Este sempre fora relegado a uma posição marginal nos estudos de origem estruturalista em razão do receio de trazer para um modelo teórico imanentista uma categoria “transcendente”. Contudo, com a possibilidade de tratar o sujeito como um functivo, como uma diferença funcional do sistema de produção de sentido, a semiótica consegue ampliar seu campo de atuação e lançar luzes sobre uma gama enorme de fenômenos até então marginalizados.

Se o sujeito, como já dissemos, se constitui a partir de seu fazer enunciativo e sua identidade é deduzida do produto do seu fazer – o enunciado –, então essa identidade na verdade se constitui enquanto um fazer-se, ou seja, deve ser vista e analisada como ato, como uma dinâmica. Eis a raiz do problema que aludimos acima: como manter-se o mesmo (identidade), se é a dinâmica (diferença) que caracteriza o sujeito?

A dinâmica identitária, segundo Landowski (2002), pode ser descrita pela articulação entre conjunção e disjunção, conforme a posição assumida pelo sujeito em relação a seu outro. Há, segundo o autor, quatro possibilidades: a assimilação, a exclusão, a admissão e a segregação. O modelo proposto por Landowski distribui espacialmente os valores que, postos em correlação, constituirão a tensão que tornará instável o estado de identidade e alteridade.

Essa disposição no quadrado semiótico, como é largamente conhecido, não comporta graus de tensão entre as categorias ali dispostas. Foi nesse sentido que Fontanille e Zilberberg (2001) propuseram um acréscimo ao modelo de análise. Os autores passam a ver nas correlações um gradiente que, em última instância constitui o valor. Assim, os autores integram ao quadrado semiótico greimasiano – que organiza espacialmente valores discretos – os autores integram a intensidade e a extensidade como os functivos da função sentido, a primeira comporta a dimensão do sensível e a segunda, a do inteligível.

É da tensão entre essas duas categorias que o sentido se instaura. Duas correlações fundamentais podem se estabelecer entre extensidade e intensidade: a correlação conversa e a inversa. A primeira diz respeito ao aumento diretamente proporcional das duas categorias, nesses termos mais intensidade implica mais extensidade e menos implica menos. A segunda diz respeito a uma relação inversamente proporcional, ou seja, mais intensidade implica menos extensidade e vice-versa.

Em se tratando das relações entre o sujeito e seu outro, retomando Landowski, podem-se destacar duas posições possíveis: o afastamento (exclusão) ou a aproximação (participação). Lembremos que intensidade e extensidade operam juntas em uma relação que pode ser conversa ou inversa. Assim a exclusão representa um fechamento (na intensidade) e uma triagem (na extensidade). A participação, por seu turno, significa uma abertura (intensidade) e uma mistura (extensidade). A predominância de um ou outro valor sobre os demais trará efeitos de sentido diversos. Duas grandes categorias englobam os valores resultantes das combinações possíveis dos operadores abertura, fechamento, triagem e mistura conforme o predomínio de um ou de outro. Se a abertura e a mistura prevalecem sobre o fechamento e a triagem, temos valores de universo. Se, ao contrário, fechamento e triagem prevalecem sobre abertura e mistura, temos valores de absoluto.

Em suma, parece-nos que a dinâmica identitária proposta por Landowski pode ser homologada aos princípios da *exclusão* e da *participação*, às operações de *triagem*, *mistura*, *fechamento* e *abertura*, aos valores de *absoluto* e de *universo*, como sugerimos. Por isso, a impressão de que existe um centro de referência em cada discurso não é absolutamente falsa, sobretudo para aquele que recebe o discurso, uma vez que esse centro é construído a partir daquelas operações (SARAIVA, 2014, p. 102).

A análise da identidade deve considerá-la como um processo a ser flagrado no enunciado, desse modo é pelo fazer enunciativo que o sujeito-humorista poderia ser

revelado, ou melhor, é pelo fazer enunciativo que o analista buscará construir o simulacro do sujeito-humorista.

3 O HUMOR

O bobo da corte é o único que diz a verdade ao rei e ainda assim continua com a cabeça sobre o pescoço.

Dado que a Semiótica Discursiva não desponta no cenário das teorias de linguagem desligada de tudo que já se fizera até seu surgimento, é inescapável ao semioticista lutar com modelos já estabelecidos, métodos já firmados, argumentos já lançados. Essa luta, contudo, não é vã. Investigar as ideias já lançadas e buscar trazê-las para o próprio campo de atuação confere ao semioticista uma força analítica importante, mas também uma responsabilidade ainda maior, pois é necessário que as conversas com ideias “externas” sejam observadas à luz dos princípios da disciplina em que atua. A validade de uma reflexão nesses termos emana da possibilidade de incorporar ao modelo teórico adotado aquilo que outros pensadores, em outras áreas, com outros propósitos, já fizeram, expandindo a capacidade heurística do modelo sem lhe negar a alma.

É com esse pensamento que abrimos as reflexões desse capítulo, em que tentaremos esclarecer as características definidoras do humor enquanto estratégia de produção de sentido. Para tanto, inicialmente, buscamos uma orientação em pensadores anteriores à Semiótica, com o propósito de angariar sua solidariedade para nossas próprias reflexões. Em seguida intentamos organizar as reflexões acerca do humor no quadro da economia da Semiótica Discursiva. Por fim, tentaremos descrever as operações enunciativas mobilizadas no enunciado e a partir das quais, segundo nossa hipótese, descrever o lugar enunciativo do discurso humorístico.

3.1 Estudos acerca do humor

O humor parece ocupar um lugar pouco privilegiado em relação aos discursos oficiais. O discurso do Estado, das instituições não admite as ambiguidades ou as

contravenções, próprias do discurso humorístico. O humor constitui o espaço do discurso questionador, do discurso que ameaça as certezas, as polarizações, isso leva a uma tensão sempre presente, manifestada pela dissonância, pela quebra de ritmo.

Platão já sugerira que o riso não tivesse como objeto aqueles indivíduos cujas vidas devessem servir de exemplo aos jovens e demais cidadãos da pólis. O tom grave das autoridades revela uma retidão de caráter e espírito incompatíveis com o humor. Para o filósofo, o humor seria pernicioso ao bom andamento da ordem. Seu discípulo, Aristóteles, já apontara, bem antes de Freud, que o cômico se constitui como uma deformidade que não resulta em destruição ou dor. O filósofo estagirita, apesar de mais condescendente com o humor que seu mestre, relega-o a uma posição inferior em relação ao trágico. Notemos que em ambos os filósofos o humor já é visto como detentor de duas propriedades bem claras: 1) é subversivo, no sentido de que representa ameaça à ordem; e, ao menos para um deles, 2) não resulta em sofrimento. Retomaremos esses dois aspectos mais adiante.

Também a retórica latina se voltou para o riso. Lá o riso era encarado como uma estratégia textual de manipulação do público, algo que facilitaria a conquista da adesão ao surpreender e ao afastar o desagradável, o humor também funcionaria como estratégia para enfraquecer contra-argumentos. Nesse rol de estratégias argumentativas, o riso pode também ser manifestado pela fina ironia da simulação de inocência ou insipiência. Fingir não saber ou cometer tolices, propositadamente, gera o riso que leva à adesão. Vejamos que a surpresa provocada pelo riso está de acordo com a primeira propriedade apresentada no parágrafo anterior (subversão da norma). Surge uma nova propriedade: o riso afasta o desagradável. Ainda podemos destacar o fato de que o humor é fingido, ou seja, sua incipiência, inocência ou tolice são propositais; isso significa que o sujeito provocador do riso o faz de caso pensado, em outros termos, o domínio do fazer humorístico é uma competência do humorista.

Hobbes condena o riso pelo fato de este representar o exercício grosseiro da superioridade; para o filósofo-lobo “o que é próprio dos grandes espíritos é ajudar os outros a evitar o escárnio, e comparar-se apenas com os mais capazes” (HOBBS, 2003, p. 53). Aquele que ri, segundo o filósofo, assume uma posição superior em relação ao alvo do riso. Isso impõe ao humorista o ônus de ser impiedoso, portanto eticamente condenável. Encontramos na obra do Conde de Shaftesbury uma crítica ao pensamento hobbesiano. Para o Conde, o riso permitiria desvelar pensamentos e atitudes nefastas que, por conseguinte, poderiam ser corrigidas. O autor eleva assim o riso ao *status* de propiciador de liberdade

plena. O riso assume o poder de questionar tudo, de tudo expor a avaliação e crítica. Dessa querela entre o lobo e o conde reteremos a ideia de que o humorista ocupa uma posição superior em razão do controle que exerce sobre as emoções que simula. Guardemos também o pensamento de que o riso pode revelar o desagradável e abrir o caminho para que se dissipe o incômodo.

Em Kant encontramos o riso como resultante de uma tensão de espera que, não obstante, redundando em nada, está sempre ligado àquilo que pode enganar. Aqui parece que encontramos um indício da especificidade do contrato comunicativo imposto pelo discurso do humor, para nós esse contrato comunicativo será sempre ambíguo, transitando entre a verdade e a mentira. Não iniciaremos, contudo, essa discussão aqui, ela tomará lugar mais à frente. Voltando ao filósofo, o risível não é uma propriedade do objeto, mas sim do sujeito que encara o objeto como risível, uma espécie de disposição do espírito como diz Bertrand (1989). Se tal objeto não puder ser captado como representação, como contemplação não haverá efeito de humor. Parece-nos que é necessário um sujeito além do evento tomado como risível que manipule o objeto a torná-lo risível. Há, portanto, um descolamento de dois sujeitos: aquele do fazer e aquele que, distante do primeiro, impõe-lhe uma avaliação do fazer guiando o riso.

3.1.1 *Bergson e a regularidade ridícula*

Interessa-nos desse filósofo, talvez o mais citado nos textos que abordam o humor, interessa-nos a discussão feita em seu livro *O Riso*. Essa obra procura definir o riso e seu papel nas interações humanas; aliás, para o autor, o riso é uma propriedade exclusiva do humano, tudo que é risível somente o é em razão do humano.

Esse, propriedade exclusiva do homem, é um dos três princípios estabelecidos por Bergson para a instauração do riso. Para o filósofo, mesmo diante de um animal, de uma paisagem ou de um objeto qualquer, se rimos, fazemo-lo pela correlação que estabelecemos entre o fenômeno e o comportamento humano. Assim, segundo Bergson, o riso provocado pela Figura 9⁶ teria sua origem na semelhança que há entre o animal e o homem, é porque identificamos uma propriedade humana onde ela não deveria estar que o riso surge. Esse princípio esboça-se nas reflexões anteriores como a quebra da regularidade.

⁶ Disponível em: <http://bitscaverna.com.br/cachorroblog/?p=1016> Acesso em: 04 de out. de 2017.

Figura 9 – Demasiado humano



Fonte: Figura retirada da internet

O segundo princípio diz respeito à sensibilidade. É possível perceber no texto do filósofo que sensibilidade se opõe a racionalidade. Para ele, o humor é próprio da inteligência, da racionalidade, tendo na emoção e na sensibilidade sua extinção. Uma piada não faz rir um coração sensível. Tanto assim é, que, ao supor a existência de uma sociedade cujos membros fossem desprovidos de emoção, mas ainda dotados de inteligência, o filósofo afirma que o humor persistiria. No entanto, em uma sociedade em que as emoções não fossem submetidas ao crivo da razão, não haveria riso. Alguém que tropeça e cai provocará riso, caso não gere comoção. Assim, a brincadeira da dança das cadeiras provoca riso naqueles que veem um dos participantes se estabacar no chão ao disputar lugar com outro. Contudo, empurrar e derrubar um idoso para roubar-lhe o assento no transporte coletivo não tem graça. Para Bergson, é a sensibilidade que impede o riso na segunda situação.

Figura 10 – Razão e sensibilidade



Fonte: Figura retirada da internet



Embora racional, o riso não pode descartar a necessidade do grupamento social para sua existência. Para a existência do humor, a inteligência que o concebe e trata deverá estar em contato com outras inteligências. Eis o terceiro princípio: o humor é dependente da coletividade, pois “ao que parece, o cômico surgirá quando homens reunidos em grupo dirijam sua atenção a um deles, calando a sensibilidade e exercendo tão-só a inteligência” (BERGSON, 2004, p. 9). Detalharia aqui a necessidade do grupamento social para a percepção da quebra da normalidade exigida pelo humor. Se o grupo não possui um conjunto de valores e crenças comuns, torna-se difícil a percepção da ruptura da regra, o que inviabiliza o humor. Para nossa reflexão, é importante dizer que o humor parece se construir sobre um universo semântico razoavelmente estável, a cujos valores adere ou não. Tome-se à guisa de informação que o humor é territorialmente condicionado, povos diferentes riem (ou não) de piadas diferentes.

Bergson ainda aponta em sua obra duas oposições a partir das quais constrói seu raciocínio acerca do riso: o automatismo em oposição à razão e a rigidez do corpo em oposição à flexibilidade dos movimentos. Na verdade, é do trânsito de uma categoria a outra que, segundo o filósofo, emerge o riso. Assim, explica-se o riso em situações nas quais o mesmo comportamento é repetidamente realizado a despeito dos resultados negativos para aquele que o realiza. Tomemos um exemplo:

- Joana, você sabia que uma pessoa é assaltada a cada duas horas em Fortaleza?
- Coitada dessa pessoa.

A ambiguidade decorrente da interpretação de *uma* como numeral ou pronome indefinido leva à interpretação de que é a mesma pessoa que é assaltada. O riso não vem dessa interpretação, mas do fato de que a repetição do assalto à mesma pessoa, sugerida por Joana, é um automatismo que contraria a razão; é desse conflito que, segundo Bergson, nasce o riso. Com esse argumento de que a percepção do automático por trás do vivo gera o riso, ele explica uma série de situações cômicas. Destacamos que, para ele, o reverso também faz rir, por isso achamos graça de um robô tirando *selfie*:

Figura 11 – Ex Machina



Fonte: Figura retirada da internet Will Leite⁷ (2017)

O outro critério de instauração do riso diz respeito à rigidez do corpo humano em oposição à flexibilidade dos movimentos. Assim, um homem que imita um robô, com gestos que negam a flexibilidade induz o riso.

Há em Bergson (2004) uma interessante discussão acerca do caráter vigilante do humor. Para o filósofo, o humor tem a propriedade de tudo ver e tudo dizer, criando para si um espaço de observação privilegiado. Por isso, teria um caráter judicativo e pedagógico. Judicativo porque destacaria para a sociedade aquilo que lhe seria pernicioso (notemos aqui o retorno àquilo que filósofos anteriores apontavam como ponto de partida do humor) e pedagógico porque forneceria a esta mesma sociedade as competências necessárias para alterar o rumo de seu desenvolvimento.

Em resumo, se traçarmos um círculo em torno das ações e intenções que comprometem a vida individual ou social e que se castigam a si mesmas por suas conseqüências naturais, restará ainda do lado de fora desse terreno de emoção e luta, numa zona neutra na qual o homem se apresenta simplesmente como espetáculo ao homem, certa rigidez do corpo, do espírito e do caráter, que a sociedade quereria ainda eliminar para obter dos seus membros a maior elasticidade e a mais alta sociabilidade possíveis. Essa rigidez é o cômico, e a correção dela é o riso (BERGSON, 2004, p. 14).

⁷ Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/enem/2014/noticia/2014/11/tudo-e-exibicionismo-na-internet-diz-cartunista-da-selfie-do-robo-do-enem.html>>. Acesso em: 22 mai. 2017.

Hoje, em tempos de politicamente correto, o humor parece temer revelar para a sociedade os automatismos vigentes de que fala o Bergson; não é para menos, dadas as ameaças de morte a chargistas e atentados terroristas a jornal satírico. Cabe nos questionarmos se hoje de fato o bobo da corte pode dizer tudo ao rei sem perder a cabeça; mais, vale dizer se hoje há um rei que possa manter um bobo.

Não é difícil perceber, nos episódios violentos desde a *fatwa* decretada contra Rushdie e seus *Versos Satânicos* até o episódio triste do jornal satírico francês Charlie Hebdo, passando pelas charges dinamarquesas, que a literatura, mas principalmente o humor, goza de uma posição enunciativa privilegiada. Não raro vimos críticas ao mau humor dos radicais islâmicos, como se se dissesse que eles não entenderam as piadas. Perdoam-se blasfêmias, atentados ao pudor e à honra, desde que façam rir. Esquecemos que os valores postos em crise pelo humor variam de grupo a grupo, de tempo a tempo, de espaço a espaço. Há, e o próprio Bergson o afirma, há valores dos quais não se deve rir. Embora residam juntamente no enunciado a verdade angustiosa, a mentira alienante e a solidariedade risível de ambas, a percepção de uma ou de outra não pode ser prevista nem controlada pelo sujeito-humorista, haverá sempre espaço para dissensos.

A comicidade é aquele aspecto da pessoa pelo qual ela parece uma coisa, esse aspecto dos acontecimentos humanos que imita, por sua rigidez de um tipo particularíssimo, o mecanismo puro e simples, o automatismo, enfim, o movimento sem a vida. Exprime, pois, uma imperfeição individual ou coletiva que exige imediata correção. O riso é essa própria correção. O riso é certo gesto social, que ressalta e reprime certo desvio especial dos homens e dos acontecimentos (BERGSON, 2004, p. 43).

O movimento de tornar o homem espetáculo para si mesmo assemelha-se ao que chamamos procedimento humorístico. O lugar privilegiado de onde o humor se enuncia a fim de revelar e avaliar os automatismos da sociedade de que faz parte muito tem relação com nosso objeto, a blindagem. Contudo, nossa preocupação será descobrir a relação da constituição desse espaço de avaliação enquanto instância discursiva e as estratégias enunciativas mobilizadas nesse procedimento. Parece que o efeito de blindagem que buscamos entender é efeito de uma mobilização particular dessas estratégias discursivas.

3.1.2 *Freud e a janela do riso*

O humor está presente em toda a obra de Freud, seja pelos exemplos que dá, pela produção de seu *Os chistes e sua relação com o inconsciente* ou mesmo pelo seu estilo de escrever. O principal objetivo do texto de Freud é esclarecer o que gera o riso e qual o papel desse fenômeno na organização ou economia da psiquê. É possível afirmar que a maior contribuição de Freud para os estudos do humor tenha sido atribuir-lhe uma origem psíquica e incorporá-lo ao ordenamento teórico da Psicanálise. Sendo originado no inconsciente, o humor possibilitaria o trânsito do recalcado, algo que permitiria sua manifestação livre das neuroses e angústias.

Vemos em Freud um movimento de proteção dos rumos que a Psicanálise ganharia com sua morte. Assim, ciente das próprias limitações e fiel a uma ética rigorosa, parece que Freud se lança à empreitada do humor como estratégia de reduzir as possibilidades de conversão da Psicanálise em religião após sua morte. O humor assume nesse ponto talvez um viés de ferramenta de desidealização que protegeria o “pai” da sacralização, consequência do desamparo em que se lançaria a comunidade psicanalítica após sua morte. Não é à-toa que o personagem central tanto do *Os chistes e sua relação com o inconsciente* e do *O humor* é o condenado à morte.

Freud retoma o que Bergson já falara acerca da sociabilidade do humor. É necessária a partilha social do humor para que ele seja levado a efeito. Ou seja, é preciso pertencer ao grupo para rir ou fazer rir. Assim como Bergson, Freud aponta o aspecto social como necessário para referendar o humor.

O público, a terceira pessoa no pensamento freudiano sobre o humor, consente ao humorista a autorização para que o recalque seja momentaneamente suspenso, ou seja, é o público que garante o efeito humorístico ao permitir que a satisfação das pulsões do humorista não se restrinja a apenas isso, satisfação pessoal, caso em que o humor se converteria na ofensa e no obsceno. O humor propicia uma economia de afetos na medida em que permite ao humorista tirar prazer do que lhe é adverso e proporcionar prazer à plateia que se ri da solução pilhérica encontrada pelo humorista para lidar com a angústia que o consome, e da qual de certa forma a plateia também participa. Notemos que novamente retoma-se nas reflexões acerca do humor o caráter negativo ou pernicioso de sua fonte, quer seja danoso para o humorista quer seja danoso para o grupo social que constitui seu interlocutor. Isso levará o público também, como já afirmara Bergson, a renovar a inteligência, a refletir sobre as condutas estabilizadas e questionar o modelo de convívio vigente em benefício de um modo novo de relacionamento.

O ato humorístico é essencialmente solitário, pois, a exemplo do ato criativo, o humorista precisa rebelar-se contra o *status quo* a fim de subvertê-lo. Ao lado disso, ainda deve-se levar em conta que o humorista opera uma descentralização de si mesmo, negando-se como copartícipe das regularidades dos ideais da comunidade de que inevitavelmente também faz parte, a solidão é o preço pago por esse movimento.

Encontramos também em Freud algumas das propriedades já apresentadas por pensadores anteriores a ele. O mestre austríaco destaca o caráter social do humor, isto é, sem a presença de um grupamento que partilhe crenças e valores, o humor não se estabelece. Também para ele, o humor nasce de um mal-estar, de um desconforto e da tentativa de solucioná-lo. Novamente intervém o papel do público, sem o qual a resolução do humorista para sua angústia seria perniciosa, ofensiva ou obscena. Há ainda um caráter político no humor, pois este permitiria minar o *status* do poder instituído, subvertendo suas regras, talvez uma forma de Édipo se livrar do poder de Laio.

O humor, pelo que pudemos perceber até aqui das reflexões apresentadas, é pensado a partir de três propriedades que nos interessam bem de perto: 1) tem início em um evento desagradável; 2) implica uma interação social; e 3) subverte a ordem estabelecida. Entretanto, ressaltamos que, em todas as considerações apresentadas acima, percebe-se que o humorista é tratado como um “sujeito que...”, ou seja, pressupõe-se a existência de um indivíduo que assume o papel de humorista, um ente, uma pessoa, um homem, uma mulher, enfim, o sujeito-humorista é pensado como sujeito empírico. Só para lembrar que, em nossa reflexão, como ficou demonstrado no primeiro capítulo, tratamos esse sujeito-humorista como um lugar teórico de operação enunciativa, uma dinâmica identitária, portanto; não um sujeito empírico. Vamos à frente!

3.1.3 A piada da Linguística

Como disse, é nosso intento observar o humor enquanto estratégia de produção do sentido. É nesse rumo que, por exemplo, se constituiu a *Teoria dos Dois Scripts* (RASKIN, 1985). Para este modelo de raízes gerativistas, o humor é fruto de uma sobreposição de *scripts* opostos, articulados por um gatilho de humor. Tal afirmação lembra bem o que Bergson já afirmara em sua obra *O riso*: “Uma situação será sempre cômica quando pertencer ao mesmo tempo a duas séries de fatos absolutamente independentes, e

que possa ser interpretada simultaneamente em dois sentidos inteiramente diversos” (BERGSON, 2004, p. 29).

É claro que isso não diz muito acerca das singularidades do discurso de humor, pois muitos outros textos (poemas, parábolas, profecias) lançam mão desse expediente. Mas tentemos entender! Um *script* é, aproximativamente, um conjunto de ações facilmente previsíveis dentro de um certo quadro (uma espécie de *programação* como discutiremos mais à frente). Desse modo, por exemplo, na charge⁸ a seguir veem-se dois *scripts* opostos:

Figura 12 – A outra face



Fonte: Figura retirada da internet

Consideraremos o primeiro *script* aquele que se apresenta mais explicitamente, ou seja, aquele cujos elementos povoam mais patentemente o texto. A presença na imagem de instrumentos e ações próprias da atividade do pescador (vara de pescar, anzol, peixe) garante a interpretação de que é disso que falamos. Essas figuras fazem recorrer um certo arranjo sêmico; essa recorrência de semas é chamada, em semiótica discursiva, de *isotopia*, conceito que será bastante utilizado neste trabalho. O sema / *pescaria* / recorre nas figuras que compõem a charge e que presentificam a isotopia no texto. Voltemos ao texto, há uma nomeação de nosso pescador: Lewandowski, “coincidentemente” o mesmo nome de um dos ministros da suprema corte brasileira. Ora, a semelhança não para aí:

⁸ Disponível em: <http://avaranda.blogspot.com.br/2012/08/piada-de-pescador.html> Acesso em: 19 mai. 2017.

Figura 13 – Ricardo Lewandowski, ministro do Supremo Tribunal Federal



Fonte: Figura retirada da internet

Temos na Figura 13⁹ uma caricatura, portanto, do Ministro. Dessa maneira, o texto propõe um *script* (ou isotopia) de pescaria, mas, ao mesmo tempo, sugere a atuação do Ministro como homóloga à do pescador em outro *script*: o trabalho de juiz. Ora, há um *gatilho* (*trigger*, na denominação de Raski; um conector de isotopia, na terminologia semiótica) que dispara (ou articula) a dupla interpretação do texto: “só miúdo, graúdo tem muita espinha”. Notemos que a expressão é largamente usada em textos que se referem a atividades criminosas: “peixe miúdo”, “arraia miúda”, são expressões que referenciam bandidos de pouca importância; “peixe graúdo”, “tubarões” são expressões que referenciam bandidos de muita importância. O juiz-pescador Lewandowski apanha apenas o peixe miúdo; o graúdo representaria obstáculos consideráveis, pois “tem muita espinha”. Nesse caso, para Raski, o efeito de humor residiria no fato de os dois *scripts* serem contraditórios, ninguém espera que um Ministro do STF se comporte tal qual um pescador; ainda mais um que, negando a índole da profissão, dispensa os maiores peixes.

Raski adota dois critérios para a identificação de um texto como piada: ter interpretação compatível, mesmo que parcialmente, com dois *scripts* opostos. A charge que apresentamos acima atende aos critérios propostos. De fato, inúmeras são as piadas cujo efeito de humor surge da descoberta da contradição entre dois *scripts*. Contudo, os critérios não são suficientes, embora sejam necessários, como já afirmamos na abertura dessa seção acerca de outros textos como parábolas, poemas etc. que adotam a sobreposição de *scripts*

⁹ Disponível em: <http://www.jornalgrandebahia.com.br/2016/09/ministro-ricardo-lewandowski-suaviza-golpe-e-diz-que-foi-tropeco-na-democracia/> Acesso em: 19 mai. 2017.

opostos, mas não se constituem piadas. De qualquer modo podemos afirmar com base no que dissemos: o humor é ambíguo. Parece haver a necessidade de que ao menos duas possibilidades de interpretação existam, sem isso não há humor.

Mesmo em reformulações posteriores (ATTARDO, 1994), em que se incluíram critérios e descritores do humor (a língua, a estratégia de narração, o alvo, a situação e o mecanismo lógico) a teoria não nos permitiria alcançar o que buscamos, principalmente pela ausência de reflexão acerca dos simulacros enunciativos, nos quais para nós, residem os efeitos de humor e de blindagem. Há, entretanto, nessa linha de investigação uma afirmação que interessa bem de perto e que, de modo geral, está presente em muitas das reflexões acerca desse tema: o humor segue um padrão próprio de interação comunicativa. Adotaremos esse ponto de vista no tratamento do discurso de humor como fundamental para, a partir dele, organizarmos nossa reflexão em busca daquilo que constitui esse tipo de discurso.

Uma pergunta que cremos pertinente é: em que consiste e quais são as propriedades definidoras dos contratos comunicativos (*veridictório* e *fiduciário*) estabelecidos pelos enunciadores do texto humorístico? Se conseguirmos responder essa pergunta, teremos dado um grande passo rumo ao entendimento da dinâmica identitária do humorista e de seus procedimentos de blindagem.

3.2 O humor em semiótica

Na seção anterior, discutimos algumas ideias que povoaram as obras que adotam o humor ou o riso como tema. Dessa discussão, podemos sintetizar algumas propriedades que se mostram úteis na definição do humor, ou ao menos permitem abrir o campo de reflexão sobre o tema no âmbito do modelo de análise da Semiótica Discursiva. Não dizemos que essas sejam as propriedades, necessárias e suficientes, que definem o humor; na verdade são propriedades que elegemos a fim de orientarmos uma visada semiótica sobre o fenômeno aqui investigado. São quatro propriedades:

- 1) o humor exige uma situação disfórica;
- 2) o humor subverte a ordem;
- 3) o humor é intersubjetivo;

4) o humor é ambíguo.

Nesta seção, o intuito é submeter essas propriedades a um tratamento analítico nos moldes da Semiótica Discursiva a fim de verificar sua aplicabilidade como instrumental para a análise de textos humorísticos. Em outros termos, buscaremos situar essas afirmações na economia da teoria que adotamos como base teórico-metodológica.

3.2.1 *Uma paixão disfórica*

Como já referimos no primeiro capítulo, em seus primeiros passos, coerentes com a tradição de Saussure e Hjelmslev, a Semiótica Discursiva centrou suas atenções no objeto. Esse movimento tinha por propósito fugir a qualquer interferência da subjetividade na reflexão sobre o sentido. Isso levou a Semiótica a uma objetividade por vezes castradora. Os estudos, no entanto, levaram a perceber que, em sua busca por objetos-valor, o sujeito narrativo envolve-se em conflitos, alia-se a outros sujeitos, estabelece comportamentos que escapam a uma explicação centrada puramente no objeto, ou seja, a análise dos estados de coisa, ainda que necessária, não é suficiente para dar conta daquilo que move o sujeito narrativo. Assim, abriu-se espaço para uma reflexão acerca dos estados de alma do sujeito. Se em seus primeiros passos a Semiótica privilegia a modalização do fazer, o novo campo abre espaço para a modalização do ser, ou seja, é necessário descrever os valores que o sujeito investe na busca por seu objeto: nasce o estudo das paixões em Semiótica.

O sujeito passional configura-se como um passo à frente (considerando o percurso gerativo de sentido) do sujeito operador. Enquanto este está responsável, pura e simplesmente, pela transformação de um estado de coisa em outro; aquele complexifica esse fazer, pois a modalização do ser a que está submetido articula-se à modalização do fazer do sujeito operador e resulta em um sujeito patemizado, cujo fazer torna-se a realização do arranjo modal condicionante desse sujeito. Em outros termos, o sentido passa a ser instaurado de uma forma particular em conformidade com a paixão do sujeito, ou seja, instaura-se um estilo, uma particularização de acesso ao sentido que identifica o sujeito.

A configuração passional compreenderia, [...], um princípio regente, parcialmente independente das modalizações propriamente ditas, e em particular das modalizações do fazer. Esse princípio, [...], manifestar-se-ia

sob a forma de aspectualização e remeteria, no nível das modulações tensivas, a um “estilo semiótico” específico. É por isso que é preciso apelar em todos os casos para uma organização modal do ser, autônomo e não diretamente dedutível a partir da performance, e considerá-lo como dispositivo modal característico e definitório de cada paixão-efeito de sentido (GREIMAS; FONTANILLE, 1993, p. 62-63).

Os predicados modalizadores do fazer (querer, dever, saber e poder) aplicam-se ao ser, o que resulta em um arranjo modal constitutivo do estado de alma do sujeito passional. É importante termos em mente que esse arranjo modal não é suficiente para determinar a paixão que afeta o sujeito somente a partir de sua performance, como fica claro pela citação acima. As paixões são fruto, em larga medida, da sintaxe de todo o conjunto significativo em análise. Por exemplo, a relação entre aquilo que o destinador-manipulador demanda do sujeito ou que o destinador-julgador oferece como sanção tem peso sobre a paixão que afetará este sujeito.

Para explicar as paixões, é necessário, portanto, recorrer às relações actanciais, aos programas e percursos narrativos. Só assim se podem determinar o sujeito que quer ser, o objeto de seu desejo, o sujeito em que o outro crê, o destinador a quem o sujeito passional quer fazer mal ou bem e assim por diante. A “complexidade” das paixões depende em grande parte das estruturas narrativas. Em outras palavras, as paixões não são propriedade exclusiva dos sujeitos, mas dos discursos inteiros (BARROS, 1995, p. 92).

Podemos enxergar os efeitos de humor pelo viés de uma patemização do sujeito. Parece haver no discurso humorístico um alvo passionalizado disforicamente sobre o qual recairá ou para o qual convergirá o fazer humorístico. A paixão de que falamos aqui não é contrária ao pensamento de Bergson apontado em seção anterior. Para aquele filósofo a sensibilidade representava o fim do humor. Destaquemos, porém, que o termo passional aqui não se opõe à racional, como em Bergson. Empregamos esse termo no sentido de que o sujeito do humor está afetado ou definido por um arranjo modal particular (querer/dever/saber/poder) que o patemiza, ou seja, o sujeito do humor apresenta um estado patêmico específico. A descrição desse estado de alma poderá guiar o analista na busca pelas marcas deixadas na superfície textual bem como na correlação entre essas marcas e os encadeamentos do plano do conteúdo. Mesmo porque, como ficou claro no texto de Diana Luz Pessoa de Barros acima, a paixão é propriedade de todo o discurso.

Assumimos que o discurso humorístico apontará uma situação não desejável, disfórica ou impossível. Isso, *mutatis mutandis*, está em conformidade com o que falamos a respeito do pensamento de Bergson e o caráter judicativo do humor, o discurso de humor faz-se em razão de uma disforia inicial, lançada no enunciado sobre um de seus actantes (locutor / locutário / narrador / narratário / enunciador / enunciatário). Axiologicamente o discurso de humor parte de uma disforia para uma euforia; resta saber se o humor é capaz de levar à solução da disforia ou se instaura um novo estado de alma capaz de se sobrepor à disforia inicial sem, no entanto, alterar o estado de coisas original.

Seguindo o pensamento de Barros (1995) apontado acima, se a paixão é resultado da correlação de todo o conjunto significativo posto em análise, é possível reconstituí-la a partir de uma correlação sintagmática entre ela e o conjunto de figuras e temas que acabam por funcionar como resposta a tal paixão. A paixão disfórica acaba por aperrear as figuras do nível discursivo que a manifestam, são essas mesmas figuras que, portanto, revelarão o humor.

Da mesma forma que essa paixão disfórica é a origem do processo humorístico, também está na origem da ação, o que nos permite confirmar a parte importante do humor. O procedimento enunciativo do humor resulta em espriar a paixão disfórica por todo o conjunto significativo. Significa dizer que o fazer do sujeito humorístico é a um tempo a alteração da situação disfórica inicial, sua resolução (sem agressão ou obscenidade), e a mobilização subversiva das estruturas narrativas e discursivas.

De fato, o fazer humorístico encontrará na subversão da ordem sintagmática estabelecida, a saída para resolver a disforia passional inicial. Ao contrário da ironia, que é uma correlação paradigmática em que um significado chama seu oposto, a deformação própria do humor reside na ruptura da lógica das sequências sintagmáticas, tanto discursivas quanto narrativas. Na busca pela superação da paixão disfórica inicial, o sujeito humorístico deve inverter valores e, para tanto, inverte padrões tanto do plano do conteúdo quanto do plano da expressão. Tomemos um exemplo:

Figura 14 – Desejos e traições



Fonte: Figura retirada da internet

A charge na Figura 14, faz menção ao processo de julgamento de impeachment da ex-presidente Dilma Roussef, e o associa a outro julgamento: o de Tiradentes, herói da Inconfidência Mineira – traído, enforcado, esquartejado. O enforcamento se deu em 21 de abril de 1792, posteriormente seu corpo foi esquartejado, partes dele foram expostas em várias cidades do Rio de Janeiro e de Minas gerais. Seus bens foram confiscados e sua casa foi queimada. A data está registrada no auto da charge.

Nesta charge, a forca, o carrasco, a data (figuras mobilizadas pelo texto) revelam a isotopia da condenação e a referência ao movimento libertador mineiro. Chama a atenção, também, que o carrasco seja amigo de Joaquim Silvério dos Reis, o traidor da pátria, como ficou conhecido o comerciante português que, em troca do perdão de dívidas com a coroa portuguesa, traiu aquele que seria o primeiro movimento de insurgência contra o domínio português no Brasil. Todas essas figuras e temas articulados nos mostram um actante do enunciado traído, o locutor Dilma. Essa paixão, a traição, disfórica que é para esse actante, impõe-lhe uma performance indesejável: deixar a presidência.

Se pensarmos em termos narrativos, o carrasco é responsável pela execução de uma sanção disfórica ao programa narrativo executado pelo locutor Dilma. O PMDB, outrora adjuvante da então presidente, mostra-se agora como seu carrasco. Observemos que o discurso dele assemelha-se àquele pronunciado pelos deputados durante a prolação de seus votos. Há de se supor, portanto, que o locutor Dilma Roussef tenha realizado uma ação que

mereça tal punição. Contudo, a identificação do carrasco com o traidor da pátria retira deste a competência para executar a sanção, o locutor Dilma é inocente e traído e o carrasco é culpado e traidor. Invertem-se os papéis narrativos. Assim, afirmamos com Bertrand (1993) que o discurso humorístico inverte padrões à medida que inverte valores. Fica claro que o alvo da piada não é o locutor Dilma, mas sim seu carrasco. É esse locutor que tem seu fazer condicionado por uma paixão disfórica, a traição.

Dessa nossa reflexão, retenhamos a ideia de que o discurso humorístico lançar-se-á sobre um actante disforicamente passionalizado: o alvo do humor. O estado de alma disfórico se espalha pelas figuras e temas mobilizados, consituindo um estilo humorístico. Se consideramos que a fazer do sujeito-humorista mobiliza uma paixão disfórica inicial, ou seja, de uma base axiológica (no sentido direcional do termo, não em seu sentido ideológico) que se manifestará em todas as fases do percurso gerativo de sentido, compete ao analista investigar também os condicionantes da seleção de temas e figuras do nível discursivo que em última análise revelarão o simulacro do sujeito-humorista em sua dimensão ideológica. É daí que se diz que o humorista é racista, machista, homofóbico e todas as outras classificações disfóricas existentes nesses tempos de politicamente correto. O fenômeno que investigamos aqui, a blindagem, é justamente uma proteção contra essas classificações, mas tenhamos paciência!

3.2.2 Enunciação, sujeito e identidade

A enunciação é uma problemática frequente quando se trata de humor. O discurso humorístico recorre a formas fixas, que afetam tanto a língua quanto o discurso, para revogá-las em seguida. O próprio discurso rompe o estabelecido e lança uma patemização tanto do enunciador quanto do enunciatário projetados ou não no enunciado. Assim, a principal função do humor, tendo em vista a paixão disfórica lançada sobre seu alvo, é jogar com a invenção e a inovação para evitar o desespero possivelmente resultante da paixão. Nesse jogo a língua em si mesma ou como reflexo das relações sociais se acha criticada.

Figura 15 – Divergente



Fonte: Figura retirada da internet

A charge na Figura 15 traz, na fala de um dos atores (uma caricatura do então vice-presidente Michel Temer), expressões largamente conhecidas como assediosas, chavões para entabular conversa. O título da charge (assédio) homologa essa interpretação das expressões. Vê-se, contudo, que o ator que as pronuncia deseja estar em conjunção com o objeto faixa presidencial de propriedade do outro ator (uma caricatura da então presidente Dilma Russef). O sujeito-humorista manipula a relação dos atores de modo a mostrar que Michel Temer não possui as competências necessárias para estar em conjunção com a faixa, recorrendo a um expediente alheio ao programa narrativo do sujeito que deseja ser presidente; a expressão assédio reforça a ideia de que o fazer narrativo do sujeito Temer é disfórico para o ator Dilma, em conjunção com o objeto faixa presidencial.

Assim o enunciador apresenta o ator do enunciado Michel Temer como aquele que tria (da perspectiva da extensidade) os objetos que estão em seu campo de presença, ou seja, as expressões “galanteadoras” dirigem-se à faixa, o objeto de desejo desse sujeito é a faixa presidencial. Essa triagem impõe, portanto, um afastamento entre os atores do enunciado, na verdade uma disputa. Há de se notar as mãos espalmadas de Dilma Roussef sobre a faixa, reforçando a ideia de que o fazer de Temer lhe constitui uma ameaça. O uso ambíguo das expressões é uma subversão do uso linguístico comum; essa subversão, por sua vez, reforça a subversão do programa narrativo daquele que quer ser presidente. O enunciador apresenta para o enunciatário um ponto de observação da relação Temer-Dilma que disforiza o primeiro por meio do uso dessas mesmas expressões. Esse locutor, Temer,

mostra-se narrativamente como incompetente, e essa incompetência o faz recorrer às expressões “batidas”, ridicularizando-se.

Uma linguagem particular é usada pelo sujeito porque as coisas estão indo mal, uma linguagem que é responsável por chamar a atenção para o percurso ruim do mundo. Igualmente se subverte a crítica, e o lúdico permite o movimento para a euforia, a reviravolta. Esta linguagem, sendo a do narrador, marca bem a posição central do sujeito no processo: ele é o coração da paixão e é o responsável pela enunciação que a liquidará (MORIN, 2002, p. 92).¹⁰

Assim, a invenção, o imaginário e a marginalidade podem se opor à realidade e à normalidade, o que reforça o processo humorístico. O humor nega ou minimiza a realidade por meio da invenção linguística, poderíamos dizer.

Falamos acima que o humor se baseia em uma paixão disfórica e na tentativa de dirimir essa disforia pelo riso. O caminho apontado para realizar essa tarefa sugere um procedimento que subverta as estruturas estabelecidas (narrativas, sintáticas, valenciais, linguísticas etc.). Esses desvios, de fato, ilustram a luta do sujeito contra a paixão que o afeta, uma luta contra a qual sua principal arma é o discurso, que revela a dimensão controversa da narrativa. A ação humorística, portanto, tem sua origem no infortúnio, como, porém, é possível vincular essa paixão ao sujeito-humorista?

Tal infortúnio guiará o fazer do sujeito-humorista de modo que o resultado de suas ações constitua o próprio humor. Em outros termos, os valores semânticos realizados pelo texto devem estar relacionados aos próprios componentes do humor. Isso não quer dizer necessariamente que esses valores devam ser marcados euforicamente. O percurso do humorista deve confirmar um triunfo sobre a adversidade mais ou menos marcada de acordo com os textos. É o próprio ato de produzir o enunciado que transforma o sujeito-humorista e realiza a tarefa de dirimir a paixão disfórica inicial. Parece que nessa tarefa, o sujeito-humorista deve se precaver contra um antissujeito que reverta sua ação e lhe exponha de volta à paixão disfórica antes de sua solução.

¹⁰ Tradução nossa de: “Une langue particulière est utilisée par le sujet parce que les choses vont mal, langue qui est chargée d’attirer l’attention sur cette mauvaise marche du monde. Par là également se glisse la critique et l’aspect ludique permet un mouvement vers l’euphorique, le rebondissement. Cette langue, étant celle du narrateur, marque bien la place centrale du sujet dans ce processus: il est au coeur de la passion et responsable de l’énonciation qui la liquidera” (MORIN, 2002, p. 95).

Pouco importa, para efeitos de constituição do efeito de humor, que a paixão disfórica seja projetada sobre um ator do enunciado, na verdade esse é o procedimento enunciativo mais corriqueiro no discurso humorístico. A bem da verdade esse lançar da paixão sobre os actantes do enunciado constitui uma estratégia enunciativa que ajuda a compor o quadro de desidentidade do sujeito-humorista. Lembremos o que afirmamos no capítulo anterior com Saraiva (2014) que uma instância enunciativa de segundo grau referenciará a instância enunciativa imediatamente anterior. Isso significa que o ator posto no enunciado para “sofrer” a paixão disfórica estará no mínimo um degrau enunciativo abaixo da enunciação global. Esse procedimento de lançar no enunciado um ator que será o alvo do humor (e consequentemente sofrerá a paixão disfórica implicada) talvez seja uma das estratégias de instauração do que chamamos de blindagem. Vamos à frente!

3.2.3 *As (ir)regularidades do humor*

Convém tentarmos lançar alguma luz sobre a paixão disfórica de que vimos falando. Pelo que vimos em Bergson, a regularidade, a repetição, a programação parecem ser a condição necessária para a instalação do riso. Ora, seria correto supor que esse princípio estaria na base da constituição da paixão disfórica que move o discurso humorístico? Vejamos!

O percurso gerativo de sentido, conforme apresentado no primeiro capítulo, tem como sua base de funcionamento o regime de junção, isto é, a narratividade (enquanto transformação de estados) baseia-se na circulação de objetos entre sujeitos. Assim um sujeito pode estar em conjunção ou não com um objeto, e todo o percurso narrativo consiste em transformar esse estado de conjunção ou disjunção em seu inverso. Essa lógica cria uma regularidade e, portanto, uma previsibilidade do fazer do sujeito, tirando dele a possibilidade de fazer fora daquilo que seu estado de conjunção ou disjunção com o objeto lhe impõe. Falamos então de um sujeito programado. Vejamos um exemplo:

Ao avistar uma casca de banana na calçada, o Manuel da padaria se lamenta:

– Ai, Jesus, lá vou eu cair de novo!

O exemplo nos apresenta um ator do enunciado (Manuel) como preso a uma programação, pois, dadas as mesmas circunstâncias, o sujeito deve agir da mesma maneira. O sujeito é, assim, submisso a uma lógica que, em última instância, o constitui. Ressaltemos que o sujeito rebelde, digamos assim, somente o é porque seu fazer pressupõe a mesma lógica do submisso, ou seja, embora queira escapar à lógica, seu fazer está condicionado por ela; negativamente, mas está.

Em certa medida, o rebelde está preso a uma regularidade que o constrange e contra a qual deseja se insurgir. O submisso também reconhece esta regularidade, mas, ao contrário do rebelde, se deixa estar preso à regularidade que o constrange. Ambos são sujeitos programados. Em Landowski (2014, p. 19), encontramos um esclarecimento a esse respeito, o autor afirma que “o regime da programação é aquele da repetição do mesmo, da ‘rotina’ e do risco mínimo, mas ao mesmo tempo também aquele do maior fechamento do sentido, podendo mesmo chegar à insignificância”. Em um tal regime, o fazer do sujeito é previsível, pois preso está a um ritmo já estabelecido. Não cremos que o discurso humorístico atue dessa forma, pois, como dissemos acima e demonstraremos mais abaixo, este sujeito age na tentativa de subverter as regularidades. Mas podemos supor que a paixão disfórica inicial que motiva esse tipo de discurso tenha sua fundação nesta regularidade, na rotina em que os actantes do enunciado se veem engodados.

A este princípio de regularidade, Landowski opõe outro, que denomina álea (ou aleatoriedade). Por este princípio busca-se explicar as interações fortuitas, descoladas de qualquer possibilidade de previsão, é o acidente, o inesperado. Seria fácil supor, portanto, que o fazer do humor fosse guiado por esse princípio, dado que a surpresa de uma piada tem grande peso sobre a consecução do riso. Contudo, havemos de perceber que o inesperado, o fortuito e o surpreendente não terão efeito de humor a não ser que os suponhamos fruto de um fazer. Em outros termos, a surpresa é simulada pelo procedimento discursivo do humor. Desse modo, a surpresa somente se realizará entre os actantes do enunciado; para os actantes da enunciação não há surpresa.

Outros dois princípios são apresentados por Landowski em sua empreitada sociosemiótica: a intencionalidade e a sensibilidade. O primeiro fundamenta o regime de manipulação; pois, é porque os sujeitos em interação se veem como coespecíficos, que é possível um agir sobre o outro e, em conjunto, sobre um terceiro. O segundo fundamenta o ajustamento, em que sujeitos assumem comportamentos idênticos como resultado da

interação estésica, uma espécie de contágio, pois não há um querer ou dever que mova os sujeitos em interação a comportarem-se de tal ou qual maneira. Para o autor,

menos que uma análise do sentido realizado, investido nos objetos – nos enunciados, nos textos, nas coisas que nos circundam ou nos comportamentos que nós observamos –, a sociossemiótica se propõe como uma teoria da produção e da apreensão do sentido em *ato* (LANDOWSKI, 2014, p. 12).

Embora acreditemos que o discurso humorístico atue sob o regime da regularidade, da programação, não podemos descartar os demais regimes como ferramentas importantes para o esclarecimento das estratégias enunciativas e discursivas mobilizadas nos textos para a instauração do efeito de humor. As relações intersubjetivas simuladas no interior do enunciado se dão sob esses regimes. Assim convém identificar no enunciado o regime de interação simulado e verificar sua relação com o efeito de humor. Dizemos isso porque a simulação operada em um texto pode, como no exemplo da casca de banana acima, mostrar um locutor sob a égide da programação.¹¹ Em outro texto, os locutores podem assumir comportamentos idênticos numa espécie de contágio, criando o efeito de humor. Enfim, é a análise de cada conjunto significativo que permitirá esclarecer que estratégias estão a serviço dos efeitos de sentido do humor. Nossa aposta é de que sob essas estratégias subjaz um regime de regularidade que o procedimento humorístico busca subverter, ou melhor, busca simular a subversão.

3.2.4 A comunicação humorística

Tomada narrativamente, a comunicação envolve dois actantes: um destinador-manipulador e um destinatário-manipulado. Assim, o destinador-manipulador exercerá o papel de prover o destinatário-manipulado das competências necessárias para a interpretação do objeto discurso produzido. De sua parte o destinatário manipulado aceitará a manipulação e cumprirá o programa proposto pelo destinador. Desse acordo entre os actantes depende o

¹¹ Há com essa temática um vídeo do coletivo humorístico Porta dos Fundos bem esclarecedor para o que defendemos neste ponto. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qX7ntbo8zXw>>. Acesso em: 20 de fev. de 2018.

sucesso do fazer comunicativo. A exposição de um discurso e sua aceitação implicam um fazer persuasivo por parte do destinador e um fazer interpretativo por parte do destinatário.

Faremos aqui uma breve explanação acerca desse fazer persuasivo com o intuito de esclarecermos os conceitos de acordo fiduciário e acordo veridictório. Esses dois conceitos parecem desempenhar um papel importante na constituição da dinâmica identitária do sujeito-humorista que pretendemos descrever. Façamos, antes, uma breve incursão nas discussões acerca da persuasão!

Pelo que diz o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, a persuasão é o ato ou efeito de levar a acreditar, a aceitar, convencer. O conceito, sabemos, aparece como objeto de várias disciplinas e áreas de estudo, desde à Filosofia até a própria Semiótica, que ora nos auxilia nessa empresa. Aristóteles já apontara uma distinção entre argumentação e demonstração. Para o filósofo estes pontos de vista divergem porque a demonstração diz respeito a um conhecimento lógico indiscutível. A argumentação, por outro lado, buscaria desenvolver no interlocutor a adesão a um certo ponto de vista, mesmo que não demonstrável. Em outros termos a argumentação teria por finalidade instaurar no outro a aceitação de uma posição, de um aspecto. Nesse bojo da reflexão aristotélica acerca da argumentação encontramos três conceitos bem esclarecedores do processo argumentativo.

O primeiro diz respeito a uma espécie de imagem criada para o público para o qual argumenta, de tal imagem decorre a credibilidade ou não do orador: é o *ethos*. O segundo conceito, diz respeito a relação entre os propósitos argumentativos do orador e as paixões que afetam o público ao qual se dirige. Assim, o orador pode reforçar seus argumentos ou enfraquecer contra-argumentos manipulando a sensibilidade emocional do público: é o *pathos*. O *logos*, terceiro dos conceitos aristotélicos aqui resumidos, diz respeito à racionalidade dos argumentos empregados, sua coerência ou fundamentação. *Logos*, *pathos* e *ethos* constituem os conceitos fundamentais da lógica persuasiva aristotélica.

Pesquisas mais recentes acerca do fazer persuasivo discutem a relação orador-auditório propondo tipos de argumentação conforme essa relação se estabeleça. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002) propõem a diferença entre persuasão e convencimento como fruto da amplitude do auditório considerado, em outras palavras o convencimento adquire caráter universal e a persuasão caráter individual.

Há ainda estudos acerca do tema no âmbito de uma teoria mais linguística, se podemos dizer assim. Pensamos aqui em Oswald Ducrot e Marion Carel, ambos pesquisadores franceses criadores e animadores de uma reflexão que insere a argumentação

como propriedade constitutiva da língua, ou seja, para os autores, a língua é essencialmente argumentativa. A base desse pensamento está na ideia de que os encadeamentos sintáticos se dão sob os regimes complementares de implicação e concessão, prototipicamente representados pelos operadores DONC e POURTANT, respectivamente.

A relação intersubjetiva pressuposta pela enunciação enquanto fazer comunicativo entre enunciador-destinador e enunciatário-destinatário é o lugar de operação da persuasão. Tomada desse modo, a persuasão diz respeito aos efeitos de sentido criados que tenham por objetivo estabelecer um vínculo entre destinador e destinatário de modo que o objeto enunciado produzido seja tomado por ambos, como aceitável. Não queremos aqui afirmar, como já afirmara a teoria da comunicação, que exista um objeto mensagem que circula de um emissor a um receptor. Na verdade, apostamos que o objeto discurso cria o efeito de enunciador e enunciatário que acordam as regras de constituição desse objeto. Isso significa que o objeto enunciado produzido simula um fazer conjunto de enunciador e enunciatário.

Quando dizemos fazer conjunto não sejamos interpretados no sentido de que haja um princípio de cooperação entre enunciador e enunciatário que obrigaria a ambos seguirem firmemente regras de interação sob pena de comprometer o processo comunicativo. Na verdade, dizemos que esse jogo persuasivo transita desde o esforço de cooperação à total recusa do que é enunciado. Os gradientes desse intervalo instauram efeitos de sentido no enunciado que podem, inclusive, servir a uma tipologia de discursos, mas essa é outra discussão, que não teceremos aqui. Para nossos objetivos convém esclarecermos em que consistem os acordos comunicativos entre destinador e destinatário.

A validação do discurso decorre da relação que se estabelece entre o fazer persuasivo do destinador e o fazer interpretativo do destinatário. Em outros termos, o destinador manipula (no sentido das estruturas sêmio-narrativas descritas na seção 2.2) o destinatário a estar em conjunção com o objeto-discurso que se lhe apresenta. Desse modo aquele deverá agir no intuito de definir os termos de um acordo a partir dos quais o enunciado deverá ser interpretado. De sua parte, é necessário que o destinatário analise e avalie o enunciado produzido de modo a depreender dele os termos do acordo proposto e comportar-se segundo esses termos.

É nesse sentido que dissemos acima que o destinador confere (ou exige) ao destinatário as competências necessárias de seu fazer interpretativo. Compete ao destinador, portanto, fazer o destinatário acreditar que o objeto discurso proposto é verdadeiro. Este

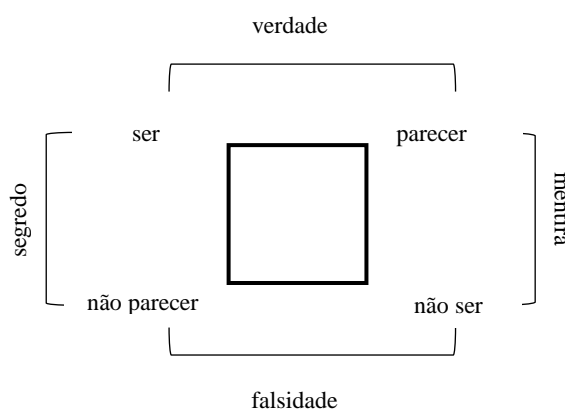
último termo tem causado muitos problemas para a análise textual. Para a semiótica, é verdadeiro aquilo acerca do qual destinador e destinatário estão de acordo que seja verdadeiro, ou melhor, aquilo que destinador e destinatário creem como verdadeiro. A verdade, portanto, não está lá fora, ela é negociada no discurso. Isso significa que a base da persuasão é o fazer-criar e o fazer-saber.

Como dissemos acima, a comunicação, tomada narrativamente, impõe dois sujeitos em relação. Para que o fazer inerente à comunicação se efetive é necessário que ambos os sujeitos desse fazer estejam de acordo acerca dos valores envolvidos no processo. É a esse acordo que chamamos *fidúcia* ou *acordo fiduciário*.

O discurso é esse lugar frágil em que se introduzem e leem a verdade e a falsidade, a mentira e o segredo; [...] equilíbrio mais estável ou menos, proveniente de um acordo implícito entre os dois actantes da estrutura da comunicação. É esse entendimento tácito que é designado pelo nome de contrato de veridicção (GREIMAS, 1983, p. 105).

A conquista da confiança é necessária para que o fazer persuasivo do destinador se efetive. Incomoda-nos, porém, que a confiança seja tomada positivamente, isto é, que o destinatário creia ser verdade. Enxergamos que há discursos, e o discurso humorístico parece estar entre eles, cujo contrato fiduciário possa se basear em uma crença negativa, isto é, o destinador demanda do destinatário que não acredite no discurso produzido. A análise dessas possibilidades leva-nos a traçar os diferentes acordos de verdade, ou veridictório. A figura abaixo articula essas possibilidades em um quadrado semiótico que tem como termos contrários ‘ser’ e ‘parecer’.

Figura 16 – Quadrado veridictório



Fonte: Adaptado de Saraiva, 2014, p. 371.

É a partir das articulações fornecidas por este quadrado veridictório que os objetos-discurso serão interpretados como verdadeiros, mentirosos, falsos ou secretos. O vídeo *Confessionário*, por exemplo, que será “lido” mais à frente, põe em diálogo no enunciado dois actantes dos quais um é mentiroso, pois apresenta-se como penitente (parece), mas depois revela-se um padre pregando uma peça no colega (não é).

O fazer persuasivo de que falamos será de certa maneira definidor da relação intersubjetiva estabelecida entre destinador e destinatário. É a partir dessa fidúcia que o primeiro será visto pelo segundo como confiável ou não, e o objeto discurso será tomado como verdadeiro ou não. Lembramos que todas essas relações e efeitos de sentido são simulações operadas no interior do enunciado como fruto de um fazer enunciativo pressuposto.

O fazer persuasivo deve provocar uma alteração da competência do destinatário no intuito de limitar-lhe as possibilidades de escolha. Diante do fazer interpretativo que lhe compete, o destinatário aceita ou não o contrato proposto, ou seja, ele passa ou não a um estado de conjunção com um querer/dever-fazer. O contrato fiduciário, portanto, se estabelece quando fazer persuasivo e fazer interpretativo levam a uma alteração na competência do destinatário-enunciatário.

Assim, o destinador-enunciador é aquele que faz crer, faz saber, faz querer, faz dever, faz poder. É ele que propõe os valores a serem interpretados pelo destinatário, de tal modo que, dessa dinâmica entre interpretação e persuasão, depende toda a enunciação subsequente. Para nosso sujeito-humorista, supomos uma ambiguidade desse contrato fiduciário, de modo que o enunciatário transita de uma interpretação a outra do fazer persuasivo. Instaura-se também uma indecisão quanto à própria identidade do humorista. A incerteza quanto à fidúcia instaura uma instabilidade na relação entre destinador e destinatário de maneira que o primeiro se distancia do compromisso comunicativo instaurado. Em outros termos, se o contrato fiduciário é ambíguo, ou seja, se o destinatário é incapaz de definir se o destinador é confiável ou não, este, por sua vez, pode ou não se comprometer com a veridicção do enunciado proposto. Instaura-se assim uma relação ambígua de confiança e verdade, que respingará na identificação do sujeito humorista com o enunciado produzido, dificultando-a, quando não a impedindo.

Nunca é demais ressaltar que, para a Semiótica Discursiva, a verdade em si é tema controverso sobre o qual não cabe a ela dar opinião. O central para a semiótica diz respeito aos efeitos de sentido produzidos, ou seja, é verdadeiro, como frisamos acima,

aquilo que resulta da relação entre fazer persuasivo (fazer crer) e fazer interpretativo (crer verdadeiro). É por isso que não falamos em verdade em si, mas em contrato veridictório e contrato fiduciário. A verdade discursiva resulta da relação intersubjetiva que lhe garante válida. O sujeito-humorista opera nessa manipulação comunicativa propondo o fazer persuasivo ambíguo, deixando destinatário-enunciatário na incerteza, na dimensão complexa do crer e do não crer.

O quadrado de veridicção impõe uma distribuição semântica entre ser e parecer que julgamos não contemplar o contrato proposto pelo discurso humorístico. O discurso humorístico não se propõe verdadeiro, nem falso, nem secreto, nem mentiroso. O jogo parece ser mais complexo ainda do que isso. A análise dos textos de humor mostra que as isotopias que se cruzam no enunciado dão margem à interpretação pelo enunciatário de contratos diferentes e, por vezes, contraditórios. Diante de uma piada, assumimos que aquele discurso parece-ser, mas não é, o que nos levaria a classificá-lo conforme o quadrado de veridicção como mentiroso e seu destinador enunciatário também como mentiroso. Por outro lado, a mesma piada trará uma verdade disfarçada, não parece, mas é; a piada esconde um segredo e seu destinador é o guardião desse segredo. Surge, portanto, uma dificuldade de enquadrar o sujeito-humorista, na verdade parece que este foge à identificação por meio desse procedimento de tornar ambíguo o contrato comunicativo. Esse sujeito humorista acaba se reduzindo a um procedimento, a uma operação, que articula dois contratos e os presentifica simultaneamente. E parece ser este último aspecto que diferencia o sujeito-humorista dos demais procedimentos enunciativos, ao menos sob esse aspecto dos contratos comunicativos.

Essa ambiguidade do contrato veridictório do discurso humorístico não se resolverá nos demais níveis de análise. Ao contrário, os efeitos de sentido produzidos pela convivência de ao menos duas isotopias reforçam a indecisão sobre ser verdadeiro ou falso, sobre ser uma mentira ou um segredo, por exemplo. É no nível discursivo que devemos buscar as pistas para a validação do contrato proposto pelo destinador-enunciatário. É ali que as isotopias postas em jogo poderão ser percebidas e assim contribuir para a instauração do contrato veridictório. Isotopia, para assentarmos uma definição que oriente nossa reflexão, corresponde a uma recorrência sêmica identificável ao longo da estrutura sintagmática de modo a garantir uma identidade entre figuras e temas, por exemplo, postos no discurso.

O discurso humorístico parece ter como marca a coocorrência de isotopias que levam a uma indecisão quanto à veridicção daquele discurso. A veridicção e a fíducia, como

fica evidente, envolvem a totalidade do conjunto significativo sob análise, para investigá-las o analista deve estar atento a fenômenos como a isotopia, a figurativização, a tematização, enfim, pois eles fornecem as “pistas” das escolhas operadas no enunciado.

Desta seção reteremos a ideia de que o contrato veridictório instaurado pelo discurso humorístico encerra uma ambiguidade. Essa ambiguidade impede uma afirmação definitiva do *status* veridictório do discurso e conseqüentemente de uma definição de seu enunciador-destinador. Vemos aqui uma estratégia de proteção do sujeito-humorista quanto à avaliação que a fíducia do enunciatário-destinatário lhe reserva. O sujeito-humorista poderá sempre alterar a veridicção dada a ambiguidade constitutiva de seu discurso e se afastar do enunciado.

4 BLINDAGEM

Num conceito há, no mais das vezes, pedaços ou componentes vindos de outros conceitos, que respondiam a outros problemas e supunham outros planos. Não pode ser diferente, já que cada conceito opera um novo corte, assume novos contornos, deve ser reativado ou retalhado.

Gilles Deleuze e Félix Guattari.

Neste capítulo discutiremos o conceito de blindagem consoante o julgamos inerente ao fazer enunciativo do sujeito-humorista. Para tanto, impomo-nos as tarefas de elencar os usos do termo blindagem a fim de verificarmos o arranjo sêmico estabilizado; apontar as estratégias discursivas de instauração do fenômeno; verificar as implicações comunicativas; e, por fim, situar o conceito no quadro geral de descrição do procedimento discursivo do humor. Conceito central de nossa argumentação, buscaremos cercar o que compreendemos por blindagem no contexto da enunciação humorística.

4.1 O universo semântico estabilizado

Como apontamos no primeiro capítulo, a Semiótica Discursiva, como ferramenta de análise que é, pressupõe a existência de um universo semântico razoavelmente estabilizado que sustenta os sentidos do conjunto significante sob análise. Não queremos dizer com isso que esse universo semântico estabilizado seja anterior aos conjuntos significantes, na verdade são esses próprios conjuntos que fornecem as instruções necessárias para a construção desse universo. Em outros termos, o universo semântico estabilizado é uma pressuposição do próprio texto sob análise. Havemos de considerar também que o histórico de uso e produção de textos cria um conjunto de realizações que fornecerá, mal comparado, blocos pré-formados com os quais os textos serão construídos ou a partir dos quais novos blocos serão criados, uma espécie de acervo disponível a novas realizações.

Partindo dessas afirmações, recorreremos ao dicionário, “cemitério das palavras”, no intuito de encontrarmos, nesse universo estabilizado pelo uso, o ponto de partida para a lapidação de nosso conceito de blindagem.

blindagem

1 ato ou efeito de blindar

2 Rubrica: termo de marinha, termo militar.

revestimento de chapa metálica (como aço ou outra liga resistente) us. para proteger, contra projéteis, veículos e engenhos de combate, navios, carros-fortes etc.

3 Rubrica: termo militar.

conjunto de materiais e dispositivos diversos (p.ex., paredes de concreto) que protegem um local, edifício etc. de projéteis ou cargas explosivas

4 qualquer revestimento ou envoltório que impeça a passagem de um agente ou fenômeno (p.ex., ondas luminosas ou sonoras)

Parece-nos que em todas as acepções oferecidas pelo dicionário está presente o conceito de proteção (*para proteger, que protegem, impeça a passagem*). Se considerarmos o fazer do sujeito-humorista, vale perguntar de que a blindagem o protege. Como afirmamos no capítulo anterior, o sujeito-humorista lança em seu discurso um actante (identificado com actantes da enunciação ou não) disforicamente passionalizado, o alvo. O fazer humorístico, portanto, consistirá na busca por dirimir essa disforia inicial por meio da subversão das estruturas narrativa, discursiva, valencial, linguística etc. e na instauração do risível (ao invés do obscuro e do ofensivo, como afirmara Freud).

Contudo, essa passionalização disfórica de um actante no enunciado convoca valores do universo semântico estabilizado ideologicamente marcados. Essa convocação implica uma relação do sujeito-humorista com os valores convocados que põe em risco, entre outras coisas, os acordos comunicativos estabelecidos. Fidúcia e veridicção são questionadas pelas escolhas axiológicas (no sentido ideológico) operadas no discurso humorístico de modo que o enunciador pode perder a confiança se identificado com um valor disfórico mobilizado no texto.

Dizendo de outro modo, uma piada “racista” mobiliza valores ideológicos que, se associados a seu enunciador, transformá-lo-ão em racista. Identificar o enunciador com os valores mobilizados no texto é adensar semanticamente esse sujeito conferindo-lhe um efeito de realidade e tornando-o passível de sanção disfórica. A blindagem, que aqui defendemos, diz respeito justamente a um procedimento do discurso humorístico contra essa

identificação. Percebemos que outros discursos (como o científico e o pedagógico) também lançam mão desse procedimento de blindagem, porém enquanto estes são instaurados para garantir a identificação do enunciador com os valores mobilizados no texto, no discurso humorístico dá-se o contrário: o humorista deseja se livrar dessa identificação, pois, caso contrário, não há piada. Vejamos como isso é possível!

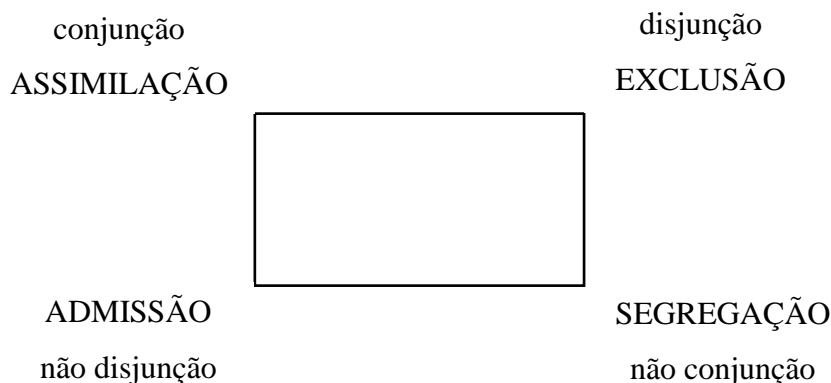
4.2 Interação

Já apontamos no primeiro capítulo o que entendemos por enunciação: uma instância pressuposta pela existência do enunciado e acessível somente por meio deste. Aqui discutiremos outro viés da enunciação não discutido ainda neste trabalho ou discutido de maneira rápida na seção 2.5, a interação. Faremos isso nos termos que propõe Eric Landowski.

Para esse autor, a Semiótica Discursiva se propôs o estudo do sentido tomando como centro de reflexão a narratividade. Essa narratividade baseia-se no princípio da transformação de enunciados de estado por meio de uma fazer transformador. Isso cria sujeitos que buscam objetos que supram um estado inicial de falta. É claro que esses sujeitos também entrarão em contato com outros sujeitos que por sua vez também buscam objetos; erguem-se a partir daí as interações entre esses sujeitos narrativos. A lógica subjacente a um tal modelo é a de junção, ou seja, os sujeitos estão conjuntos ou disjuntos dos objetos e pretendem alterar esse estado inicial.

Nessa lógica, a da narratividade, as relações com o outro podem ser espacializadas no quadrado semiótico conforme a Figura 17 mostra:

Figura 17 – Presenças do Outro



Fonte: Landowski, 2002.

A dinâmica identitária nestes termos implica um vagar entre a assimilação e a exclusão, ou seja, o sujeito se constitui na medida em que sua relação com o outro caminha possivelmente desde uma aceitação do outro e de seus valores até sua negação e a negação de seus valores. Quando nosso sujeito-humorista nos mostra um actante do enunciado passionalizado disforicamente e sobre o qual recairá o efeito de humor, essas categorias poderão nos revelar o tipo de interação que aquele mantém com este e com seus valores. O sujeito-humorista pode fazer interagir actantes no enunciado que podem assumir completamente os valores do outro (caso de assimilação) ou negá-los completamente (caso de exclusão). O nó górdio da blindagem está em impedir que essas interações respinguem no sujeito-humorista; pois, se assim acontecer, este será identificado com os valores postos em jogo e será chamado à responsabilidade pelo seu dizer, nesse caso o bobo da corte perde a cabeça.

Na seção 2.5, falamos brevemente acerca dos valores mobilizados por piadas racistas, machistas, homofóbicas, enfim, e a possível atribuição desses valores ao sujeito humorista. São as categorias postas no quadrado acima que nos fornecerão os meios para avaliarmos em que medida o discurso humorístico se compromete ou não com esses valores.

Para Landowski a lógica de junção cria dois regimes de interação que ordenam o fazer dos sujeitos: a manipulação e a programação. Segundo ele, tais regimes não recobrem toda a gama de possibilidade de interação entre sujeitos. O autor defende que há interações que não se baseiam propriamente em uma racionalidade objetal, no sentido de que o sujeito busca seus objetos de valor. Ele aponta que há interações guiadas pela avaliação dos estados de alma dos sujeitos, ou seja, a sensibilidade opera como instância definidora do tipo de relação estabelecida entre os sujeitos. Por exemplo, a percepção de que seu interlocutor está

dominado pela ira orientará a ação, e certas performances não poderão ser realizadas sob pena de inviabilizar a interação.

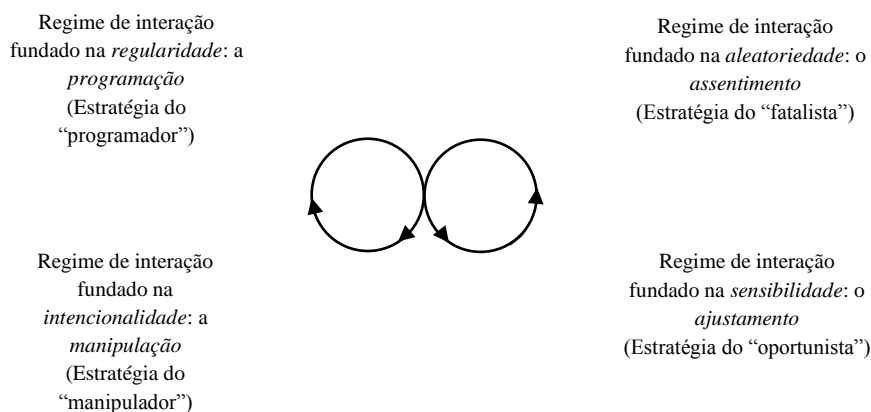
Outro tipo de interação apontado por Landowski diz respeito aos eventos fortuitos, não obedientes a uma lógica implicativa (nem concessiva), operados pelo acaso. Esse tipo de interação diz respeito a performances realizadas pelos sujeitos sem que haja uma razão para acontecerem. É nestes termos que, a fim de ampliar o alcance teórico do modelo, o autor propõe a lógica da união, responsável pela fundamentação destes regimes de interação: o ajustamento e o acidente.

Ampliam-se as possibilidades do modelo. Aos dois fundamentos já previstos no modelo baseado na narratividade acrescentam-se outros dois. O modelo baseado na narrativa tinha como fundamentos a intencionalidade e a regularidade. O primeiro diz respeito a fazer-fazer, ou seja, a ação de um sujeito sobre outro sujeito, é o princípio que fundamenta as relações de manipulação. O segundo fundamenta a previsibilidade do fazer narrativo, o ordenamento que torna o fazer passível de previsão, é o princípio que rege a programação.

Os dois fundamentos acrescentados por Landowski são o aleatório e a sensibilidade. O primeiro fundamenta o acidente, o evento fortuito que impede a previsibilidade, a ação do sujeito não revela um condicionante imediato, não há programação. O segundo fundamenta o ajustamento, o comportamento guiado pela percepção sensível dos sujeitos em interação, o modo de existência do sujeito está vinculado à sua percepção do modo de existência dos sujeitos com os quais está em interação.

Com essa nova organização, se ampliam os modos de interação do sujeito consigo mesmo, com outros sujeitos e com o mundo. Os enunciados de estado e de ação que instauravam uma lógica implicativa, agora se desdobram em modos de existir sociosemioticamente, ou seja, passa-se a um fazer-ser, dando conta da existência, e um fazer-fazer, dando conta da ação. Manipulação e ajustamento integram o modo de ação; enquanto programação e assentimento integram o modo de existência. A Figura 18 mostra a distribuição desses regimes:

Figura 18 – Regimes de interação



Fonte: Landowski, 2014, p. 15

É bom que se diga que esses regimes não são excludentes ou fixos e é isso que as setas do gráfico, à moda de uma representação do infinito matemático, indicam. Na verdade, o autor propõe que sejam vistos em uma dinâmica que permite a transição de um regime a outro e, a mais das vezes, a concomitância dos regimes, em uma dialética, como o próprio gráfico sugere, infinita. A interação deve ser vista em ato, ou seja, cabe ao sujeito operar com esses regimes adequando seu fazer conforme a situação demande. Claro que a escolha de um regime ou outro de interação pode ser equivocada, seja porque o sujeito não disponha das competências exigidas pelo regime, seja porque o sujeito avalie mal o outro, enfim, as interações são arriscadas para o sujeito. Veremos a seguir a organização de cada um desses regimes.

Começemos pelo regime da programação. Este regime, integrante do modo da existência, baseia-se em uma lógica implicativa, segundo a qual, dadas as mesmas circunstâncias, as consequências do fazer serão as mesmas. É fácil notar que um tal sujeito parece não ter domínio mesmo pelo seu fazer, que a ele se sobrepõe um ordenamento que o subjuga e lhe rouba o livre arbítrio. Por outro lado, o sujeito do fazer que investe nesse regime impõe ao outro com quem interage um procedimento a ser cumprido, à maneira de um algoritmo, cujas etapas devem ser rigorosamente observadas.

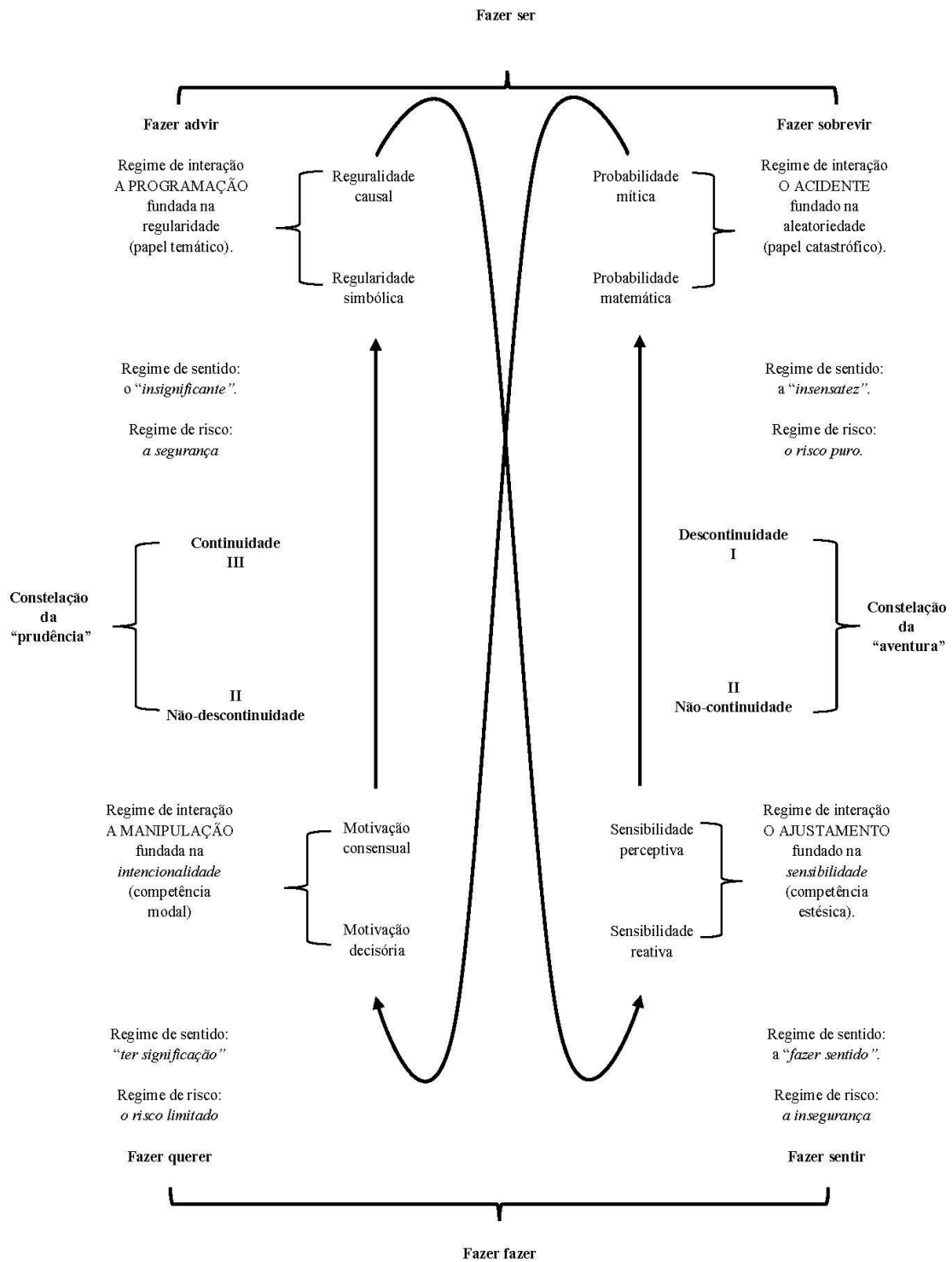
Ainda no modo da existência, Landowski nos fala do regime do acidente. A categoria que fundamenta esse regime é a aleatoriedade, ou seja, eventos que não podem ser previstos a partir das competências modais do sujeito da narrativa nem de suas relações com

outros sujeitos. Esse regime explica fenômenos que ocorrem a despeito do fazer do sujeito. As interações fundadas nesse regime revelam o risco puro, ou seja, nada é previsível; portanto apostar em uma interação dessa ordem submete o sujeito aos sabores da sorte, da eventualidade. Enquanto o regime anterior pressupunha a regularidade, este ampara-se na probabilidade, quer mítica quer matemática.

Passemos aos regimes de fazer-fazer, ou seja, aos regimes de ação. O princípio que ordena esses dois regimes são a intencionalidade e a sensibilidade. O primeiro conceito fundamenta o regime da manipulação que pode ser entendido como o ordenamento em que um sujeito altera, ou intenta alterar, os estados de alma de outro sujeito de modo que este detenha competências necessárias para a realização de um programa narrativo que lhe é proposto. É nesse sentido que o sujeito manipulador confere ao sujeito com quem interage (ou exige dele) um conjunto de competências modais que o habilitam a realizar tal ou qual programa narrativo. O risco em tal regime é limitado, pois a seleção modal impõe motivações consensuais ou decisórias a que os sujeitos se submetem. Falamos do fazer-querer.

O regime do ajustamento está baseado na sensibilidade e exige, portanto, do sujeito uma competência estética, é preciso que os sujeitos sintam para que possam interagir conforme esse regime. Há, então, uma insegurança quanto à interação, uma vez que não há homogeneidade no sentir e, logo, não se pode prever (como no regime de programação) que comportamentos os sujeitos hão de desempenhar. O esquema abaixo resume o que dissemos acerca desses regimes de interação.

Figura 19 – Interações arriscadas



Fonte: LANDOWSKI, 2014, p. 80

Tomemos um exemplo:

Piada do dia:

E na chamada da escola, a professora:

– Sapo?

– Presente!

– Cachorro?

– Presente!

– Gato?

– Presente!

– Jumento?

(Ñ respondeu pq tava lendo)

– Galinha?

– Presente!

– Papagaio?

– Presente!

e o jumento lendo...

– Pinguim?

– Presente!

– Porco?

– Presente!

e o jumento continuou lendo essa mensagem kkk

Não adianta parar de ler que tu já caiu, continue! kkk

você você você você

você você você você

você você você você

você você você você

você você você você

você você você você

É tão preguiçoso que nem leu todos os vocês e nem percebeu que tinha 1
você escrito com S!

Agora voltou para ver se tinha mesmo e ficou decepcionado porque não
achou.

Agora ta sorrindo com cara de troxa né.

kkkkkkkkkkk...

Não adianta reclamar...

Eu também li... Compartilhe pra pegar seus amigos

(mensagem de grupo de Whatsapp)

No texto acima o narrador impõe uma programação ao narratário, exige deste a
adoção de um comportamento previsível, ou seja, exige que seja de um certo modo, fundado
na regularidade, temos exemplo, portanto, de programação. Observemos que o texto nos

mostra um narrador seguro do comportamento do narratário, pois nesse regime o risco de a interação não ocorrer conforme o programado é mínimo, ou seja, a segurança é o regime de risco. O sentido, porém, é insignificante uma vez que tudo já está previsto ou é dedutível. É nesse tipo de regime que operam as regularidades causais e simbólicas. Quando nosso sujeito-humorista do texto acima mobiliza essa interação entre narrador e narratário revela-se para este o quão previsível é seu próprio fazer; o narratário, tornado alvo do humor, vê-se em uma situação que lhe é disfórica (a ausência de liberdade) e cujas saídas são rir ou tornar-se narrador para “pegar” outro amigo incauto. De um modo ou outro, o sujeito-humorista se posta como imune aos efeitos da interação, pois é necessário mudar de papel enunciativo para se ver livre da piada. Nessa posição, o sujeito-humorista por meio de uma debreagem enunciativa, simula no enunciado a assimilação dos valores do alvo da piada, mas não mais como alvo:

Não adianta reclamar...
Eu também li... Compartilhe pra pegar seus amigos

Há piadas, chamadas sádicas ou de humor negro, em que o enunciado propõe uma interação baseada na sensibilidade, ao menos aparentemente, tomemos um exemplo:

– Mamãe, não gosto muito da vovó!
– Tudo bem, minha filha, coma só as batatas!

Parece que neste caso o efeito humorístico decorre de um conflito de avaliação por parte do enunciatário do tipo de interação que ocorre entre os atores do enunciado. Duas isotopias se destacam no enunciado: afeição e sabor. A conexão de isotopia fica a cargo da polissemia do verbo *gostar*. Supõe-se, pela fala da filha, que a interação dos sujeitos acontecerá baseada na sensibilidade, ou seja, os atores estariam em uma interação em que predominaria o fazer-sentir, impera uma incerteza quanto aos sentidos. Contudo, a fala da mãe esclarece qual isotopia deve ser lida e a interação agora não é mais baseada na sensibilidade, mas na regularidade. A fala da filha agora assume caráter de manipulação, pois intenta autorização para não comer a avó, trata-se de uma cena de refeição, cujo regime de interação é a regularidade, não há surpresas para os atores do enunciado, apenas para o enunciatário. O caráter subversivo do humor mais uma vez opera para a instauração do riso, as próprias interações são postas em questão pelo procedimento do sujeito-humorista.

Na seção seguinte, veremos como os mecanismos de instalação da enunciação no enunciado (as debreagens) podem ser manipuladas pelo sujeito-humorista a fim de produzir o efeito blindagem contra sua identificação com os valores do universo axiológico (no sentido ideológico) mobilizados no enunciado.

4.3 Nível discursivo

4.3.1 *Temas e figuras - a semântica discursiva*

Como apontamos na seção 2.2 o nível discursivo do percurso gerativo de sentido é aquele de maior adensamento semântico, ou seja, é o nível do percurso gerativo de sentido em que mais fortemente é simulado o “real”. O efeito de concretude desse nível, e é nesse sentido que a palavra real deve ser entendida, é resultado por um lado das figuras e temas presentes no enunciado e por outro da instauração das categorias de pessoa, espaço e tempo. Os primeiros constituem a semântica do nível discursivo enquanto as segundas constituem sua sintaxe.

Temas e figuras indiciam a presença do universo ideológico a que o enunciado se filia. Esse universo ideológico a que nos referimos é resultado das coerções sócio-históricas a que os conjuntos significantes estão submetidos e que eles próprios ajudam a compor. Assim, mobilizar temas e figuras em um enunciado implica um sistema de valores subjacente com o qual o sujeito que enuncia se identifica ou não. Esses dois processos (tematização e figurativização) são reveladores dos modos de ver e pensar o mundo e o outro. Queremos dizer que as figuras e temas estão diretamente relacionadas aos grupamentos sociais de que seus enunciadores fazem parte; é, portanto, pertinente afirmar que há sempre uma ideologia pressuposta pelos encadeamentos figurativos. Em termos semióticos, a partir do enunciado, é possível identificar os valores ideológicos que o enunciado traz, supor um sujeito responsável pelo discurso produzido e apontar-lhe as propriedades que o identificariam com esse ou aquele papel social dentro do universo ideológico pressuposto.

Por exemplo, no vídeo *Confessionário*, do coletivo Porta dos Fundo (que apresentaremos mais à frente), é indiscutível a vinculação dos dois atores do enunciado com o papel de padre. As figuras ali presentes (confessionário, batina, terço etc.) não deixam

dúvida quanto a essa identificação subjacente às figuras. Não nos esqueçamos de que há um procedimento responsável pela instauração dessas figuras no enunciado. A questão é saber se é possível identificar os valores ideológicos carregados pelas figuras com o operador do discurso humorístico. Em outros termos o sujeito-humorista, segundo o que defendemos, consegue eximir-se da identificação com o sistema ideológico que coloca sob crítica, esse é o efeito de blindagem de que vimos falando até aqui.

Outro aspecto importante das figuras diz respeito a sua capacidade de sensorialização dos temas. Queremos dizer com isso que as figuras criam o efeito de concretude, de corporeidade no enunciado. Ao trazerem cor, cheiro, sabor ao enunciado, elas simulam a concretude da realidade, promovem um adensamento semântico que torna o sentido “palpável”. Supomos que uma das estratégias do sujeito-humorista para evitar sua identificação com os valores ideológicos postos em jogo no enunciado é justamente não se deixar adensar semanticamente, não podendo, portanto, ser figurativizado. Parece-nos que o sujeito-humorista é apenas um procedimento, um estilo, um modo de acesso específico ao significado, tão esvaziado semanticamente que qualquer figurativização sua é desautorizada.

Figura 20 – Valores ideológicos no enunciado



Fonte: Figura retirada da internet

A charge acima convoca um universo de valor segundo o qual o Sul do país, especialmente São Paulo, enxerga o Nordeste como incapaz de decisões corretas. Convocam-se para o enunciado as figuras do *hater*¹² e do deputado Tiririca¹³. Os dois atores

¹² **Hater** é um termo usado na internet para classificar pessoas que postam comentários de ódio ou crítica sem muito critério.

¹³ Cearense de Itapipoca, palhaço de profissão, Tiririca foi o segundo candidato a deputado federal mais votado nas eleições de 2014, com 1.016.796 votos, eleito por São Paulo.

do enunciado traduzem uma contradição no fazer do *hater*? Eleger um palhaço é saber votar? Tiririca é uma opção errada em uma eleição? Essas perguntas tem o intuito de exemplificar os valores ideológicos mobilizados pelo enunciado e mostrar quão difícil é identificar esses valores com o sujeito-humorista. Parece não haver indício que vincule o sujeito-humorista a esses valores postos no enunciado.

4.3.2 *A enunciação no enunciado*

Como já falamos no primeiro capítulo, é possível simular no enunciado a instância pressuposta da enunciação. Essa simulação opera graus de presença da enunciação no enunciado criando efeitos de aproximação ou distanciamento. Como vimos inicialmente há um descolamento da instância enunciativa enquanto evento sócio-histórico, um afastamento entre enunciação e enunciado. Esse descolamento permite projetar no enunciado as categorias da enunciação, simulando-a ali. A projeção das categorias da enunciação no enunciado constitui a sintaxe do nível discursivo, diz respeito à instalação das categorias de pessoa, espaço e tempo no enunciado.

Julgamos que os mecanismos breantes são fulcrais para a constituição da blindagem, pois eles possibilitam o efeito de afastamento do sujeito-humorista daquilo que enuncia. Vejamos mais detalhadamente esses fenômenos e suas contribuições para a blindagem.

4.3.2.1 *Debreagem enunciativa*

Ocorre debreagem enunciativa quando no enunciado existem marcas que permitam identificar a instância enunciativa pressuposta. É o procedimento de instalação do eu-aqui-agora no enunciado. As marcas da enunciação postas no enunciado criam o efeito de realidade, de vivido no dizer de Benveniste. Para quem deseja se proteger contra a identificação com os valores ideológicos postos no enunciado, esse procedimento parece ser o menos recomendado. Vejamos:

Ovos

Cheguei no mercado e perguntei para o vendedor:

– Quanto é meia dúzia de ovo?

Ele disse:
– Seis ovo.

Embora tenhamos marcas bastante claras da enunciação no enunciado (desinências de pessoa e tempo), o procedimento de enunciação cria uma distinção entre o narrador e locutor, de modo que há, mesmo com as debreagens enunciativas, um distanciamento entre o enunciador e o alvo da piada. Este último é posto como locutor no enunciado, é perspectivado como diferente daquele que enuncia. Esse procedimento enunciativo é uma das estratégias de blindagem do sujeito humorista.

Relembremos o que dissemos na seção 2.2 acerca dos graus de debreagem do enunciado. É possível simular no interior do enunciado uma nova instância enunciativa com toda sua organização, e o texto acima é exemplo disso. Lembremos também que conforme Saraiva (2014) uma enunciação simulada no enunciado referenciará aquela que lhe é imediatamente anterior. Tomemos outro exemplo:

Figura 21 – Neutralização entre locutor e enunciador



Fonte: Porta dos Fundos (2013)

O frame acima foi retirado do vídeo *Deus*¹⁴ do coletivo humorístico Porta dos Fundos. A tomada em close do ator do enunciado cria um efeito de aproximação entre enunciado e enunciatário, isso, contudo não é suficiente para instaurar uma debreagem enunciativa. No entanto, se observarmos bem, o frame revela uma piscadela do ator do enunciado para o enunciatário, nesse instante neutraliza-se a oposição locutor/enunciador e se instaura uma debreagem enunciativa, ou seja, a instância enunciativa é referida no

¹⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=t11JYaJcpxg&t=5s>> Acesso em: 01 de mar. de 2018.

enunciado. A debreagem enunciativa cria mais das vezes o efeito de aproximação, como que convoca o enunciador a participar do enunciado. Não seria demais supor que esse procedimento arrisca a identificação do humorista com o enunciador, pois põe em pé de igualdade enunciador e enunciatário. Contudo, havemos de lembrar que esses dois actantes da enunciação também são projeções operadas pelo fazer enunciativo, isto é, são os functivos da função sujeito da enunciação global. Tomemos outro exemplo:

Figura 22 – Neutralização entre enunciador e locutor?



Fonte: Figura retirada da internet

Vê-se no enunciado uma marca enunciativa: um aqui. Lembremos, porém, que tal marca, à semelhança da piscadela da Figura 22 representa a instância enunciativa debreada no enunciado, temos um locutor que se dirige a um locutário; a direção do olhar do ator do enunciado neutraliza seu locutário com o enunciatário, como os níveis de debreagem são diferentes é difícil argumentar uma identificação do sujeito-humorista com o que se enuncia ali no enunciado. Isso significa que, mesmo operando debreagens enunciativas, nosso sujeito-humorista mantém-se afastado do que enuncia, ou seja, ele não assume papel algum no enunciado, ou ao menos não se lhe pode atribuir nenhum papel.

4.3.2.2 *Debreagem enunciativa*

Há debreagem enunciativa quando no enunciado não há marcas que permitam referenciar a instância da enunciação. Esse procedimento cria o efeito de afastamento do enunciado, que desembocará em um efeito de objetividade. É o procedimento de instalação de um ele-lá-então, do qual enunciador e enunciatário não participam. Podemos supor que esse procedimento seja o mais efetivo para a instauração do efeito de blindagem, pois permitiria ao nosso sujeito-humorista manter-se afastado daquilo que enuncia. De fato, tomemos um exemplo:

Figura 23 – Debreagem enunciativa



Fonte: Figura retirada da internet

O texto não apresenta nenhuma marca que possa remeter à instância enunciativa que lhe deu origem. Trata-se de uma debreagem enunciativa, pela qual o sujeito-humorista se afasta completamente do enunciado.

Pode-se argumentar que, em todos os exemplos apontados até aqui, é possível apontar um enunciador empírico que, ao realizar o enunciado se comprometeria com os valores ideológicos mobilizados por ele. Lembremos, porém, que não é esse o procedimento

análítico da Semiótica Discursiva. O sujeito da enunciação em Semiótica deve ser entendido, como esclarecemos na seção 2.3, como uma pressuposição da existência do enunciado. De qualquer modo, parece claro, pelo que dissemos até aqui, que o sujeito-humorista evita comprometer-se com o enunciado que produz, buscando apagar sua identidade. O procedimento enunciativo do discurso humorístico parece objetivar a desidentidade do seu enunciador global, ou seja, o sujeito-humorista se dessemantiza de tal modo que passa a ser encarado como apenas um procedimento enunciativo. Arriscaríamos dizer que ele passa a operar em uma instância simbólica, distante da instância semântica do discurso.

4.4 O processo de comunicação

No capítulo anterior, discutimos acerca dos contratos veridictório e fiduciário. Lá argumentamos que o sujeito-humorista opera uma ambiguidade desses contratos de modo a deixar o destinatário indeciso quanto à verdade do enunciado de humor e, a rigor, a respeito de sua própria identidade. Retomemos que a verdade de que falamos decorre de um acordo entre destinador e destinatário.

Afirmamos que essa ambiguidade também gera o efeito de proteger o sujeito-humorista contra sua identificação com os valores ideológicos mobilizados no texto. Diante de uma piada, exige-se do destinatário um fazer interpretativo que a considere como apenas isso: uma piada. Assumir que o enunciado de humor é verdadeiro tornaria o sujeito-humorista responsável pelos valores ali implicados, isso faria dele racista, homofóbico, machista etc. Considerá-lo como falso, tornaria o sujeito-humorista mentiroso e seu enunciado indigno de crédito e ausente de valor humorístico. Ora, nenhum desses procedimentos é compatível com o texto humorístico, é na ambiguidade do contrato comunicativo que parece residir o efeito de humor. É por ali também que o sujeito-humorista se protege contra sua identificação com os valores ali instalados. Vejamos um exemplo disso:

- A mulher entra no confessionário de uma igreja, em Hollywood.
– Padre, quero me confessar!
– Pois não, minha filha. Quais são seus pecados?

- Fui infiel ao meu marido, padre. Sou maquiadora de artistas e há 2 semanas dormi com Leonardo DiCaprio. Na semana passada, dormi com o Brad Pitt, e esta semana, dormi com o Richard Gere.
- Lamento, filha, mas não posso dar-lhe a absolvição.
- Por quê? A misericórdia do Senhor não é infinita?
- Sim, filha, a misericórdia de Deus é infinita, mas Ele jamais vai acreditar que você esteja arrependida...!¹⁵

É difícil dizer se esse texto se propõe verdadeiro, tampouco é fácil afirmá-lo mentiroso. O que diremos da identificação do humorista com os valores “machistas” implicados pelo enunciado? Vejamos: o enunciado traz dois locutores, um padre e uma esposa infiel. Esta última deseja confessar seus pecados e obter o perdão divino, esse é um procedimento padronizado nesse tipo de interação, o regime de programação ordena o fazer desses sujeitos de modo que a previsibilidade das ações é alta. A esposa infiel se vê diante da possibilidade de conjunção com o objeto-valor *prazer* representado nas figuras dos três atores hollywoodianos. A conjunção com esses objetos modaliza o sujeito esposa de tal modo que impede a realização do programa narrativo que a define enquanto esposa, o casamento. É necessário, portanto, um reordenamento do fazer do sujeito esposa para que possa continuar o programa narrativo do casamento. Esse reordenamento, no universo semântico estabilizado pressuposto pelo enunciado – a doutrina católica – convocado pelas figuras padre, igreja, confissão, compete a um arquidestinator, Deus. É em busca do fazer desse arquidestinator que o pecador se dirige ao confessionário. Contudo, nesse universo semântico, exige-se do penitente o arrependimento. O padre, responsável pela mediação entre o sujeito infiel e o arquidestinator, rompe a programação da confissão e nega o perdão à esposa infiel. Essa negação confere ao objeto atores hollywoodianos um valor eufórico superior àquele atribuído ao objeto esposo, o que justifica a ausência do arrependimento, nem Deus acreditaria nesse arrependimento.

Falamos da interação entre padre e esposa infiel, atores do enunciado postos lá pelo enunciador. Mas e quanto à interação entre destinator e destinatário do enunciado global? Bem, a subversão do regime de interação operado pelo locutor padre sugere que o destinatário deve interpretar o enunciado como mentiroso, pois no universo semântico pressuposto a programação da confissão não é subvertida. Contudo, a ausência de arrependimento da esposa infiel sugere que o destinatário interprete o enunciado como

¹⁵ Disponível em: Piadas: <<http://www.piadas.com.br/>> Acesso em: 01 de mar. de 2018.

verdadeiro, pois no universo semântico pressuposto os atores hollywoodianos são objeto do desejo feminino. Não é possível assim determinar o *status* do acordo veridictório do enunciado global, conseqüentemente seu destinador se esmaece, o destinatário não conseguirá determinar se ele é mentiroso ou verdadeiro.

O efeito de blindagem consiste, pelo que tentamos demonstrar, em um esvaziamento semântico do enunciador global feito pelas operações enunciativas que afastam o enunciador do enunciado; pela ambigüidade isotópica que interfere na validação do acordo comunicativo tornando-o também ambíguo; e pela subversão dos regimes de interação dos atores postos no enunciado.

Essas estratégias reduzem o que chamamos de sujeito-humorista a uma simples operação, despida de valores ideológicos. Há, portanto, em vez de uma identidade do humorista uma desidentidade, ou seja, há um tal distanciamento dos valores ideológicos postos em cena no enunciado que se torna difícil vinculá-los a um sujeito da enunciação global sem que com isso se desfaça o efeito de humor do enunciado. Esse efeito de blindagem, vale dizer, é mais ou menos intenso a depender das operações realizadas para a constituição do enunciado. Assim, por exemplo, quando na charge encontramos uma assinatura, parece surgir o efeito de um responsável pelo enunciado, um sujeito que assumiria os valores postos ali. Parece, porém, que o próprio estilo humorístico suaviza essa identificação.

5 ALGUNS TEXTOS À GUIA DE EXEMPLOS

Neste capítulo tentaremos demonstrar, operando com o aparelho conceitual mobilizado nas seções precedentes, que o efeito de blindagem é constituído pelas operações enunciativas de que o sujeito-humorista lança mão para criar um espaço enunciativo semanticamente esvaziado, em outros termos, as operações enunciativas de esvaziamento semântico mobilizadas no enunciado constituem a própria dinâmica desidentitária que chamamos sujeito-humorista. Dada a postura epistemológica adotada no presente trabalho, a saber: uma postura analítica imanente – no sentido de que o objeto de análise é o texto –, concentraremos nossos esforços em identificar, no texto (conjunto significante), as marcas que impedem apontar e descrever um simulacro de identidade, uma dinâmica identitária, um procedimento enunciativo, e constituem um espaço privilegiado de produção de sentido. Vamos aos textos!

5.1 Uma charge racista?

Figura 24 –Afastamento dos valores do enunciado?



Fonte: Figura retirada da internet

Observemos no conjunto significativo acima,¹⁶ primeiramente, a instauração no enunciado de uma debreagem enunciativa – actancial, espacial e temporal –, temos a instância do *ele-lá-então*. Depreende-se essa afirmação do fato de não haver marcas textuais que refiram a instância da enunciação. Poder-se-ia argumentar que a assinatura da charge identifica o enunciador, ou mesmo o sujeito da enunciação global, o que equivaleria, portanto, a uma debreagem enunciativa. De fato, a assinatura indica um responsável pelo enunciado, este, no entanto, distancia-se daquilo que enuncia ao delegar voz aos atores do enunciado, criando uma instância enunciativa de segundo grau. Embora assuma o enunciado assinando-o, essa instância cria uma ambiguidade enunciativa, uma espécie de neutralização entre narrador e enunciador. O primeiro efeito decorrente disso é o afastamento do sujeito da enunciação daquilo que é enunciado, mesmo assinando-o. Observemos o título, por ele percebemos uma distinção de actantes. O ator responsável por ele não é nenhum dos atores postos no enunciado. Por outro lado, não podemos identificá-lo diretamente com o enunciador, dado que não há nenhuma marca (actancial, espacial ou temporal) que refira esse enunciador, salvo a assinatura de que falamos acima. Assim, o título da charge, embora não possa ser considerado uma marca da enunciação no enunciado, pois não refere nenhuma instância enunciativa, também não pode ser atribuída aos actantes do enunciado. Façamos, portanto, uma distinção entre esses actantes: o título parece responsabilidade de um narrador (conferir seção 2.4), uma instância intermediária entre o enunciador e o locutor do enunciado, que no caso específico do conjunto significativo sob análise parece estar sincretizado ao papel de enunciador em razão da assinatura.

Esse movimento no enunciado assinala uma posição do enunciador em relação aos valores que povoam o universo semântico estabilizado pressuposto pelo texto. As interações entre os sujeitos revelam as imagens que fazem de si e dos outros, ou seja, ao assumir uma posição, o enunciador se insere em um tipo de relação com o outro que, a um tempo, define as identidades e as alteridades, bem como a posição que assumem em relação aos valores postos entre si e manipulados no enunciado.

Voltemos ao texto! Há ali uma debreagem de segundo grau, o enunciador delega voz a um narrador que por sua vez delega voz aos locutores, actantes do enunciado. Essa fala do narrador, o título, insere a cena apresentada em uma rotina, pois, a despeito de se apresentar somente uma cena, o título é “cenas do cotidiano”, sugerindo que a cena

¹⁶ Disponível em: <http://www.juniao.com.br/chargecartum/> Acesso em: 05 de fev. de 2018.

apresentada é um exemplo de outras que se repetem. Além disso, a palavra ‘cotidiano’ reforça nossa aposta em uma aspectualização iterativa. Conforme o dicionário Houaiss, cotidiano se define como:

adjetivo

1 que acontece diariamente; que é comum a todos os dias; diário

2 Derivação: por extensão de sentido.

que é comum; banal

3 que aparece ou se publica diariamente (diz-se de publicação)

Ex.: *jornal c.*

substantivo masculino

4 o que se passa todos os dias; o que é comum

5 conjunto de ações, ger. pequenas, realizadas por alguém todos os dias de modo sucessivo e contínuo; dia a dia

Ex.: *seu c. era agitado em função dos filhos*

Em todas as acepções, existe a ideia de repetição, de que acontece todos os dias, enfim. Vê-se que a cena apresentada no enunciado é exemplo de outras cenas. Percebemos na charge uma cena doméstica razoavelmente comum: pai e mãe saem para trabalhar e levar o filho à escola. A isotopia da rotina, da repetição, da normalidade é marcada pelos semas atualizados pelo lexema ‘cotidiano’, mas não só. Outros semas ‘trabalho’ e ‘escola’, que remetem também a uma rotina, estão realizados no texto. O primeiro pode ser percebido, figurativamente, pela imagem do pai com paletó e gravata, figuras associadas ao trabalho burocrático ou corporativo; e pela imagem da mãe, também formalmente trajada, de salto e terninho, indumentária também associada ao trabalho burocrático ou corporativo. O sema ‘escola’ realiza-se na imagem da criança com farda e mochila. Pela realização desses semas, o texto atualiza uma isotopia de rotina, de repetição, de normalidade e previsibilidade. Enfim, quase tudo na cena indica rotina: o título, a saída para a escola e para o trabalho, a frase optativa do filho...

Outra isotopia também se atualiza no texto: a do preconceito racial. A família representada na charge é uma família de negros. Pai, mãe e filho têm a pele negra, os lábios grossos, o cabelo encaracolado, figuras que realizam o estereótipo da família negra. A isotopia do preconceito racial não se atualiza somente nessas figuras, se assim fosse, não seria possível falar de preconceito racial, pois a simples presença de um negro na charge não implica sua discriminação. É necessário, portanto, o estabelecimento de uma relação sintagmática com outras figuras ou temas para que o sentido da discriminação racial seja

realizado. É na fala da mãe que está o conector de isotopia que desencadeia a ambiguidade do texto ao revelar uma ação comum no universo semântico pressuposto pelo texto: a prisão motivada por racismo.

E cuidado para não ser **preso por engano** na volta!!!

A frase da mãe assemelha-se a outras comuns em situações semelhantes. “Cuidado com o trânsito!”, “Volte logo pra casa!”, “Não esqueça de tomar seu remédio de pressão!”. Ora, se a frase posta na charge cumpre a rotina das que citamos acima, é de estranhar que o cuidado a ser tomado seja o de ser preso! Seria de estranhar, mas esse estranhamento resulta da conexão das duas isotopias postas no texto: a rotina e a discriminação racial. A propósito, na verdade é quando se coloca o engano da prisão como rotina para uma família negra que a isotopia da discriminação racial se realiza. O conector de isotopia do texto recebe um destaque, a expressão “preso por engano”, que, convenhamos, não representa uma rotina, aparece com um traço gráfico mais intenso que o dos demais! A recomendação da esposa está sintagmaticamente relacionada a outras figuras do texto que representam a rotina, o cotidiano. É de supormos que esta expressão também esteja empregada nesse sentido, ou seja, ser preso por engano é rotina. Ser preso por engano é rotina em um universo semântico em que há discriminação racial.

Dado o universo semântico pressuposto por esse texto, aquele em que a enunciação da charge se insere, não é rotineira a recomendação feita pela esposa ao marido na charge. Mas, no universo semântico figurativizado no texto, isso é rotina. Em outros termos, enunciativamente, ser preso por engano não é rotina, mas naquele universo enunciado isso é uma rotina. O que é posto no enunciado, impõe-se como contradição ao que se pressupõe da enunciação. O responsável pela enunciação global cria, ao delegar voz aos atores do enunciado, duas instâncias de interpretação cujos sentidos são contraditórios.

Se considerarmos que ser preso é uma sanção disfórica para um sujeito que realiza um programa narrativo adverso àquele que dele se espera, havemos de considerar que o sujeito sancionador exerça uma avaliação disfórica sobre o fazer do sancionado, ou seja, há uma lógica implicativa regendo tanto o fazer do sancionador quanto o fazer do sancionado; lógica inerente à estrutura sêmio-narrativa. Nesse sentido, sancionar por engano contradiz a lógica implicativa, ou seja, subverte a lógica narrativa e instaura, para o actante sancionado, um acontecimento, não uma rotina. Contudo, no texto em análise, o engano é

figurativizado sintagmaticamente relacionado a outras figuras que recobrem o tema da rotina, criando uma identidade entre eles: o engano não é engano. Quando acrescentamos a isso que a família figurativizada no texto é negra, fica transparente a insatisfação do enunciador com o universo semântico pressuposto pelo enunciado, que considera prender pessoas negras como rotina, daí a tentativa de subvertê-lo.

Há nesse texto uma dinâmica enunciativa que demanda uma negação do universo semântico pressuposto pelo enunciado. Um índice dessa negação é a debreagem enunciativa que aparta a instância da enunciação do enunciado. Um efeito possível é o de mostrar o afastamento do enunciador daquilo que ele enuncia, como se esse enunciador não quisesse se comprometer com os valores postos no enunciado. Esses valores, disfóricos para o enunciador, correspondem a valores de absoluto, aqueles relacionados ao um e ao único, frutos de operações de triagem e fechamento. Tais valores constituem o regime axiológico da exclusão. Triagem e fechamento instauram a lógica do enunciado, bem manifestada na expressão “preso por engano”. Consideramos essa lógica disfórica para o enunciador, porque ela realiza a lógica concessiva da enunciação, “embora inocente, preso”, que se baseia, portanto, em valores de absoluto, do um e do único. A lógica eufórica para o enunciador é aquela que traduziria valores de universo, em que a mistura e a abertura dariam a tônica do regime axiológico euforizando o todo, englobando a diversidade.

A interação proposta pelo enunciado exige um enunciador que disforiza os valores de absoluto postos pelo universo semântico estabilizado pressuposto pela enunciação ao mesmo tempo em que rotiniza esses mesmos valores no interior do enunciado. Isso impõe ao enunciatário uma ambiguidade interpretativa: qual a posição que o enunciador assume diante desse enunciado. Se o enunciador assume os valores postos no enunciado como normais, por isso tematizados como rotina, então ele é racista. Por outro lado, se ele nega esses valores do enunciado, ele é um crítico daqueles que os adotam. Como dissemos acima, a debreagem enunciativa indicia o afastamento do enunciador daquele universo semântico mobilizado no texto, mas isso não é suficiente para descomprometê-lo totalmente com esse universo. É um jogo arriscado! A esse enunciador, o enunciatário pode tanto imputar valores disfóricos (no caso desse texto, os valores de absoluto) quanto valores eufóricos (no caso desse texto, os valores de universo). Não nos esqueçamos de que é esse procedimento enunciativo ambíguo que consideramos sujeito-humorista. E essa ambiguidade conseguida pelos movimentos entre enunciação e enunciado é uma das facetas do que aqui chamamos blindagem, que em última instância inviabilizam a identificação do sujeito da enunciação

global com os valores que instala no enunciado. A leitura dessa charge, porém, nos mostra que o procedimento de blindagem não é absoluto, ou seja, há níveis de proteção, graus de blindagem.

5.2 Confessionário

O texto *Confessionário* mobiliza diversas semióticas, como acontece no texto analisado anteriormente. Esse sincretismo impõe uma postura do analista diversa daquela assumida diante da análise de textos verbais. Não é possível definir qual semiótica é preponderante no estabelecimento do sentido global do texto, considerando que o sentido é fruto da articulação delas, como esclarecemos acima em relação aos textos sincréticos. Isso significa que não é coerente analisar os sentidos realizados em uma semiótica e buscar homologá-lo com a realização da outra, pois os sentidos realizados decorrem da articulação das duas de tal modo que uma ou outra, sozinha, não manifestaria em separado os sentidos realizados pelas duas simultaneamente. Embora essas semióticas mantenham uma certa autonomia, o conteúdo veiculado é único: substância múltipla, conteúdo único.

Assim, buscaremos articular as estratégias mobilizadas, tanto as linguísticas quanto as não linguísticas, de modo a vislumbrar os desenvolvimentos do sentido do texto. Reiteramos que o linguístico não tem preponderância sobre o não linguístico na articulação do sentido; na verdade, julgo que afirmar uma preponderância de uma ou outra semiótica, além de irrelevante, em textos sincréticos é impossível. Mas há alguns aspectos que merecem nossa atenção, principalmente em relação ao universo semântico estabilizado. A sistematização das semióticas não linguísticas, particularmente o cinema, quer pelo próprio fazer cinematográfico, quer pela metalinguagem necessária para descrevê-lo, ainda é incipiente. A análise linguística conta, ao contrário, com dicionários, que podem ser tomados como a base a partir da qual as relações de sentido podem ser analisadas, não é de estranhar, portanto, que nossa análise apresente limitações quanto à linguagem cinematográfica e sua articulação com a linguagem verbal. Por vezes, na falta de uma metalinguagem mais adequada à descrição dessa semiótica sincrética que é o cinema sobressai em nossa análise uma metalinguagem desenvolvida para as semióticas verbais. Reiteramos: não afirmamos a preponderância de uma semiótica sobre a outra. Feitas essas ressalvas...

A primeira acepção para o substantivo ‘confessionário’ que o dicionário Houaiss apresenta é:

1 Rubrica: religião.
local, nas igrejas católicas, reservado às confissões e onde o confessor se senta para atender aos penitentes

O vídeo inicia com uma figura humana da qual são focados o rosto e a mão, que o sustenta (Figura 25). Esse sujeito encontra-se em um espaço pouco iluminado, com uma tela vazada à sua direita, por onde a luz penetra. Simula-se dessa maneira no enunciado um espaço específico: o confessionário. Tal espaço, considerando a prática social no universo semântico estabilizado pressuposto pelo enunciado, tal espaço tem como propriedade a proximidade física dos atores implicados pela prática católica da confissão, embora separados de tal modo que não é possível ao penitente identificar o confessor e vice-versa. Além disso, esse espaço é reservado, isto é, apenas confessor e penitente tomam assento neste local. Essa reserva espacial estende-se ao que ali se enuncia, ou seja, o dito no confessionário é segredo inviolável, protegido pelo “sigilo da confissão”. Há ainda o fato de tal espaço ser o lugar em que um penitente busca absolvição dos pecados, ou seja, um sujeito busca a sanção que o redima do fazer disfórico do qual se arrepende.

Na definição do dicionário, acima, há alguns aspectos bastante interessantes para a análise do texto: (1) o confessionário é um espaço reservado; (2) em que dois sujeitos mantêm uma conversa sigilosa; (3) na qual um deles é destinador julgador do outro. Esse é um dos planos que o título permite construir. Mais uma ressalva! O coletivo humorístico Porta dos Fundos, responsável pela produção e divulgação do vídeo que analisamos, publicou, em 2013, um livro em que reúne alguns dos roteiros das produções divulgadas no canal do grupo no Youtube. Há leves divergências entre o texto verbal presente no roteiro e aquele realizado no vídeo. Como nosso trabalho envolve a análise de uma semiótica sincrética, optamos por trabalhar com o texto verbal efetivamente presente no vídeo, cuja transcrição é de nossa responsabilidade. À frente!

O primeiro quadro¹⁷ do vídeo (Figura 25) traz uma figura humana em atitude notadamente reflexiva: o enquadre da cabeça e da mão somente, em detrimento do restante

¹⁷ A apresentação impressa (portanto estática) de um texto originalmente dinâmico cria dificuldades metodológicas para o analista. Assim optamos aqui por apresentar quadros do vídeo que analisamos. Sabemos que tal procedimento deixará escapar as nuances de significado criadas pela dinamicidade, pelo movimento

do corpo; a inclinação da cabeça e a maneira como a mão a apoia indiciam essa postura.¹⁸ Soma-se a isso a pouca iluminação para a instauração de um ambiente grave, como convém a um confessionalário.

Figura 25 – Postura reflexiva



Fonte: Porta dos Fundos (2013)

Na Figura 25, não aparecem marcas que permitam identificar o enunciador, à semelhança do texto anterior, instaura-se um enunciado em que as marcas da enunciação foram apagadas. A figura humana que aparece no texto é colocada em um lugar afastado do enunciatário, que a observa a distância. Essa debreagem enunciativa instaura um locutor no enunciado e cria um primeiro efeito de afastamento do enunciador em relação àquilo que enuncia.

O texto progride e, à chegada de um penitente, instaura-se o diálogo.

- Padre...
- Opa! Primeira vez?
- Primeira vez, primeira vez, eu tô um pouco nervoso, nunca fiz isso!
- Tá! É... Olha, fica à vontade, viu? É... Toma seu tempo! Tem pressa não! Pode ajudar que as pessoas começam em geral falando assim dos pecados mais brandos, assim, né? Só pra depois falar assim do que mais... mais te aflige. Não sei... é... é... uma dica!

Esse trecho corresponde à abertura da confissão, em que se estabelecem os participantes da enunciação de segundo grau, isto é, a enunciação simulada dentro do

que caracteriza o texto cinematográfico. Sem uma técnica mais eficiente de apresentação essas nuances cinéticas serão postas em segundo plano.

¹⁸ Vejam-se a respeito disso as diversas representações de filósofos, notadamente a escultura feita por [Rodin](#).

enunciado pelo expediente da debreagem enunciva. Nesse ponto o enunciador instaura dois atores no enunciado que simularão uma nova enunciação. Mantém-se ainda a focalização em apenas parte do rosto, agora do confidente, como se vê abaixo (Figura 26):

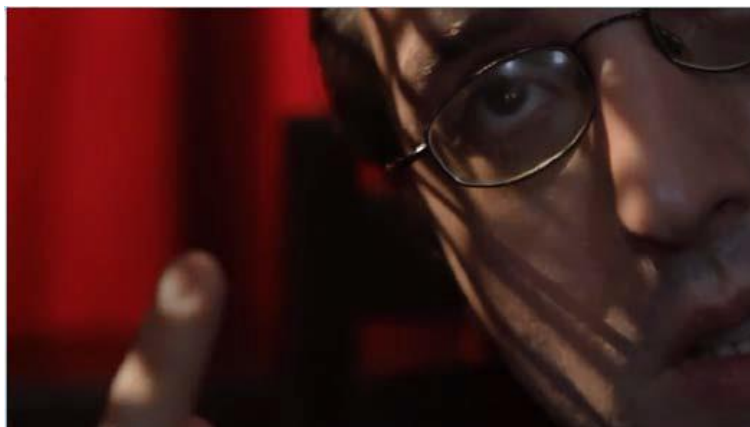
Figura 26 – Tom grave do enunciado



Fonte: Porta dos Fundos (2013)

Essa focalização de parte do rosto reforça o tom de segredo do confessorário além de sugerir a aproximação do enunciatário, a fim de mostrar a intimidade entre os locutores. A focalização não nega o que afirmamos anteriormente acerca do efeito de afastamento da debreagem enunciva, que é mobilizada por esse texto. O enunciatário, guiado pelo enunciador, observa bem de perto o que se passa no interior do enunciado, mas dele não participa nem é convidado a participar. Percebemos isso no olhar do padre, que não encara a câmera de frente (Figura 27), o que daria a impressão de estar olhando para o próprio enunciatário, assumindo a posição de enunciador ou, ao menos de um sincretismo entre enunciador e locutor; mantém-se, de qualquer modo, o enunciatário a distância, existe um afastamento do enunciado, debreagem enunciva (*ele-lá-então*).

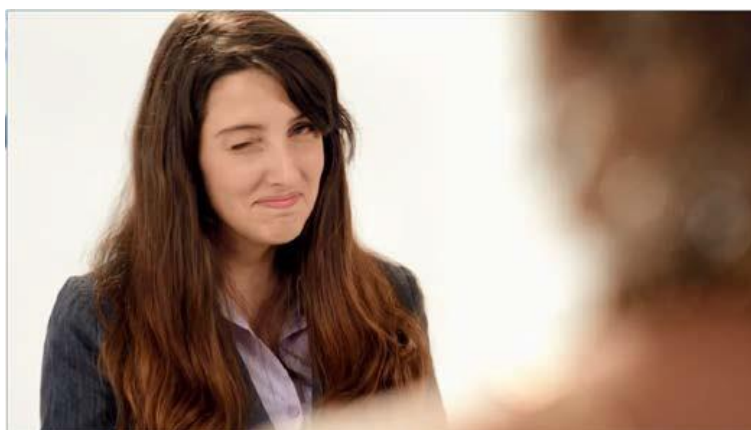
Figura 27 – Ele-lá-então



Fonte: Porta dos Fundos (2013)

À guisa de exemplo, procedimento diverso se revela em outro vídeo, do mesmo grupo, Porta dos Fundos, em que o locutor, ao piscar para a câmera, sincretiza-se com um actante da enunciação, neutralizando a oposição locutor-enunciador instalando no enunciado uma debreagem enunciativa, uma referência à instância enunciativa imediatamente superior, de que já falamos em outra oportunidade:

Figura 28 – Neutralização entre locutor e enunciador



Fonte: Porta dos Fundos (2013)

Continuemos com a leitura:

- Tá! É... Bom.. eu... eu bebo! Eu bebo muito, bebo muito assim, de beber muito!
- Tá! É normal, viu?, isso! Fica tranquilo que é... já ouvi aqui bobagens muito maiores!
- É que eu não comecei as bobagens maiores ainda, padre!

– Tá!

Um sujeito (o penitente) em conjunção com um objeto disfórico (o pecado) busca o auxílio de outro sujeito (o padre) que sabe e pode operar a disjunção entre o sujeito pecador e o objeto pecado (perdão) de modo a garantir a continuidade do programa de base do sujeito pecador: a busca por salvação. No vídeo o confessor revela certo desinteresse pela narrativa que se desenrola, até o ponto em que surge a figura “garoto”. Nesse ponto o confessor pede confirmação:

- Bom, ontem eu saí pra bebi e bebi. Aí comecei a ficar alegre, comecei a ficar excita... aquela coisa da bebida, te deixar... pô.... Aí vi ali um garoto...
- Um garoto?
- É, tipo um estagiário, sabe?
- Sei... sei...
- Só que mais novinho. Aí eu chamei: opa, tudo bem? Comecei a bater papo, que eu sou bom de papo, né padre? Papo vai, papo vem... aí falei: vamos lá pra casa. Pá, legal, daqui a pouco quando eu vi, rapaz, dei um goró pro garoto, e pei...

O penitente desfia a narrativa que resultou na sua conjunção com o pecado. O procedimento enunciativo aqui instaura uma debreagem enunciativa em uma nova instância enunciativa no interior do enunciado do penitente. As marcas verbais de pretérito perfeito indicam que o narrado é anterior ao momento da enunciação (debreagem temporal enunciativa). Reforçam ainda essa debreagem enunciativa as marcas verbais de pessoa e o pronome pessoal eu (debreagem actancial enunciativa) e a marca espacial “lá” (debreagem espacial enunciativa).

Observemos que há ao menos três instâncias enunciativas nesse enunciado: a instância do fiel com o garoto, a instância do fiel com o padre e a instância da enunciação global que não deixou marcas no enunciado, como afirmamos acima. Havemos de nos lembrar que todas essas instâncias são encaradas analiticamente como simulações, segundo o que afirmamos no capítulo 2. Outro ponto a ser lembrado é o fato de uma instância projetada no enunciado referenciar aquela imediatamente anterior, conforme vimos em Saraiva (2014). Isso é importante, na medida em que esse movimento de debreagem parece ser diretamente proporcional à instauração da blindagem: supomos que quanto maior a profundidade das enunciações simuladas, menor o comprometimento do sujeito-humorista com os valores ali atualizados. Ao lado da ambiguidade, de que falamos na análise anterior,

as diversas instâncias enunciativas constituem outra faceta da blindagem, pois parece tornar o procedimento enunciativo descomprometido com os valores postos em cena pelos locutores simulados no enunciado.

Voltemos ao confessional, onde deixamos o padre confessor interessado na narrativa do pecador. O interesse do confessor pela narrativa se pronuncia à medida que as figuras “garoto” e “novinho” são manifestadas. Da postura oitiva reflexiva, o confessor passa a uma atitude de curiosidade preocupada, revelada no vídeo por um franzir de cenho e um coçar de testa,¹⁹ aguça-se a curiosidade:

Figura 29 – Curiosidade preocupada



Fonte: Porta dos Fundos (2013)

- Pei?
- Pei!
- Pei no caso é...
- Pei no caso é vucu vucu, é chapou chapou, pei é sslshllsll, sslshllsll, é tchoba tchoba, é chapou chapou!
- Entendi, ok já entendi...
- É aahhh, é aahhh, aahh...
- Já entendi, num bate não, já entendi!
- Fui no gordinho feroz!
- Então vocês foram às vias de fato
- O que, amigo? Foi na via, foi de fato, foi de tudo. Sapequei o gordinho que ele viu estrela, rapaz! Por que, assim ó, vou te dizer que o lourinho, ele num... num tava... num veio nessa pra brincadeira não, ele sabia o que tava fazendo, aquele lourinho...
- Lourinho?

¹⁹ Como alertamos acima, é difícil transpor os sentidos criados em uma semiótica sincrética que tem o movimento como matéria para outra estática, o franzir de cenho e o coçar de testa são movimentos sutis no vídeo que, dado o ambiente sintagmático em que ocorrem sugerem a preocupação e a curiosidade.

– É!

O conjunto de vocalizações realizadas pelo penitente sugerem o ato sexual, o que deixa o confessor ainda mais preocupado e, podemos dizer, angustiado. À repetição das palavras que fazem referência ao objeto do desejo do penitente, a curiosidade do padre confessor se aguça, como se aguça sua angústia. O penitente parece agora interpelar o confessor, dirigindo-lhe uma atitude intimidatória:

- E depois disso?
- Depois ele pediu pra eu deixar ele na casa dele ali naquele prédio alto que tem ali no Largo do Machado, é um com varanda ali, bonito...
- É o... o... 86?
- Isso...
- Tá! Esse... esse menino gordinho, lourinho...
- Lourinho, lourinho, bem lourinho
- Ele, ele usava aparelho?
- Isso... um lourinho que usava aparelho.
- Fixo?
- Fixo! Em cima e embaixo!
- Tá! Desculpa a curiosidade, viu, ele... vocês jogaram playstation é? Foi o quê? – Foi Fifa?
- Foi Fifa!
- Qual que é o time que ele escolheu?
- Ele escolheu Manchester!
- Manchester City ou Manchester United?
- United!
- United!

Figura 30 – Intimidação?



Fonte: Porta dos Fundos (2013)

Esse ponto da confissão mostra quão angustiado o padre confessor está. Dá a entender que o penitente testa o confessor, desafia. As perguntas se sucedem para confirmar a suspeita já estabelecida no confessor. O ponto alto da cena se dá no sussurro com que o penitente pronuncia a palavra “United”.²⁰ O processo da confissão parece se inverter: o sujeito outrora confessor é agora penitente, submetido a um inquisidor; é ele que está em conjugação com o pecado apresentado pelo penitente, que se mostra como rival na busca pelo objeto “garoto”. Nesse ponto do texto o penitente revela-se na verdade outro padre que prega uma peça no confessor. Observemos que o confidente adota um procedimento enunciativo semelhante àquele que julgamos ser o do humorista, ou seja, expõe uma situação-objeto disfórica para o alvo do humor, simula partilhar dessa disforia e por fim transforma a disforia em riso, apontando uma nova isotopia que altera o contrato fiduciário inicial, e o exime da responsabilidade sobre a veridicção do enunciado produzido.

- Kkkkkkkkkkkkk
- Porra padre Olavo!
- Te peguei!
- Filha da puta!
- Você... ficou todo tenso quando eu falei do seu gordinho, né?
- Cara, eu tava passando mal aqui, eu tava quase partindo pra dentro, cara!
- Você é... ciumentinho, ele!
- Para!

Figura 31 – O falso penitente se revela



Fonte: Porta dos Fundos (2013)

²⁰ Encontramos aqui uma dificuldade de análise, a exemplo das anteriores, pois o nervosismo do padre confessor é revelado por seus movimentos e gestos: como transpor, então, o sentido constituído no movimento para uma apresentação estática?

A piada é revelada e o falso penitente se dá a conhecer. A angústia do confessor é temporariamente desfeita diante da piada armada por padre Olavo. A narrativa proposta pelo falso confidente sugere ao confessor uma rivalidade entre os dois sujeitos, isto é, ambos desejam o mesmo objeto: “o gordinho”. Por julgar-se detentor desse objeto, o confessor vê-se ameaçado, daí seu comportamento angustioso e enciumado. A revelação de que se trata de uma piada de padre Olavo suspende a angústia, a paixão disfórica que modaliza o alvo da piada, pois agora o locutor padre Olavo não pode ser considerado o rival do confessor, uma vez que os percursos narrativos agora são diferentes, na verdade padre Olavo parece tornar-se seu adjuvante:

- Pode deixar que no teu gordinho ninguém mexe não... O lourinho é só teu... é só teu!
- É só meu, para, olha não vai brincar com esse gordinho, hein? Vai ter troco, hein?

Essa nova condição impede que o locutor, padre Olavo, seja tomado como rival, pois se trata de uma brincadeira e a história é tomada como falsa. Muda-se o acordo veridictório estabelecido inicialmente pela chegada de um confidente ao confessor, que impõe ao fiel falar a verdade; muda-se o acordo fiduciário, pois na mesma situação cabe ao confessor acreditar no que lhe é dito. Os contratos, implicitamente estabelecidos no confessor, são quebrados pelo riso, que sinaliza agora não mais os papéis de confessor e penitente, mas de humorista e alvo do humor: a história do lourinho é só uma piada. O clima grave e fechado anterior é substituído pela leveza do riso e pela abertura de câmera, não se filmam somente partes do rosto, filma-se metade do corpo, o que sugere um relaxamento para enunciador e enunciatário, que se recostam e riem juntos. É de se destacar ainda a posição superior que o falso penitente assume, bem como o dedo em riste com que parece assumir uma posição de *destinador julgador* do padre confessor (Figura 32), parece que o humorista também adota essa posição superior.

Figura 32 – A sanção



Fonte: Porta dos Fundos (2013)

Note-se ainda que a piada oblitera o programa narrativo da confissão, o objeto “pecado” desaparece de cena, parece que a atitude condenada no penitente, a pedofilia, não mais é um objeto disfórico para os sujeitos, ou seja, o estado de conjunção que o padre confessor mantém com o pecado é desconsiderado.

Contudo, há um ponto de conflito ainda:

– Palhaço! Vem cá, ô... ô... ô padre Olavo, como é que tu sabia que ele escolhe o Manchester United?

Ao que tudo indica a piada contada por padre Olavo é uma história “verdadeira”, da qual ele efetivamente participou. Isso traz o enunciador (padre Olavo) à condição de ator do enunciado, assumindo novamente a condição de rival do padre confessor. A angústia novamente se instaura e a piada perde a graça. O que está em jogo agora não é mais a natureza pecaminosa do fazer desses sujeitos, mas sim a rivalidade em torno do objeto “garoto”.

Nesse ponto nossa leitura sugere que (1) o efeito de humor impede o sincretismo de enunciador e locutor; que (2) a natureza do contrato fiduciário estabelecido no enunciado humorístico baseia-se na ambiguidade entre verdade e mentira; e (3) esse regime ambíguo impõe propriedades peculiares ao texto humorístico que convém descrever, como o cruzamento de isotopias. Não esqueçamos que até agora estamos falando de uma cena de humor simulada dentro de um enunciado, isto é, há outra instância de enunciação que regula o que acabamos de descrever. Voltaremos agora à outra instância enunciativa, àquela que produziu o enunciado analisado.

Há um enunciador que mobiliza, por meio de uma debragem enunciativa, o enunciatário para que assuma posição de observação do fazer de dois atores no enunciado. Mas o que esse enunciado revela? Vejamos: (1) os dois padres são pedófilos; (2) a pedofilia circula entre os padres como um objeto eufórico; e (3) a competência doada aos padres é contraditória com sua performance. O enunciado parece denunciar, portanto, a hipocrisia na performance dos padres ao mesmo tempo em que os lança como alvo de humor.

Porém, a exemplo do que é simulado no próprio enunciado, se o consideramos como uma denúncia (verdade), seu enunciador assumirá o papel de um crítico dos valores católicos, e a piada não tem graça, deixa de ser piada. Por outro lado, se assumirmos que o enunciador é mentiroso, que o enunciado não traduz uma verdade, o texto também não será uma piada, seu enunciador não poderá ser tematizado como crítico dos valores católicos. Dizendo de outro modo: se o enunciatário assume o enunciador como proponente de um acordo fiduciário da ordem do *parecer/ser*, o texto não será uma piada; e ainda, se o enunciatário assume o enunciador como proponente de um acordo da ordem do *parecer/não ser*, o texto também não será uma piada. Parece haver uma ambiguidade no contrato fiduciário pressuposto pelo texto humorístico, para que ele seja considerado como tal. Resumamos isso em um quadro:

Tabela 2 – Acordo fiduciário

Contrato fiduciário	Efeito de sentido
parecer / ser	crítica
?	humor
parecer / não ser	mentira

Fonte: elaborado pelo autor

O enunciado humorístico, para ser considerado como tal, instaura co-enunciadores que assumem um contrato fiduciário ambíguo entre o *parecer/ser* (verdade) e o *parecer/não ser* (mentira).

O livro do coletivo Porta dos Fundos a que fizemos referência acima, além de trazer o roteiro dos vídeos, traz também uma breve descrição do *make of*. A título de

ilustração, apresentamos essa descrição aqui. A primeira impressão que podemos ter é a de que se trata do sujeito-humorista explicando a piada:

Esse foi um dos nossos vídeos explosivos. Assunto delicado, chamativo e... religião! Foi um dos roteiros que mais demorou a ser executado justamente porque pisava em campo minado. E também porque precisávamos de um confessor, o que não é tão fácil de achar por aí. Quando conseguimos a locação para o “casamento”, os padres pedófilos pegaram carona.

O ponto de partida deste texto sempre foi o final surpreendente, não pelo fato de haver padres pedófilos – isso os noticiários já evidenciam. A questão era a pegadinha final, a demonstração de ciúmes, a reação de surpresa passando por cima de algo muito pior e, no caso, corriqueiro (PORTA DOS FUNDOS, 2013, p. 180).

Como já falamos em várias ocasiões deste trabalho, não tratamos com sujeitos empíricos, mas sim com uma dinâmica enunciativa que constitui seu sujeito em ato, ou seja, o sujeito da enunciação não preexiste a ela, na verdade esse sujeito é uma operação, fruto das marcas deixadas no enunciado, única fonte de acesso ao sentido. Apresentarmos a descrição do vídeo analisado aqui tem o propósito maior de deixar bastante evidente a diferença entre as dinâmicas enunciativas responsáveis pela enunciação desses dois enunciados. Vejam lá, dizemos dois enunciados, não os estamos tratando como partes de um enunciado maior; se assim fosse, e isso é perfeitamente possível, se assim fosse teríamos um terceiro procedimento enunciativo diferente dos dois anteriores e, conseqüentemente, uma nova dinâmica do sujeito da enunciação global. Esse segundo enunciado, definitivamente, não é de humor.

6 CONCLUSÃO

Foi nosso intento neste trabalho propor um conceito que servisse à análise do discurso humorístico, de seu procedimento enunciativo: a blindagem. Para tanto, adotamos a Semiótica Discursiva como metodologia de análise para esse discurso. Nossa intuição era de que o discurso humorístico detém propriedades específicas que o distinguem de outros discursos. Apostamos que essas propriedades envolvem a tentativa de subversão das regularidades, a ambiguidade dos contratos comunicativos, uma disforia que afeta os actantes quer do enunciado quer da enunciação e estratégias enunciativas que afastam o sujeito-humorista do enunciado e conseqüentemente dos valores ideológicos ali instalados. O efeito de blindagem consiste em um processo de desidentidade do sujeito humorista de modo a torná-lo imune a predicções. Esse processo passa pelo esvaziamento semântico do responsável pela enunciação global, de modo que ele se reduza a apenas uma operação enunciativa particular, um modo específico de acesso ao sentido.

Vimos que o humor sempre foi visto como subversivo, no sentido de que é capaz de pôr em questão aquilo que se encontra estabilizado em um dado grupamento social. Essa subversão fora objeto da crítica platônica, por exemplo, para mostrar a antiguidade do tema. Mas essa subversão não se restringe apenas aos valores ideológicos que marcam um certo grupo. Na verdade, ela se estende a todos os níveis que permeiam o discurso. Subverte-se a lógica narrativa, subverte-se o acordo comunicativo, subverte-se o regime de interação, subverte-se a própria linguagem em que o enunciado é vazado. Tudo passa a ser posto à prova pelo discurso humorístico e se torna ferramenta para seu fazer.

Apontamos que a partir do enunciado é possível descrever a enunciação por ele pressuposta de modo que, tomada como ato, essa enunciação revele seu actante-sujeito. Isso foi indicado, por exemplo em Saraiva (2014), que se propôs a descrever a dinâmica identitária do Pessoal do Ceará a partir das canções produzidas por um grupo de artistas que, ao fim e ao cabo, negavam a existência de uma identidade de grupo. Saraiva demonstrou que, a despeito do desejo dos sujeitos empíricos, havia ali naqueles enunciados uma dinâmica enunciativa comum, que constituía uma imagem-fim, portanto, um sujeito responsável pelas canções produzidas. Em nosso trabalho, percebemos que a dinâmica do discurso humorístico é outra, pois nele o sujeito da enunciação global opera com o intuito de se esmaecer, de negar a possibilidade de identificação. Não estamos falando aqui de

humorista como profissionais do riso, com CPF e imposto de renda. Estamos falando, à Saraiva (2014), de procedimentos de produção de conjuntos significantes, de sujeitos inferidos do enunciado. Para o discurso humorístico é inviável a busca por uma identidade, é inviável a busca por uma figurativização do sujeito enunciativo, pois nesse discurso, a tônica é eliminar o mais possível as possibilidades de identificação desse sujeito.

Esse efeito de esvaziamento semântico é construído, por exemplo, pelas estratégias de projeção da enunciação no enunciado. A profundidade enunciativa, no sentido da existência de diversos graus de enunciação contidos no enunciado, cria o efeito de afastamento do enunciativo daquilo que ele enuncia e conseqüentemente dos valores ideológicos que o enunciado atualiza. Mesmo quando se instala uma debreagem enunciativa, com marcas explícitas da instância enunciativa anterior, o sujeito humorista consegue escapular à sua identificação.

O acordo comunicativo, instância pacificada quanto ao estabelecimento da aceitação do enunciado como portador de sentido, também é manipulado no discurso humorístico com o objetivo de tirar de cena o humorista. O humor apresenta um contrato ambíguo em que veridicção e fidedignidade não se alinham. Ora o discurso é interpretado como verdadeiro e seu enunciativo como confiável, ora é apresentado como mentiroso e seu enunciativo como falso. A corda bamba em que o destinatário é lançado impede que este forme uma imagem precisa do destinador, exige-se do destinatário que aceite o enunciado como piada, e ponto. Fazer contrário a isso implica a destruição dos sentidos produzidos; pois, tomá-lo como verdadeiro, fará dele uma crítica; tomá-lo como falso fará dele uma mentira; em ambos os casos não haverá piada.

Assumimos com Landowski que as interações propostas pelo discurso humorístico são arriscadas, como na verdade todas o são. Contudo, há uma particularidade no discurso humorístico: ele se baseia em uma regularidade, em um regime de programação que revela ao alvo da piada o quão engodado na teia da previsibilidade ele se encontra. Isso está de acordo com o que vimos em Bergson, para quem o humor visa eliminar a rigidez, ou ao menos revelá-la à sociedade que se responsabilizará, pelo riso, da extinção do desconforto provado pela constância. É essa a paixão disfórica de que falamos em várias seções do texto: a impotência do alvo. Assim, embora o discurso humorístico aponte regimes de interação em que predomine, por exemplo, a aleatoriedade, (como a mulher assaltada ou o português que escorrega na casca de banana); há, sempre, um pano de fundo em que o alvo é

apresentado como previsível, como submetido a uma programação. Talvez seja essa a tônica da interação desse tipo de discurso.

Julgamos que nosso trabalho tenha ficado aquém do que a temática exige e do que a metodologia da Semiótica Discursiva torna possível. Contudo, julgamos que abrimos um espaço de reflexão sobre a temática que vai em uma direção diversa daquelas que até agora têm marcado presença nos estudos sobre o humor: buscar o humor não somente como efeito de manipulação do código linguístico, mas principalmente como um procedimento particular de acesso ao sentido, como um estilo. Há pontos ainda que precisam de aprofundamento, questões que surgiram ao longo de nossa escrita, que, porém, em razão do foco adotado, não encontraram espaço nessas páginas. Uma diz respeito ao papel do gênero textual dentro do discurso humorístico. Será que os graus de blindagem que apontamos sofrem influência do gênero textual? Em uma piada de salão, a blindagem é mais ou menos intensa do que em um *stand up comedy*? Que influência teria para o efeito de blindagem a instância de publicação do enunciado humorístico? São questões que podem incentivar novos trabalhos, quer em Semiótica Discursiva quer em outra das tantas disciplinas que se dedicam com afincado a entender o fascinante universo do sentido.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, D. L. P. de. Sintaxe narrativa. In: OLIVEIRA, A. C.; LANDOWSKI, E. (Eds.). *Do inteligível ao sensível: em torno da obra de Algirdas Julien Greimas*. São Paulo: Educ, 1995. p. 81-99.
- BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. 4 ed. Campinas, SP: Pontes, 1995.
- BERTRAND, D. *Caminhos da semiótica literária*. Bauru-SP, EDUSC, 2003.
- BERTRAND, D. Humour et ironie. In: *Cruzeiro Semiótico*. nº.10, Porto, Associação Portuguesa de Semiótica, 1989, p. 91-98.
- BERTRAND, D. Ironie et humour le discours renversant, In: *Humoresques*, nº 4, Nice, Z'éditions, 1993, p. 27-41.
- BIRMAN, J. Frente e verso: o trágico e o cômico na desconstrução do poder. In: SLAVUTZKY, A.; KUPERMANN, D. (Org.). *Seria trágico... se não fosse cômico: humor e psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 81-109.
- FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, tempo e espaço*. 2. ed. São Paulo, SP: Ática, 2005.
- GREIMAS, A. J. *Du sens II: Essais sémiotiques*. Paris: Éditions du Seuil, 1983.
- GREIMAS, A. J. L'Enonciation: une posture épistémologique. *Significação – Revista Brasileira de Semiótica*, Ribeirão Preto (SP), n. 1, p. 09-25, 1974.
- GREIMAS, A. J. *Semântica estrutural*. São Paulo, Cultrix/Edusp, 1973.
- GREIMAS, J. A.; FONTANILLE, J. *Semiótica das paixões: dos estados de coisas aos estados de alma*. São Paulo: Ática, 1993.
- HATOUM, M. *Dois irmãos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000
- HATOUM, M. *Dois irmãos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000
- HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- HOBBS, T. de M. *O leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Marlins Fontes, 2003.
- LANDOWSKI, E. *A sociedade refletida*. São Paulo: Educ: Pontes, 1992.

LANDOWSKI, E. *Presenças do outro*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

LANDOWSKI, E. Sociossemiótica: uma teoria geral do sentido. *Galaxia* (São Paulo, Online), n. 27, p. 10-20, jun. 2014.

LANDOWSKI, E. Une sémiotique à refaire? Re-making Semiotics? *Galaxia* (São Paulo) vol.13 no.26 São Paulo Dec. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-25532013000300002>. Acesso em: 23 de fev de 2018.

LANDOWSKI, E. *Interações arriscadas*. São Paulo: Estação das Letras e Cores: Centro de Pesquisas Sociossemióticas, 2014.

MORIN, C. Pour une définition sémiotique du discours humoristique. *Protée*, v.30, n° 3, 2002, p. 91-98. Disponível em: <<http://id.erudit.org/iderudit/006872ar>> Acesso em: 10 jan. 2018.

PORTA DOS FUNDOS. *Porta dos fundos*. Rio de Janeiro: Sextante, 2013.

SARAIVA, J. A. B. *A identidade de um percurso e o percurso de uma identidade*: um estudo semiótico das canções do pessoal do Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

SARAIVA, J. A. B.; LEITE, R. L. Efeitos metafóricos e graus de presença da enunciação no enunciado. *Alfa*, São Paulo, v.57, n.1, p.37-51, 2013.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

SPINA, S. *A poesia de Gregório de Matos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.